

PT restringe candidatos a governos para priorizar Lula

O ex-presidente tem conduzido acordos que privilegiam potenciais aliados ao escolher quem apoiar nos estados. O PT deve se ater a cerca de dez candidatos, priorizando a consolidação de palanques com vistas à eleição de Lula e à governabilidade. As negociações não se limitam à esquerda, estendendo-se ao centrão. **Política A4**

Em ano eleitoral, 13 estados dão reajuste a servidor

Política A6

Morre, aos 82, J. C. di Genio, fundador de Objetivo e Unip

João Carlos di Genio morreu em casa, em São Paulo, de causas naturais. Formado em medicina, fundou em 1971, com professores e colegas da USP, como Drauzio Varella, o Objetivo, que em 1972 passou a incluir as faculdades da atual Unip. **Cotidiano B4**

ENTREVISTA DA 2ª Daniel Zonshine

Comunismo e nazismo não são comparáveis

O embaixador de Israel no Brasil rejeita a equiparação entre nazismo e comunismo feita por políticos após a fala do podcaster Monark. "Comunismo não chamou para o assassinato de grupos de pessoas e populações", diz. **A10**

A pandemia em 13.fev

Dados das 20h

POPULAÇÃO VACINADA

No Brasil	
At menos uma dose (dose única ou 1ª dose)	80,9%
1ª ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose)	71,0%
Dose de reforço	26,1%

Nos estados

	At menos uma dose	1ª ciclo completo	Dose de reforço
SP	89,7%	79,9%	39,3%
PI	88,5%	77,5%	20,9%
MG	80,8%	74,2%	26,8%

ESTÁGIO DA DOENÇA

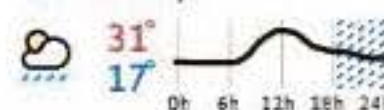
Óbitos	
Média móvel	Em 24 h: 325
880	↑ 63,0%*
	Total: 638.446

Casos: -27,6%* (acelerado)

*Variação em relação a 14 dias

ATMOSFERA

São Paulo hoje



Fonte: www.climatempo.com.br



Eduardo Anizelli/Folhapress

ABANDONO MARCA FERROVIA DO TREM DA MORTE

A icônica ferrovia, por onde o Trem da Morte percorria 1.272 quilômetros de Bauru (SP) à Bolívia, não leva mais passageiros e está com várias estações tomadas pelo lixo. **Cotidiano B3**

Ilustrada C1

Triste, louca ou má

Novos romances, como 'Açúcar Queimado' e 'A Pediatra', liberam protagonistas da moralidade

Mpme A16

Após guinada do Facebook, empresas passam a investir em metaversos

Esporte B7

Corinthians bate Grêmio por 1 a 0 nos acréscimos e vence Supercopa feminina

Ronaldo Lemos

Telegram cumpre lei só na Europa

Atendendo a pedido do governo alemão, o Telegram bloqueou 64 canais de extremistas. Aqui, o aplicativo descumprir ordem do STF. Brasil e Alemanha poderiam cooperar para agir sobre plataformas globais que se recusam a cumprir leis locais. **Folhainvest A14**

Governo cancela ida de secretário de Cultura à Rússia

A Secretaria Especial de Cultura cancelou a viagem de Mario Frias à Rússia após divulgação de gastos de R\$ 39 mil em ida a Nova York. Ele integraria a comitiva do presidente Jair Bolsonaro (PL), que deve deixar o Brasil nesta segunda-feira. **Ilustrada C2**

Dados sobre vacinação infantil têm atraso e falhas

Dificuldades de municípios em cadastrar dados impedem ter a dimensão real da imunização. Segundo o Ministério da Saúde, 287 cidades de 21 estados não teriam começado a campanha, mas 13 destes dizem que todos seus municípios já vacinam. **Saúde B1**



Rob Carr/Getty Images/AFP

TV ABERTA TRANSMITE SUPER BOWL E SEU TRADICIONAL SHOW APÓS 20 ANOS

Da esq. para a dir., os músicos 50 Cent, Eminem, Dr. Dre, Mary J. Blige e Snoop Dogg se apresentam no intervalo do Super Bowl, a final do campeonato da NFL, liga de futebol americano, no SoFi Stadium, em Inglewood, na Califórnia

Bomba fiscal no Congresso pode superar R\$ 230 bi

Medidas de apelo popular propostas por parlamentares geram queda na arrecadação e elevam custos federais

Medidas de apelo popular, neste ano em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) busca a reeleição, podem criar uma bomba fiscal de mais de R\$ 230 bilhões.

A PEC dos Combustíveis, que teve uma de suas versões batizada de kamikaze pelo time econômico do governo, significa impacto potencial de R\$ 100 bilhões.

Aumenta essa conta um projeto que autoriza a ampla renegociação de dívidas tributárias de médias e grandes empresas, inclusive as que lucraram mais durante a pandemia. Cálculos do governo apontam para uma possível perda de R\$ 92,1 bilhões só em 2022.

No Senado, uma das presções é pela correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Proposta do senador Angelo Coronel (PSD-BA) eleva a faixa de isenção de R\$ 1.903,98 a R\$ 3.300 mensais, o que custaria cerca de R\$ 35 bilhões.

Há ainda projeto de lei do MDB que institui um repasse federal para bancar a gratuidade de idosos nos ônibus urbanos, a um custo que pode chegar a R\$ 5 bilhões.

O Ministério da Economia se preocupa também com o risco de a concessão de reajustes para policiais deflagrar uma pressão generalizada por aumentos ao funcionalismo. **Mercado A11**

Fundos de pensão pedem prazo à União para cobrir déficits

Apesar dos resultados negativos em 2020 e 2021, entidades de estatais, como Postal (Correios), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa), descartam cobrança extra. Dirigentes querem tempo para acertar as contas. **Mercado A12**

Dica para viajantes é comprar dólar aos poucos

Folhainvest A14

BC libera hoje consultar dinheiro deixado em banco

Folhainvest A15

Banho de mar acessível cresce nas praias do país

Cadeiras anfíbias para que pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida entrem no mar estão sendo usadas em 15 estados brasileiros. **Cotidiano B4**

EDITORIAIS A2

Voo cancelado

Sobre fiasco da concessão do aeroporto do Galeão.

Escola sem tabu

Acerca de ofensiva contra menção a gênero em sala.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral (financeiro, planejamento e novos negócios), Marcelo Benez (comercial) e Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Voo cancelado

Fiasco da concessão do Galeão, no Rio, decorre de equívocos que felizmente têm sido corrigidos

Com menção à crise econômica ocasionada pela pandemia, a RI-O Galeão, responsável por operar o aeroporto internacional Tom Jobim, resolveu devolver a concessão ao governo federal. A decisão confirma o fracasso do negócio, que sofre com problemas financeiros desde seu início, em 2013.

O contrato do Galeão reúne algumas das principais más práticas que foram comuns nas privatizações realizadas no período, durante a Presidência de Dilma Rousseff (PT). Modelagem frágil, participação minoritária estatal e presença de empreiteiras mais interessadas em aditivos e sobrepreços nas obras são alguns desses vícios.

No caso do aeroporto, a concessão foi arrematada por R\$ 19 bilhões, quase quatro vezes o valor mínimo exigido (R\$ 4,8 bilhões). O pagamento anual de outorga foi fixado em R\$ 1,2 bilhão. O consórcio vencedor reunia a Odebrecht, a Infraero e a Changi Airports, a operadora do aeroporto de Singapura.

A esperada credibilidade do negócio por envolver um operador consagrado foi logo destruída por uma coletânea de falhas, a começar pela rentabilidade insuficiente para arcar com a outorga e os investimentos. As mazelas da Odebrecht e a debilidade financeira da Infraero agravaram o quadro.

A crise chegou ao auge com a Covid-19, que fez despencar o movimento no transporte aéreo.

Houve progresso com as con-

cessões nos últimos anos. Os aeroportos privatizados desde 2016 dispõem de modelos contratuais mais sólidos, com participação de fundos de investimento e operadores de bom nome, sem presença estatal ou de empreiteiras.

Tem sido bem-sucedida a prática de agregar terminais rentáveis a outros de menor movimento, que não atrairiam investimentos sozinhos. São notáveis as melhorias em muitos deles.

A devolução do Galeão abre uma nova oportunidade num momento em que o governo prepara a concessão do outro aeroporto da cidade do Rio, o Santos Dumont, uma das joias da coroa, assim como o de Congonhas, em São Paulo.

O modelo proposto nesse caso, que concentra voos regionais e aviões de menor porte, vinha sofrendo críticas de autoridades fluminenses e de especialistas, preocupados com o risco de concorrência predatória com o Galeão, que recebe aviões maiores e detém o maior movimento de carga.

Aventa-se agora uma opção que alinhe melhor o uso dos dois terminais. Potencialmente, ambos poderão ser operados pelo mesmo grupo, o que reforça a necessidade de regulação competente.

Dada a nova conjuntura, o aguardado leilão do Santos Dumont tende a ser adiado. Espera-se que o próximo governo faça uso do aprendizado recente e não interrompa a modernização do setor.

Escola sem tabu

Debate sobre questões de gênero deve buscar mais embasamento e menos estridência militante

Aprovou-se no estado americano da Flórida, na semana passada, uma lei que bane o debate sobre orientação sexual e identidade de gênero no ensino primário. A medida se insere na batalha cultural em torno da mal denominada “ideologia de gênero”.

A expressão surgiu pela primeira vez em 1998, a partir de embates na Igreja Católica, em uma nota da Conferência Episcopal do Peru. Desde então, tornou-se bandeira de movimentos reacionários nos EUA e na América Latina.

Tais grupos alegam ser necessário proteger crianças de temas inadequados para a idade — uma preocupação pertinente. Entretanto sua causa descamba para uma ofensiva censória sobre o ensino, que ameaça marginalizar meninos e meninas que venham a se identificar como LGBTQIA+, bem como dificultar o combate à gravidez na adolescência e violência de gênero.

No Brasil, iniciativas do tipo têm se espalhado. Segundo levantamento do Movimento Educação Democrática, em 2018 havia ao menos 181 projetos de lei municipais e estaduais com teor semelhante ao da legislação da Flórida.

Coibir abordagens sobre gênero em sala de aula é também pauta

ideológica do governo Jair Bolsonaro (PL), em especial após a nomeação de Milton Ribeiro para o Ministério da Educação e de Sandra Ramos, adepta do Escola sem Partido, para a coordenação de materiais didáticos da pasta.

Após sofrer derrotas em série no Supremo Tribunal Federal, a tentativa de censura nas escolas encontra-se juridicamente enfraquecida. Em 2020, por exemplo, o STF considerou inconstitucional parte do plano de educação de Cascavel (PR), que proibia a “adoção de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’”.

Uma proibição como essa, segundo o relator do caso, o ministro Luiz Fux, “desvaloriza o professor, gera perseguições no ambiente escolar, compromete o pluralismo de ideias, esfria o debate democrático e prestigia perspectivas hegemônicas por vezes sectárias”.

Pesquisa Datafolha realizada em 2019 apontou que 54% dos brasileiros defendem que a educação sexual seja abordada nas escolas, contra a opinião de expressivos 44%. Em tema tão divisivo, convém que todos os lados privilegiem o convencimento com base pedagógica, em vez da militância estridente.

Banca do Antfer

Telegram: <http://t.me/bancadoantfer>

Issuuhub: <http://issuuhub.com/user/book/1712>

Issuuhub: <http://issuuhub.com/user/book/41484>



Punitivismo mascarado de crítica

Lygia Maria

O apresentador de podcast Monark sugeriu que a lei deveria permitir a existência de um Partido Nazista. O que motivou essa sugestão esta-páfúrdia não foi a defesa do nazismo, e sim uma visão sobre a liberdade de expressão: a divulgação de qualquer ideia, mesmo odiosa, deveria ser permitida.

Pode-se discordar, afinal, há séculos filósofos discutem essa questão e ainda discordam. Porém, a maioria das críticas se resumiu à acusação de apologia ao nazismo. Logo, a “crítica” é imputar um crime e prender. Até a deputada Tabata Amaral foi acusada de compactuar com nazistas só por participar do podcast — a resposta dela, rechaçando Monark, foi ignorada. Sobrou também para quem discordou da criminalização da fala do apresentador: “Relativização do nazismo!”, bradou a turba.

Ora, vários pesquisadores apoiam a noção de uma liberdade de expressão ilimitada. O linguista norte-americano Noam Chomsky, por exemplo, defende a liberdade de expres-

são de pessoas/grupos nazistas. Para ele, a liberdade de expressão deve valer para as ideias que odiamos, caso contrário, as ideias que amamos podem ser proibidas também.

Entretanto a opinião do linguista ou é esquecida ou considerada de forma racional: “Quais limites a lei deve impor à liberdade de expressão?”. Ninguém chama Chomsky de nazista. Talvez por ser de esquerda e um acadêmico renomado, talvez por se expressar de forma serena e fundamentada. Ou seja, tudo o que Monark não é nem fez.

Mesmo assim, é espantoso que tantos intelectuais não saibam que criticar uma lei é diferente de infringir uma lei e que fujam das ideias proferidas ao se prenderem a quem as proferiu. Ou seja, que moralizem e criminalizem o debate, em vez de fomentá-lo através da razão. Há quem diga que “nazismo não se discute” porque é monstruoso. Concordo. Pena que o debate não era sobre a imoralidade do nazismo — uma platidade, convenhamos — e sim sobre liberdade de expressão.

O país dos “sem-sem”

Ana Cristina Rosa

Na porta de um supermercado do Plano Piloto, área nobre de Brasília, uma adolescente e um menino pedem itens da cesta básica a quem ingressa no local. “Pode comprar um litro de óleo para me dar, tia?”, pergunta ela ao me ver passar. Apressada e constrangida, entro no comércio. Na saída, entrego o mantimento e pergunto a idade da dupla. Ela tem 15, ele, 9 anos. São irmãos. Ambos deixaram de frequentar a escola durante a pandemia e têm se dedicado a ajudar a levar comida para dentro de casa.

A cena é tão cruel quanto corriqueira num país em que a inflação dos alimentos já consome quase 40% da receita dos mais pobres. E se ocorre na terceira capital mais rica da nação, não é de surpreender que as regiões Norte e Nordeste, tradicionalmente mais carentes de oportunidades, sejam recordistas em concentração de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham — os friamente chamados “nem-nem”. E, claro, entre eles, a maioria é negra.

Puro nonsense

Ruy Castro

Um dos contos nonsense de Woody Allen, de quando ele escrevia contos para a revista The New Yorker e os reunia em livros nos anos 70, trata de um homem maduro, solteiro, inútil, que sempre morou com a mãe e era por esta tratado como um idiota. Um dia, para massacrá-lo de vez, ela lhe revelou: “E quer saber de uma coisa? Você é anão. Eu e seu pai montamos esta casa na sua escala para você nunca perceber!”.

A ideia de armar um pequeno mundo para uma pessoa não saber que a realidade lá fora é outra me ocorreu ao ler sobre uma nova biografia do ditador português Oliveira Salazar (1889-1970), que por 40 anos condenou Portugal ao atraso, à asfixia, à pobreza e ao desprezo internacional. Trata-se de “O Ditador que Morreu Duas Vezes”, do italiano Marco Ferrari, com uma novidade em relação a outras biografias de Salazar que conheço.

Como se sabe, em agosto de 1969, aos 80 anos e sem a menor intenção de pedir o boné, Salazar sofreu um

Pensando nos irmãos da porta do mercado e nas reflexões de um grupo de acadêmicos sobre indicadores sociais brasileiros, me dei conta do grau de perversidade e de injustiça embutidos na expressão “nem-nem”. Em caso de adoção de uma alcunha para esses brasileiros, talvez a correta fosse “sem-sem”, de sem trabalho decente e sem oportunidade de mudar de vida.

São mais de 11,5 milhões de jovens nessa condição no Brasil. O que não significa estar à toa. Ao contrário. É gente que vai à luta como pode e se vira com os recursos de que dispõe para sobreviver. Quem não está no “metaverso” é capaz de enxergar.

Será que algum dia poderemos contar com políticas públicas efetivas de geração de emprego e renda alinhadas com ações de combate à evasão escolar e de incentivo à educação de qualidade no Brasil? Talvez aí o país deixe de ter 2,4 milhões de crianças sem saber ler e escrever ao final das séries iniciais do ensino fundamental e os jovens possam ter esperança de um futuro melhor.

acidente doméstico. Foi sentar-se a uma cadeira de diretor para ler seu jornal favorito, o Diário de Notícias, o que mais se acanhava para agradá-lo. A cadeira virou, Salazar caiu para trás e bateu com a nuca no chão. Sofreu uma hemorragia intracraniana, não descoberta de imediato. Mas o caso se agravou, ele teve de ser operado e ficou inconsciente. Certo de que Salazar morreria e o poder não podia vagar, seu governo o substituiu por Marcelo Caetano, velho aliado.

Só que Salazar não morreu. Voltou a si e, para terror de seus homens, resistiu por 11 meses, razoavelmente lúcido. Já não governava, mas não podia saber disso, donde seus ministros o visitavam para “discutir” com ele os problemas. E — esta a novidade — toda manhã Augusto de Castro, diretor do Diário de Notícias, ia levá-lo o jornal.

Um exemplar único, rodado só para ele, com as notícias alteradas omitindo seu sucessor, para Salazar pensar que continuava ditador. Era Woody Allen na veia.

Mentiras públicas

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Em 6/10/1989, Erich Honecker, o secretário geral do PC da República Democrática Alemã (RDA), presidiu a celebração de 40 anos do regime, em uma enorme e pomposa cerimônia, simbolizando a força do regime e sua estabilidade. Doze dias depois, demitiu-se. Vinte dias depois, o muro de Berlim seria derubado. Menos de um ano depois, a RDA não existiria mais, dando lugar ao surgimento da nova Alemanha unificada.

Processos semelhantes ocorreram na transição de regimes autoritários para democracias (ex. Primavera Árabe, 2011). Seu traço distintivo é a rapidez. Nenhum analista os havia antecipado malgrado sua enorme importância histórica: havia poucos sinais de mobilização ativa na população ou na opinião pública que pudessem sugerir o que estava para vir.

Timur Kuran foi o primeiro a analisar o fenômeno rigorosamente. Sob o autoritarismo, argumentava, há custos altos para as pessoas manifestarem sua insatisfação. Apenas no âmbito privado essa informação está disponível. Há assim uma assimetria de informação em relação à prevalência da insatisfação coletiva. O que explica a estabilidade e posterior resposta coletiva surpreendente.

É um equilíbrio instável cujo desenlace é o comportamento de manada a partir de “cascatas informacionais”. Ele explica a resiliência de estruturas que são rejeitadas coletivamente. Kuran examinou o racismo nos EUA, o sistema de castas da Índia e o apartheid na África do Sul.

O que ele chamou de falsificação de preferências é fenômeno universal em qualquer situação em que estejam presentes custos envolvidos em revelá-la. Nas democracias, o custo pode assumir várias formas: sanções informais, perda de acesso a emprego e oportunidades, e, hoje, cancelamentos. Mas Kuran escreveu nos anos 1990, e não poderia imaginar a mudança trazida pelas redes sociais que contribuíram, por outro lado, para quebrar assimetrias de informação.

Na literatura de opinião pública um fenômeno parecido é conhecido como o viés de desejabilidade social. Nas pesquisas de opinião, as respostas expressam a resposta esperada pelo interlocutor ou grupo de referência, mais que a genuína.

No Brasil, pós 1988, há um segmento significativo do eleitorado que não adquirira visibilidade até a chegada de Bolsonaro. Timothy Power referiu-se a ele como a “direita envergonhada”.

Hoje, a real extensão do antipetismo e do antibolsonarismo é difícil de estimar devido ao fenômeno da falsificação de preferências, que é magnificado devido à forte polarização. O mesmo vale para o apoio a candidaturas como a de Moro. Pode-se esperar, portanto, volatilidade maior nos movimentos de opinião pública para além dos efeitos próprios da campanha eleitoral.

TENDÊNCIAS/DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com essa natureza não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A inepta política nacional de drogas

Continuaremos morrendo, matando e encarcerando nossa juventude em vão?

Thiago Colnago Cabral

Juiz da 3ª Vara de Tóxicos, Organizações Criminosas e Lavagem de Capitais de Belo Horizonte

Foi publicado recentemente o “Global Drug Policy Index”, ranking mundial do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, abrangendo 30 países de todos os continentes, quanto à política de drogas. O trabalho, coordenado por Helen Clark, ex-primeira-ministra da Nova Zelândia, reserva ao Brasil a pior classificação dentre os países avaliados, atrás de México, Colômbia, Afeganistão e Indonésia, o que exalta a importância de seu comprometido exame pela sociedade brasileira.

A classificação está fundada em cinco critérios, referentes ao cabimento de medidas extremas de julgamento, especificamente com aplicação de penas de morte ou perpétuas; à proporcionalidade da resposta da Justiça criminal; às políticas de tratamento e redução de danos; ao controle de medicamentos de acesso restrito; e às medidas de desenvolvimento nacional.

Pesou substancialmente na classificação do Brasil a consideração de que o país vivencia endemia de execuções sumárias “em nome do combate ao tráfico” — tal qual se atribui ao México, a qual é equiparada aos regimes indonésio, indiano e tailandês de imposição de penas de morte.

O estudo denomina tais ações estatais como sentenças extremas ou violações graves a direitos fundamentais, relacionando-as diretamente à circunstância da militarização enquanto elemento da política de tratamento às drogas.

Neste pormenor reside outro aspecto importante da realidade nacional com a qual o Brasil se vê sempre confrontado, especialmente no cenário internacional: as vítimas fatais de ações policiais.

De tempos em tempos a sociedade brasileira é confrontada com ações dessa natureza, amplamente divulgadas, como nas muitas chacinas noticiadas pela grande imprensa;

entretanto não há como negar que tais ocorrências são, ainda que em menor magnitude, relativamente frequentes no país.

Outro critério de avaliação bastante prejudicial ao Brasil foi o que se denominou desproporcionalidade no tratamento judiciário, fundada em violações a direitos humanos representadas pelo uso excessivo da força em nome do combate aos entorpecentes. Prisões provisórias prolongadas e amplamente empregadas foram diagnosticadas no estudo internacional como marcas do Judiciário brasileiro.

Com fundamento nesses critérios, o Brasil é pessimamente avaliado quanto à política de redução de danos, medidas de tratamento ao uso abusivo de entorpecentes que acabam por evitar incursões criminais dele decorrentes.

[...]

Independentemente das concepções de cada um quanto à descriminalização do uso de determinados entorpecentes, a adoção nacional de uma efetiva política de redução de danos — com estruturados serviços de acolhimento e tratamento, aliada a políticas públicas de proteção social — é o único instrumento eficiente no tratamento da questão

A teor do ranking, tais políticas são insignificantes no nosso país. É justamente neste ponto que se coloca a maior importância do estudo para o Brasil: fazer pensar sobre a estruturação da política de drogas no país.

Não há como deixar de perceber que, para além dos grandes traficantes e das organizações estruturadas de narcotráfico e lavagem de capitais, a estrutura do tráfico compreende um sem número de desvalidos, no mais das vezes sem qualquer oportunidade econômica ou social. São eles um universo infindável de mão de obra barata e plenamente substituível na estrutura do narcotráfico.

Para estes, muitas das vezes a promessa do ganho fácil, ainda que se restrinja à diminuta porção de entorpecentes, se afigura muito sedutora, senão irresistível.

Quanto a esse grupo, a política nacional se restringe à repressão policial, em combate que no mais das vezes conduz ao encarceramento de integrantes de menor importância na estrutura delitiva e, sobretudo, estabelece verdadeiro empecilho para que agentes públicos se dediquem, com maior vagar, às estruturas de poder das organizações criminosas.

Independentemente das concepções de cada um quanto à descriminalização do uso de determinados entorpecentes, a adoção nacional de uma efetiva política de redução de danos — com estruturados serviços de acolhimento e tratamento, aliada a políticas públicas de proteção social — é o único instrumento eficiente no tratamento da questão.

Enquanto isso não for objeto de reconhecimento e, principalmente, de mudança da realidade nacional, continuaremos morrendo e matando, encarcerando grandes parcelas da nossa juventude em vão, sem atingir estruturalmente as organizações dedicadas ao narcotráfico.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Crianças da etnia Yawanawá brincam nas águas da Terra Indígena Rio Gregório, em Tarauacá, no Acre. *Avenir Prado - 29 out.17/Folhapress*

Txai Surui

Antes, o grito de horror de Castro Alves com “Vozes d’África”, denunciando o tráfico de escravizados; depois, Manuel Bandeira expôs o horror urbano em “O Bicho”. Agora, Txai Surui denuncia um genocídio em processo, nos levando a ouvir as vozes da floresta com seu “Conto da Amazônia” (Opinião, 12/2). Não podemos tolerar que o país continue a usar carne e sangue do povo como matérias-primas.

Jonas Nunes dos Santos
(Juiz de Fora, MG)

Este lindo “Conto da Amazônia” deveria ser lido diariamente nas escolas do país. Emocionante e sábio!
Raimundo Alves de Lima (Brasília, DF)

Professores

O governador João Dória diz que sou “oportunista e eleitoreira” por defender a educação, professores e servidores (“Apeoesp aciona governo Dória na Justiça e pede aumento de 33% para professores”, Mônica Bergamo, 10/2). Oportunista é quem anuncia reajuste salarial rebaixado, em ano eleitoral, e ainda deixa de fora a principal categoria, por conta da farsa de uma “nova” carreira.

Professora Bebel (PT), presidente da Apeoesp e deputada estadual (São Paulo, SP)

Direito penal

O jornalista Hélio Schwartzman (“Direito penal não deve ser usado como instrumento de educação”, Opinião, 11/2) deu uma aula de bom senso, visão da realidade, conhecimento do sistema penal brasileiro e da aplicação do Direito Penal. Ele afirma que, com os seus posicionamentos, poderá pegar “uns 30 anos de cana”. Antes, se me der a honra, eu o defenderei.

Antonio Claudio Mariz de Oliveira (São Paulo, SP)

Palmeiras

Pensei que o trauma dos 7 a 1 em 2014 nos serviria para evoluir individual e coletivamente, e que as pessoas passariam a considerar o futebol mero entretenimento. Calculei errado: a estupidez, pelo visto, ainda vai continuar por um longo tempo aí. (“Torcedor morre baleado após jogo do Palmeiras; agente penitenciário é preso”, Esporte, 12/2) Marcos Antônio da Silva (Londrina, PR)

Semana de 22

Aconselho Ruy Castro a ler o editorial desta Folha “Lições de 22” (Opinião, 13/2). Fiquei surpreso quando iniciou sua cruzada visando desmoralizar a Semana de 22. Lamentável que uma pessoa dotada de talento não reconheça, com tanta insistência, a importância do movimento modernista iniciado em São Paulo. Não consigo entender, mas às vezes imagino, a razão de tanta birra.

Antonio Mascaro (Carapicuíba, SP)

Após a leitura do texto “A Vanguarda Oficial”, de Ruy Castro (Ilustríssima, 6/2), fiquei extremamente magoado com o jornalista e colunista deste jornal, ante o menosprezo por ele destilado contra a Semana de 22. Hoje, o professor José Miguel Wisnik responde com fundamentos sólidos e irrefutáveis ao citado jornalista, confortando-me e apaziguando meu espírito.

Antonio Clarét Maciel Santos (São Paulo, SP)

Colunistas

Pondê erra feio no diagnóstico: o que chama de “equivoco do jovem liberal” (“Monark comete o equivoco do jovem liberal em seu podcast”, 13/2) não passa de ignorância e preconceito, travestidos de liberdade de expressão e amplificados pela mídia eletrônica. Antonio Prata vai ao ponto: como é que essa turminha de boçais tem tantos seguidores? (“Fundãoocracia”, 13/2). José Marcos Thalenberg (São Paulo, SP)

Muito bom o artigo de Antonio Prata sobre a idiotização geral, que parece ser mais virulenta que a Covid. Uma contribuição: a quantidade de QI no planeta é constante, a população é que está aumentando. Rubens Sayegh (São Paulo, SP)

Muniz Sodré

Se alguém nutre alguma esperança de “cura” de Bolsonaro e seus seguidores negacionistas e terraplanistas, não leia a coluna de Muniz Sodré (Opinião, 13/2). Ele nos informa que, segundo o Padre Antônio Vieira, “se observa no Evangelho que, curando Cristo todos os gêneros de enfermidade e ressuscitando mortos, a nenhum doido sarou”. Que outubro não tarde...

Jonas Nunes dos Santos
(Juiz de Fora, MG)

Rodrigo Neves

É incorreta a chamada “Ex-preso da Lava Jato ganha fôlego com aliança entre Ciro Gomes e Eduardo Paes no RJ”, publicada neste sábado, dia 12. A ação arbitrária da qual fui vítima, sem até hoje ter sido ouvido, foi deflagrada pelo MP Estadual e pela Polícia Civil, sem relação nenhuma com a Lava-Jato, que é federal.

Diante da completa falta de provas, a Justiça rejeitou por 6 votos a 1 a denúncia que ensejou a minha ilegal prisão, e determinou meu retorno imediato à Prefeitura. Completei o mandato com 85% de aprovação, e o meu sucessor foi eleito.

Rodrigo Neves (PDT), ex-prefeito de Niterói e pré-candidato do PDT ao governo do Rio (Niterói, RJ)

Servidores

No Rio Grande do Sul, o aumento a professores ativos e inativos (“Ao menos 13 governadores já deram aumento a servidores neste ano eleitoral”, Política, 13/2) é uma vergonha! Em que pese anunciarem 23% de aumento, retiraram o aumento da parcela autônoma vinculada à folha do servidor, fazendo com que fosse pago pelo próprio servidor. Eduardo Kiess (Rio de Janeiro, RJ)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

FOLHINHA (12/FEV) A divulgadora científica Natalia Pasternak tem doutorado em microbiologia, e não mestrado, como dizia a linha fina da entrevista.

MERCADO (10/FEV PÁG A12) Embora tenha demonstrado interesse no negócio, a Copel Telecom não fez uma proposta formal à Oi, como afirmou o texto “Dividido, Cade aprova compra fatiada da Oi pelas rivais Vivo, Claro e TIM”. A Oi recebeu proposta da Highline Telecom, que desistiu do negócio após oferta mais alta do consórcio formado pela Vivo, Claro e TIM.

Violência obstétrica: nomear para enfrentar

Documento busca efetivar a participação das mulheres nas decisões do parto

Nalida Coelho Monte e Paula Sant’Anna Machado de Souza

Defensoras públicas do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres do Estado de São Paulo

O estudo “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos”, de 2010, constatou que sofrer algum tipo de violência obstétrica é realidade para 1 em cada 4 mulheres no Brasil. Esta violência atinge contornos de maior perversidade quando considerados os aspectos raciais, como apontado pela pesquisa “A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil”, de 2017.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza que todas as mulheres têm direito a uma assistência digna e respeitosa durante a gravidez e o parto. Indica, ainda, que abusos, maus-tratos e desrespeitos durante o parto são violações dos direitos humanos das mulheres.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, ratificada em 1984 pelo Brasil, estabelece que os países devem adotar medidas para eliminar a discriminação contra as mulheres na esfera dos cuidados médicos. Diversos programas do Ministério da Saúde garantem o direito à assistência à saúde humanizada, como o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento e a Rede Cegonha.

No estado de São Paulo, a lei 15.759/2015 também assegura o direito à assistência humanizada durante o parto e reforça que devem ser adotados apenas procedimentos aprovados cientificamente e garantida a autonomia da mulher.

Apesar de todas essas normativas, a utilização do termo “violência obstétrica” ainda está em disputa. Em 2019, o Ministério da Saúde emitiu parecer de que empreenderia estratégia para a abolição do seu uso.

O conceito também dificilmente é enfrentado por decisões judiciais proferidas em processos de indenização. Não raro o debate processual gira em torno do desfecho do parto, restando as violências obstétricas — violências verbais e físicas, desrespeito ao direito ao acompanhante, realização de procedimentos

[...]

Não raro o debate processual [jurídico] gira em torno do desfecho do parto, restando as violências obstétricas — violências verbais e físicas, desrespeito ao direito ao acompanhante, realização de procedimentos sem autorização das mulheres ou sem evidência científica — apagadas e silenciadas

tos sem autorização das mulheres ou sem evidência científica — apagadas e silenciadas.

Nesse cenário, o projeto de lei federal 7.633/2014 assume vital importância. Isso porque caracteriza violência obstétrica como a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde através de tratamento desumanizado e abuso da medicalização e patologização dos processos naturais que causem a perda da autonomia e da capacidade das mulheres de decidirem livremente sobre seus corpos e sua sexualidade.

O projeto também destaca a importância do plano de parto, documento que busca efetivar a participação das mulheres nas decisões que envolvam o parto.

A identificação e nomeação de tais práticas como violência obstétrica também favorecem o cumprimento dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) 5.6 da Agenda 2030 estabelecida pela ONU, que visa assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva.

Não menos importante, a nomeação da violência obstétrica é significativa na medida em que identifica mais uma forma de violência de gênero e, por conseguinte, reforça que o Estado brasileiro, ainda tão discriminador, tem os deveres de atuar na sua prevenção e de concretizar assistência humanizada à saúde para todas as mulheres.

Caminho errado

A sinalização de que a Justiça Eleitoral aposta preferencialmente em uma ação do Legislativo para criar regras de atuação do Telegram no país é vista com ceticismo entre investigadores que atuam em casos que envolvem a plataforma. O entendimento é que não há tempo hábil para a inclusão, no projeto das fake news, da exigência de que empresas tenham sede no Brasil. Além da dificuldade para aprová-lo em ano eleitoral, ainda há a possibilidade de veto de Jair Bolsonaro.

PORAQUI O caminho mais viável, avaliam, seria uma ação direta do Judiciário, por meio da provocação do Ministério Público ou Polícia Federal em casos existentes. Outro caminho é a retomada do processo sobre o WhatsApp no STF, que poderia abordar a necessidade de haver sede no Brasil. O caso está com Alexandre de Moraes, que pediu vistas.

EXEMPLO Os investigadores que se debruçam sobre o tema citam o caso da Alemanha, onde pela primeira vez o Telegram bloqueou canais que espalhavam desinformação. A diferença, afirmam, é que lá o Executivo pressionou a plataforma, enquanto no Brasil Bolsonaro defende.

BOMBOU Pesquisa da Diretoria de Análises de Políticas Públicas da FGV mostra como o uso político da inauguração de uma obra na transposição do Rio de São Francisco e a imputação de crime pela PF pelo vazamento de um inquérito impulsionaram Jair Bolsonaro nas redes em fevereiro.

METADE O presidente aparece em 2,4 milhões das 4,7 milhões de menções a presidenciais entre os dias 1 e 8. Lula vem na segunda colocação, com destaque para abordagens sobre escândalos de corrupção nas gestões petistas.

INDO João Dória (PSDB) e Sergio Moro (Podemos) também registraram picos de menções. O governador no dia do acidente na obra do metrô e o ex-juiz devido aos recebimentos de uma consultoria. O petista Ciro Gomes teve maior engajamento nas manifestações sobre posição contrária à privatização da Petrobras.

SANTO... O deputado Marco Feliciano (PL-SP) critica as investidas de Lula (PT) e Sergio Moro (Podemos) para atrair os cristãos, em especial os evangélicos, visando a disputa eleitoral e classifica os presidenciais de "religiosos bissexto".

...DO PAU OCO Apoiador de Jair Bolsonaro, Feliciano diz que o presidente não é um santo, mas é "o que mais se aproximados nossos dogmas, costumes e fé". Sobre Moro, ele afirma que o ex-juiz "só faltou subir nos botões da estátua do Padre Cícero quando esteve em Juazeiro do Norte (CE)".

AQUINÃO "Os evangélicos passam a vida toda aprendendo que o maligno também se apresenta como anjo", afirma.

CONTRAMÃO Enquanto a pré-campanha de Jair Bolsonaro tenta reverter o desgaste causado pelo discurso contra as vacinas, apoiadores do presidente ainda mantêm o tema em pauta em suas páginas e canais nas redes sociais.

TOMA AÍ Aliados como a deputada Bia Kicis e Anderson Moraes (RJ), além de canais no Telegram e WhatsApp, divulgaram conteúdo nos últimos dias contra o passaporte vacinal, com críticas a vacinação de crianças e com teorias conspiratórias sobre a fabricação dos imunizantes.

AJUDA O Fundo Positivo vai escolher 20 iniciativas no Brasil de prevenção ao HIV para destinar mais de R\$ 1 milhão. Podem se inscrever no edital até março organizações, movimentos e fóruns que atuem em projetos voltados para o combate à doença.

com Guilherme Seto e Fábio Serapião

Cláudio



GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R\$ 1,90	R\$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R\$ 9,90	R\$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R\$ 29,90	R\$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa	Assinatura semestral*
	seg. a sáb. dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R\$ 5	R\$ 7
DF, SC	R\$ 5,50	R\$ 8
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 6	R\$ 8,50
AL, BA, PE, SE	R\$ 9,25	R\$ 11
Outros estados	R\$ 10	R\$ 11,50

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
366.088 exemplares (dezembro de 2021)

PT restringe candidatos a governador para priorizar Lula e vagas no Congresso

Ao visar força no Legislativo, partido trabalha com lista de cerca de dez nomes nos estados, um dos menores números da sua história

Catia Seabra e Ranier Bragon

RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA Disposto a solidificar pontes para um eventual segundo turno presidencial, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem conduzido, pessoalmente, acordos que privilegiam potenciais aliados, em detrimento de nomes do próprio PT, na hora de escolher que candidatos apoiar para governos estaduais.

Mesmo diante das dificuldades para a costura de uma federação com o PSB e outras siglas de esquerda, o PT trabalha com a perspectiva de lançar somente cerca de dez candidatos a governador nas próximas eleições, um dos menores números de seus 42 anos de história.

Nos demais estados, a prioridade será a consolidação de palanques consistentes com vistas à eleição de Lula e à governabilidade de uma eventual gestão petista. Além disso, há um entendimento de que a eleição de uma forte bancada para Câmara dos Deputados e Senado se sobrepõe à disputa de governos estaduais.

As negociações —que têm a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), como avalista— não se restringem aos partidos do bloco de esquerda, estendendo-se ao centrão. A agenda do ex-presidente também inclui conversas com MDB, PSD e PSDB.

Lula foi, por exemplo, fiador de um acordo pela reeleição do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), a quem chamou de companheiro durante entrevista à Rádio Liberal.

Dois dias depois de anunciar publicamente esse apoio à reeleição de Helder, com quem conversou, Lula recebeu a visita do senador Renan Calheiros (MDB-AL) e seu filho, o governador de Alagoas, Renan Filho (MDB), em São Paulo.

No encontro, cujo registro fotográfico foi divulgado por Lula nas redes sociais, o petista reafirmou o apoio a uma candidatura de Renan Filho ao Senado, além de compromisso de aliança em torno do candidato dos Calheiros ao governo estadual.

Apesar da resistência do PT local, no Maranhão, o compromisso é de apoio ao indicado pelo governador Flávio Dino (PSB), provavelmente em consonância com a família Sarney.

Em Pernambuco, o PT anunciou apoio ao PSB antes mesmo de conhecer o nome do candidato. A aliança foi selada durante reunião virtual, de quase três horas, entre Gleisi e os presidentes do PSB, Carlos Siqueira, e do PCdoB, Luciana Santos, com a presença do senador Humberto Costa (PT).

Líder das pesquisas locais, Costa concordou em retirar a candidatura ao governo do estado em prol da aliança. "Claro que não fiquei satisfeito. Mas era a orientação nacional do PT. A aliança com o PSB é estratégica", afirmou.

À espera de um acordo com o PDT no segundo turno, o comando nacional do PT não impôs resistência à aliança com a família Gomes no Ceará. No reduto eleitoral de Ciro Gomes, o PT apoiará a candidatura do PDT ao governo do estado, uma vez que o governador Camilo Santana (PT) vai se desincompatibilizar para concorrer ao Senado, deixando a cadeira para a vice-governadora Izolda Cela.

Palanques do PT

Cotados no PT para disputa de governos estaduais em outubro

Estado	Nome
BA	Jaques Wagner , senador
MS	Zeca do PT , ex-governador
PI	Rafael Fonteles , secretário da Fazenda do Piauí
RN	Fátima Bezerra , candidata à reeleição
RS	Edegar Pretto , mas há pressão para apoio a Beto Albuquerque (PSB)
RO	Anselmo de Jesus , ex-deputado
SC	Décio Lima , ex-deputado federal
SP	Fernando Haddad , ex-prefeito
SE	Rogério Carvalho , senador
TO	Paulo Mourão , ex-deputado estadual

Número de candidatos que o PT lançou a governador em toda a sua história

Eleições	Candidatos lançados
1982, 1986 e 1990	*
1994	19
1998	16
2002	24
2006	18
2010	10
2014	17
2018	16
2022	10 ou 11**

*TSE não tem registro online, mas PT confirma que partido lançou, nessas três eleições, candidatas a governador em quase todos os Estados | **Cotados. Número final será conhecido após as convergências partidárias, de 20 jul a 5 ago

A estratégia guarda total relação com os movimentos patrocinados por Lula em âmbito nacional. O ex-presidente, por exemplo, tende a fechar uma chapa com o ex-tucano e ex-riual de campanha Geraldo Alckmin, além de ter conversado com outros nomes do PSDB e com o PSD de Gilberto Kassab.

Com aval do presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD), discute uma aliança com o PT na disputa pelo Palácio dos Tiradentes.

Líder do PT na Câmara, o deputado Reginaldo Lopes (MG) afirma que, em Minas, a polarização entre Kalil e o governador Romeu Zema (Novo) não permite espaço a uma terceira via. Está programado para os próximos dias, um encontro entre Lula e o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD).

Lula mantém canais de diálogo com governadores até onde ainda não se cogita uma aliança formal com o PT nesse primeiro turno. É o caso de Sergipe e Paraíba. O ex-presidente já se reuniu com o governador sergipano, Belivaldo Chagas (PSD), que deverá lançar o deputado Flávio Mitidieri, seu correligionário, à sucessão. Apesar da boa relação com o PT, Lula aposta na candidatura do senador Rogério Carvalho ao cargo.

O ex-presidente também já conversou com o governador da Paraíba, João Azevêdo (Cidadania). Mas o petista não pretende contrariar o ex-governador Ricardo Coutinho (PT) por uma dívida de gratidão. Recém-filiado ao PT, Coutinho foi ferrenho defensor de Dilma Rousseff, quando ainda era filiado ao PSB, e hoje vê em Azevêdo um rival.

Disputado no Nordeste, Lula enfrenta dificuldades para montagem de palanques no Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal, região de forte presença bolsonarista. Ele chegou a propor ao tucano Marconi Perillo a formação de uma aliança ampla pa-

ra barrar a reeleição do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM).

Após 14 anos sem falar com Lula, Perillo alegou, porém, dificuldades de explicar ao seu eleitor uma coligação com o PT. Ex-governador de Goiás, Perillo deverá disputar o Senado pelo PSDB.

Já no Paraná, o PT apoiará a candidatura do ex-emedebista Roberto Requião. Ex-governador e ex-senador, Requião está à espera dos desdobramentos do debate sobre federação no campo da esquerda para decidir a qual partido se filiar.

Além do desejo de "colocar em ordem o estado que está acabando", Requião aponta a candidatura de Lula como uma das razões para disputar o governo estadual. Ele afirma que o PT o está ajudando muito nessa largada e não descarta se filiar ao partido caso não prospere o projeto de federação à esquerda. "Se não houver federação, por que não? Fui muito mais petista durante o processo de cassação da Dilma do que o próprio PT", afirma.

Fechando ou não uma federação —que exige atuação conjunta pelos quatro anos seguintes— com PSB, PC do B e PV, a tendência é que o PT apoie nomes do PSB em estados como Pernambuco e Maranhão.

Entre os principais nomes do PT para governos estaduais estão o ex-prefeito Fernando Haddad em São Paulo, o senador Jaques Wagner, na Bahia, a governadora Fátima Bezerra, no Rio Grande do Norte, o secretário de estado Rafael Fonteles, no Piauí, e o senador Rogério Carvalho, em Sergipe.

Como mostrou a coluna Mônica Bergamo, da **Folha**, caso a federação não dê certo, o PT pode ampliar o número de candidatos a governador nos estados, em especial Espírito Santo (Fabiano Contarato) e Rio Grande do Sul (Edegar Pretto), onde o PSB reivindica apoio aos seus candidatos.

Na noite de sexta-feira (11), os presidentes do PSB, PV, PT e PC do B se reuniram em busca de um acordo para o Rio Grande do Sul, onde o presidente estadual do PSB, Beto Albuquerque, e o deputado estadual Edegar Pretto (PT) reivindicam o direito de concorrer. Outro nome citado para a disputa é o da ex-deputada Manuela d'Ávila (PC do B).

Outra fonte de tensão entre o PT e o PSB é o encontro ocorrido neste sábado (12) entre o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), e o ex-juiz Sergio Moro, pré-candidato à Presidência pelo Podemos.

Em toda a sua história, o ano em que o PT disputou menos governos estaduais foi em 2010, ocasião em que também priorizou abrir mão de candidatos próprios nos estados em nome da formação de alianças regionais de sustentação à candidatura de Dilma Rousseff —foram 10.

Em 2002, ano da vitória que levaria o PT ao governo federal, por exemplo, o partido disputou o governo de 24 das 27 unidades da federação, tendo vencido três (Acre, Mato Grosso do Sul e Piauí).

Nas últimas eleições, em 2018, o partido lançou 16 candidatos a governador e elegeu 4, todos no Nordeste —Ceará, Bahia, Piauí e Rio Grande do Norte.

Se não houver federação, por que não? Fui muito mais petista durante o processo de cassação da Dilma do que o próprio PT

Roberto Requião ex-governador do Paraná, sobre opção de se filiar ao PT

+

Ministros de Bolsonaro e as eleições de outubro

CANDIDATOS						SEM CANDIDATURA DEFINIDA					
											
Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) • Senado	Flávia Arruda (Secretaria de Governo) • Senado	Gilson Machado (Turismo) • Senado	Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) • Senado	Onyx Lorenzoni (Trabalho) • governo do RS	Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) • governo de SP	Tereza Cristina (Agricultura) • Senado ou vice na chapa presidencial	Anderson Torres (Justiça e Segurança Pública) • Senado ou Câmara	Augusto Heleno (GSI) • vice na chapa presidencial	Braga Netto (Defesa) • vice na chapa presidencial	Fábio Faria (Comunicações) • Senado	João Roma (Cidadania) • governo da BA

Arranjos nos estados podem afunilar candidaturas de ministros do governo

Ao menos 3 potenciais candidatos devem continuar na gestão Bolsonaro até o fim do mandato



O presidente Jair Bolsonaro e a ministra Damares Alves, que deve ser candidata ao Senado Ueslei Marcelino-27 set.21/Reuters

Marianna Holanda, Ricardo Della Coletta e Mateus Vargas

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL) contabilizava que 11 dos seus ministros se lançariam candidatos nas eleições deste ano, mas arranjos estaduais devem afunilar as possibilidades eleitorais do time ministerial.

Fábio Faria (Comunicações), Anderson Torres (Justiça) e João Roma (Cidadania) ainda aguardam para bater o martelo, mas podem decidir permanecer na Esplanada dos Ministérios.

No caso do primeiro, ele disputava a vaga de Senado pelo Rio Grande do Norte com

Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional.

Num evento em Jardim de Piranhas (RN) nesta semana, Faria sinalizou que pode abrir mão da disputa.

“Ele [Marinho], assim como eu, tem o direito de pleitear qualquer pré-candidatura”, disse Faria, num palco ao lado de Bolsonaro e do ministro do Desenvolvimento Regional.

“Nós temos um projeto: reeleger o presidente Bolsonaro. E somos gratos, quem achou que ia ter briga entre nós dois vai quebrar a cara. Entre eu e o Rogério, e em nome do projeto do estado, só vai sair um”, afirmou.

No ato político no Nordeste,

Marinho foi recebido aos gritos de “senador”. Depois, na live semanal de Bolsonaro, declarou-se pré-candidato ao Senado.

Faria sempre descartou a possibilidade de concorrer ao governo do estado, onde a governadora Fátima Bezerra (PT) tem bom desempenho eleitoral na disputa pela reeleição.

Para deputado federal, já está sacramentada a candidatura do ex-governador e pai do ministro, Robinson Faria.

A aliados Faria diz ainda que o arranjo definitivo será selado neste mês. A avaliação é de que, se os dois disputarem, ele pelo PP e Marinho pelo PL, quem ganhará a

única vaga pelo Senado será um nome do PT.

Segundo a Folha apurou, Torres também admite que sua candidatura depende do cenário no Distrito Federal.

Ainda que sua intenção fosse disputar o Senado, a ministra Flávia Arruda (Secretaria de Governo) é candidata natural ao posto.

Ela tem acordo com o governador Ibaneis Rocha (MDB) para formar a chapa.

O ministro, que é delegado, filiado ao União Brasil (ex-PSL) e nunca disputou eleição, poderia sair para a Câmara, mas já admite a interlocutores a possibilidade de continuar no governo até o final do mandato.

“Nós temos um projeto: reeleger o presidente Bolsonaro. E somos gratos, quem achou que ia ter briga entre nós dois vai quebrar a cara”

Fábio Faria
ministro das Comunicações, sobre possível disputa com Rogério Marinho por vaga de senador pelo Rio Grande do Norte

Na Bahia, João Roma insiste em disputar o governo do estado. O ministro, que criou o auxílio emergencial, disputaria contra seu ex-aliado ACM Neto (União Brasil), ex-prefeito de Salvador, e Jaques Wagner (PT), ex-governador.

A avaliação de interlocutores, contudo, é que o cenário é incerto no estado.

O anseio de aproximar o União Brasil da chapa nacional de Bolsonaro esbarra na candidatura de Neto, que teme a rejeição do presidente na Bahia.

Bolsonaro pode precisar de Roma para fazer palanque no terceiro maior colégio eleitoral do país.

Com o afunilamento, a conta de auxiliares palacianos é de que hoje há oito candidaturas no primeiro escalão do governo.

Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Onyx Lorenzoni (Trabalho) vão disputar os governos de São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente. Ambos pelo PL de Valdemar Costa Neto.

Devem sair pelo Senado os titulares do Desenvolvimento Regional, Marinho; Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves; Secretaria de Governo, Flávia Arruda; Turismo, Gilson Machado; e Agricultura, Tereza Cristina. Neste ano, há apenas uma vaga por estado.

Tereza Cristina está bem posicionada nas pesquisas e interlocutores dizem que se lançará mesmo para senadora, embora no entorno de Bolsonaro há quem defenda seu nome para compor chapa do presidente na tentativa de reeleição.

O chefe do Executivo, por outro lado, tem explicitado sua preferência por um general, mesma fórmula adotada em 2018.

Os principais nomes que circulam hoje para a vaga são de Braga Netto, ministro da Defesa, e de Augusto Heleno, do GSI.

Além desses, há também candidatos no segundo escalão do governo.

Mário Frias, que ocupa o cargo de secretário de Cultura, é esperado para se lançar candidato à Câmara dos Deputados pelo PL.

O ex-ministro da Saúde general Eduardo Pazuello também deve se lançar ao Senado por Roraima ou à Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro.

Mendonça continuará à frente de processo contra Bolsonaro

UOL | BRASÍLIA Indicado por Jair Bolsonaro (PL) para compor a corte, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça rejeitou uma alegação de suspeição, pleiteada pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e decidiu continuar à frente de processo que tem como alvo o presidente da República.

O despacho ocorreu no âmbito de uma notícia-crime da qual Mendonça é relator.

Na ação, o requerente argumenta que Bolsonaro cometeu os crimes de prevaricação e advocacia administrativa ao supostamente privilegiar apoiadores no episódio da demissão em massa

de gestores do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Em 16 de dezembro, durante evento com empresários em São Paulo, Bolsonaro disse ter dispensado funcionários do Iphan porque estes haviam paralisado uma obra da loja de seu aliado político, o empresário Luciano Hang, dono da varejista Havan.

“Porque eu não sou tão inteligente quanto meus ministros. O que é Iphan? Com ph. Explicaram para mim, tomei conhecimento e rihei todo mundo do Iphan. Botei outro cara lá, e o Iphan não dá mais dor de cabeça para a gente”, disse.

Eduardo Leite muda discurso e admite tentar reeleição no RS

RIO DE JANEIRO Após afirmar diversas vezes que não disputaria a reeleição, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), admitiu pela primeira vez a possibilidade de tentar um segundo mandato. Ele também afirmou que ficará no partido, diante de acenos do PSD.

As declarações foram dadas durante um encontro estadual do PSDB em Porto Alegre neste sábado (12) com a participação do presidente nacional da legenda, Bruno Araújo, após apelos de membros para que ele entrasse na disputa gaúcha.

“Tenho essa convicção [contra a reeleição]. Mas também tenho a convicção de que

não podemos permitir que o estado se perca. Não vou me omitir nesse processo eleitoral. Não sei se será como candidato, mas tenho certeza de que vou participar como uma liderança”, discursou ao final.

Desde sua campanha e sua posse, Leite, que em novembro perdeu para o governador paulista João Doria as prévias do PSDB para a candidatura à Presidência, dizia que não concorreria à reeleição por convicção própria.

“Eu não serei candidato à reeleição. Mantenho essa disposição para que nos afastemos de qualquer disputa eleitoral antecipada”, afirmou o governador durante um evento em 2019.



COMUNICADO IMPORTANTE

A DHL Express é empresa líder no segmento de Logística e com o intuito de ser transparente perante seus colaboradores e parceiros comerciais, informa via nota pública que realiza contratação de funcionários ou parceiros apenas através do site e mídias da própria DHL e/ou sites oficiais de vagas.

Além disso, a DHL não realiza nenhuma intermediação para financiamento de veículos ou solicitação de antecipação de pagamentos para qualquer outra ferramenta que possa dar suporte às atividades laborais.

Fiquem atentos antes de aceitar qualquer oferta, busquem saber sua veracidade através dos canais oficiais da DHL.

Moro vai desistir?

Direita não bolsonarista preserva ex-juiz, ainda sem grande adesão

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

Na semana passada o site O Antagonista publicou um texto do jornalista Cláudio Dantas especulando sobre a possibilidade de Sergio Moro desistir de sua candidatura presidencial para se candidatar a deputado federal. O Antagonista sempre funcionou como porta-voz de Moro, o que criou a sensação de que o próprio ex-juiz quis que a ideia circulasse. Se era para desistir tão cedo, por que Moro se lançou candidato?

Se esperava uma grande onda nacional que o levasse à liderança das pesquisas, leu muito errado a situação política. A onda da Lava Jato foi em 2018. Moro apoiou Bolsonaro. Deu nisso aí. Como diria a voz da consciência do apresentador Monark, "achou que ia acontecer o quê?". O mais provável é que Moro esperasse um número maior de apoios políticos. A chamada "terceira via" é a centro-direita brigando para tomar de Bolsonaro a liderança do cam-

po conservador. Moro esperava que, a essa altura, empresários, líderes religiosos e, sobretudo, líderes dos partidos de centro-direita estivessem entusiasmados com sua candidatura. Isso não aconteceu. A direita não bolsonarista vem preservando Moro como opção, mas ninguém grande aderiu à sua candidatura até agora. E a decisão de apostar errado as fichas políticas da Lava Jato está cobrando seu preço. O que havia de movimen-

to político em volta da operação até 2018 foi engolido pelo bolsonarismo. Isso quer dizer que Moro precisa ser candidato por um dos partidos que já existiam antes da Lava Jato, mesmo se com nome diferente. O Podemos, por exemplo, era o PTN, e já começou bem roubando o nome de um partido de esquerda espanhol. Também é possível que Moro tenha percebido uma articulação forte em torno de outra candidatura de "terceira via",

o que lhe tiraria toda e qualquer chance de não dar vexame na eleição. Mas que articulação seria essa? Os tucanos estão fazendo o bonito de sempre. Ninguém sabe quem será o anti-Lula, mas o anti-Doria já sabemos que será o próprio PSDB. Há uma conspiração de tucanos para derrubar a candidatura do governador de São Paulo acontecendo em plena luz do dia. Se o plano for lançar Eduardo Leite, é difícil pensar em um início pior de campanha: "Vote em mim, eu fiz uma metreta pra derrubar o cara que ia ser candidato antes". A propósito, ministro Queiroga, isso é um diálogo hipotético, não escreva para a Folha de novo reclamando. Outra alternativa para os tucanos rebeldes seria levar o partido para outra candidatura, como a da senadora Simone Tebet, do MDB. Ainda não sabemos o quão

para valer é a candidatura de Tebet. A senadora é um nome forte, teve grande atuação na CPI da pandemia e é boa debatedora e articuladora capaz. Por outro lado, quantos candidatos o MDB lançou nas últimas décadas só para abandoná-los e apoiar o líder das pesquisas? É mais fácil responder assim: com qual candidato do MDB isso não aconteceu? Enfim, o que Moro está descobrindo é que, depois que as energias políticas da Lava Jato foram canalizadas para o bolsonarismo, a "velha política" sobreviveu, mas os partidos de direita melhorzinhos se deram mal. Se Moro quer um partido grande, que tenha preservado sua estrutura nos últimos anos e, mesmo tendo tido esquemas, nunca tenha sido só um esquema, não vai ter jeito: terá que disputar as prévias do PT com Lula.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli



O governador do Ceará, Camilo Santana (PT), que concedeu reajuste de 10,74% para o funcionalismo

Jarbas Oliveira-3 mar 20/Folhapress

Reajuste a servidores em ano eleitoral ocorre em 13 estados

Governadores beneficiam categorias como professores, policiais e bombeiros

RIO DE JANEIRO, BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE, SALVADOR, CONSELHEIRO LAFAIETE (MG), SÃO PAULO E BRASÍLIA. Ao menos 13 governadores em ano em que buscam a reeleição, disputar outros cargos ou emplacar seus sucessores concederam reajuste salarial a uma categoria ou mais de servidor estadual. O aumento foi dado tanto por gestões aliadas ao presidente Jair Bolsonaro (PL) quanto a mais alinhados ao PT, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Outros três estados — Roraima, Acre e Piauí — disseram que pretendem reajustar as remunerações ainda neste ano. No caminho contrário, o mineiro Romeu Zema (Novo), candidato à reeleição, já negou aumentar salários do funcionalismo estadual. Na semana passada, Doria, pré-candidato ao Planalto, anunciou aumento de 20% no salário dos profissionais da Saúde e da Segurança Pública. As demais categorias de servidores terão aumento de 10% nos vencimentos. O reajuste irá valer a partir do próximo dia 1º de março e será estendido aos aposentados. No Rio de Janeiro, o governador Cláudio Castro (PL) publicou em janeiro um decreto que instituiu a recomposição salari-

al para os servidores públicos ativos, inativos e pensionistas do estado. O aumento é de 13% já sobre a folha de janeiro, que é paga em fevereiro. O percentual, diz o governo estadual, corresponde à metade da inflação medida pelo IPCA no acumulado entre 6 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2021. O aumento foi anunciado em meio à tentativa do Rio de ingressar no Regime de Recuperação Fiscal. O programa é destinado pelo governo federal a estados em situação de fragilidade financeira. O governo entende que a medida não fere o plano de recuperação. Na Bahia, o governador Rui Costa (PT) concedeu reajuste geral de 4% para o funcionalismo estadual, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa em dezembro de 2021, mas com efeito em janeiro deste ano. Em março, segundo a Secretaria da Administração, mais de 156 mil servidores, aposentados e pensionistas receberam acréscimos de até R\$ 300 no vencimento básico que impactam em outras gratificações, o que pode gerar ganhos reais de até 24% para algumas categorias. O acréscimo deverá beneficiar 121.955 servidores nas áreas de educação, saúde e

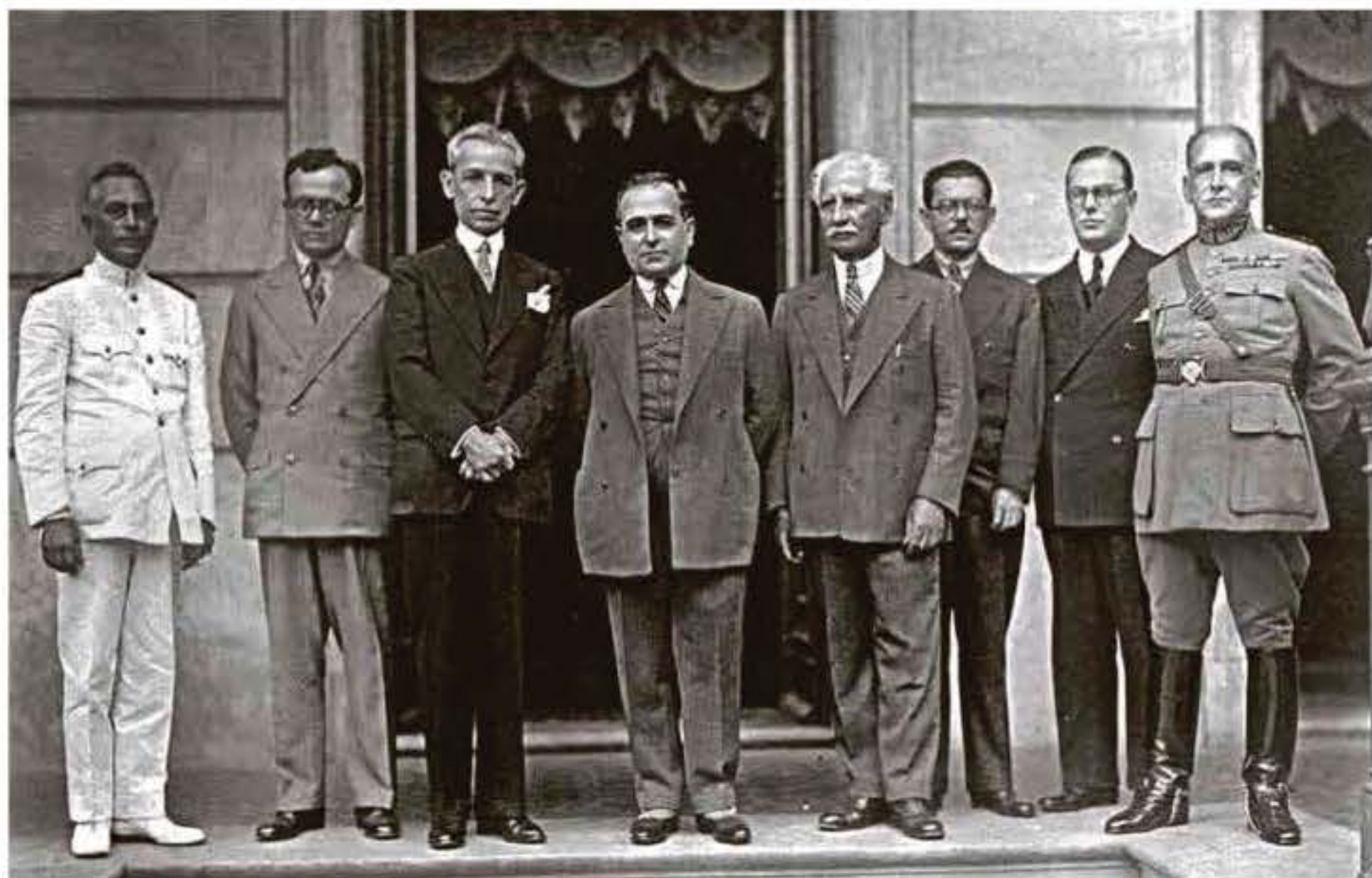
segurança pública, como policiais civis e militares, agentes penitenciários, além de aposentados e pensionistas com benefícios vinculados a estas carreiras. No Ceará, o governador Camilo Santana (PT) concedeu reajuste linear de 10,74% para todo o funcionalismo, dividido em duas parcelas. A primeira já passou a valer a partir de janeiro passado, enquanto a segunda será creditada em maio. Além disso, na última na quarta-feira (9), foi anunciado um reajuste de 33% no piso dos professores ativos, aposentados, pensionistas e temporários. Ainda foram incorporadas gratificações para servidores em quase todas as secretarias estaduais. Ainda em 2021, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB), sancionou a lei que prevê reajuste de cerca de 9% para todos os servidores, escalonado em duas vezes. A primeira parcela foi paga neste mês, enquanto a próxima será em março. A partir de março, a remuneração dos professores de 40 horas semanais passará de R\$ 6.358,96 para R\$ 6.867,68. Para professores de 20 horas, os proventos passarão de R\$ 3.179,48 para R\$ 3.433,84. No governo gaúcho de Edu-

ardo Leite (PSDB), que perdeu as prévias no PSDB para Doria para a candidatura à Presidência, o piso do magistério teve reajuste de 32% na tabela inteira do subsídio desde janeiro deste ano. Além disso, houve mudança na carreira da Brigada Militar (a PM gaúcha), Corpo de Bombeiros e Instituto-Geral de Perícias, que passaram a receber por subsídio em 2020. Com o estado em situação de crise fiscal, durante 57 meses, servidores gaúchos tiveram salários atrasados, só voltando a ter pagamento em dia em 2020; o 13º só voltou a ser pago dentro da data no ano passado. O governo gaúcho diz que, neste momento, não há definição sobre reajuste geral para 2022. No final de janeiro, a Secretaria do Tesouro Nacional aprovou a adesão do estado ao RRF (Regime de Recuperação Fiscal), que permite o pagamento escalonado da dívida com a União, com compromisso de equilíbrio nas contas. Como reajustes ficam vedados entre as fases de adesão e homologação do plano, ainda de acordo com o governo do estado, só se poderia discutir eventual reajuste geral do funcionalismo baseado no artigo 37 da Constituição Federal. No Amazonas, o governador Wilson Lima (PSC) sancionou lei que reajusta as datas-bases de servidores de 11 órgãos estaduais. Os aumentos variam de 7% a 32%, a contar de 1º de janeiro deste ano. O Governo de Pernambuco informou que as medidas de valorização dos servidores para 2022 estão sendo negociadas com os sindicatos. Na sexta-feira (11), o governador Paulo Câmara (PSB) anunciou um reajuste de 35% no piso salarial dos professores da rede pública estadual, acima da base nacional de 33% autorizada por Bolsonaro. Com o aumento, a base para profissionais com carga horária de 200 horas mensais passará de R\$ 2.886,15 para R\$ 3.900. O reajuste beneficia 36.124 professores efetivos e temporários e 33.499 aposentados e pensionistas. Na Paraíba, o governador João Azevêdo (Cidadania), pré-candidato à reeleição, concedeu um reajuste de 10% para todos os servidores estaduais, incluindo os aposentados. O reajuste passou a valer a partir de 1º de janeiro deste ano. Além disso, as forças de segurança terão incorporadas em seus salários o valor da bolsa de desampenho, relacionada ao trabalho e produtividade dos servidores da ativa. Sendo que 20% foram incorporados de imediato e o restante será implantado em 48 meses. Com esses aumentos, o impacto anual na folha de pagamento do estado será de R\$ 840 milhões, sendo R\$ 253

milhões apenas com as forças de segurança. Em Mato Grosso do Sul, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) concedeu reajuste de 10% para todos os servidores. A lei foi sancionada em dezembro de 2021, passando a valer a partir de 1º de janeiro de 2022. Para a PM e os Bombeiros os reajustes chegaram a até 27%. Para a Polícia Civil foram de até 23%. Já para cargos administrativos da educação o aumento chegou a até 33%. Em Santa Catarina, os reajustes dos salários de servidores foram aprovados pela Assembleia Legislativa e sancionados pelo governador em dezembro de 2021, passando a valer a partir de janeiro de 2022. Segundo o governo, não há um percentual único de aumento. As recomposições foram feitas de acordo com a defasagem salarial de cada categoria. Para as forças de segurança pública, o governador Carlos Moisés (sem partido), pré-candidato à reeleição, sancionou lei que aumenta os salários de servidores ativos e inativos. As bases das carreiras terão aumento de 33% e os níveis mais altos de 21%. O reajuste foi feito em duas etapas, em janeiro e julho de 2022. De acordo com o governo, a categoria não recebia reajuste há sete anos. Para os professores, foi estabelecida uma remuneração mínima de R\$ 5.000 para quem cumpre carga horária de 40 horas semanais e possui ensino superior. Em Mato Grosso, os servidores ativos e inativos recebem desde janeiro o pagamento de 7% da Revisão Geral Anual (RGA) sobre remunerações. O benefício, sancionado pelo governador Mauro Mendes (União Brasil), será pago aos servidores efetivos, comissionados, civis, militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo. O governo do Distrito Federal também vai conceder reajuste para o funcionalismo no ano em que Ibaneis Rocha (MDB) vai buscar a reeleição. O aumento de salário vai variar de 3% a 22%. O reajuste começará a ser pago a partir de maio para todos os servidores, com um impacto de cerca de R\$ 100 milhões mensais e R\$ 1,1 bilhão em todo o ano de 2022. Serão contemplados 116,5 mil servidores da ativa e 50 mil inativos. O governo do DF explicou que os reajustes que serão concedidos neste ano se referem a uma legislação aprovada em 2013, ainda no governo de Agnelo Queiroz (PT), sobre reestruturação de carreiras. No entanto, apenas as duas primeiras parcelas anuais foram pagas — em 2013 e 2014. A terceira, que ainda estava pendente, será a paga pelo governo local neste ano.

Quereria ter feito [o reajuste salarial] mais e mais cedo, mas o foco foi a busca pela vacina

João Doria (PSDB) governador de São Paulo, ao anunciar aumento de 20% a policiais e profissionais de saúde pública do estado



Acima, funcionários da Justiça Eleitoral trabalham no alistamento de eleitores para o pleito de 1933; na foto à esquerda, Getúlio Vargas (ao centro), então chefe do governo provisório, e lideranças da Revolução de 1930
Arquivo Nacional e FGV/CPDOC

Código eleitoral faz 90 anos com legado de inovações e uso político

Marco histórico, decreto introduziu os votos secreto e feminino e criou Justiça Eleitoral

Renata Galf

SÃO PAULO Em 24 de fevereiro de 1932, Getúlio Vargas assinava o decreto que instituiu o primeiro Código Eleitoral do país em meio a um período de grande instabilidade política. Marco histórico da regulação sobre as eleições no país, o decreto introduziu diversas inovações importantes que até hoje integram o sistema eleitoral brasileiro, como o voto secreto, o voto feminino, o sistema de representação proporcional, além de ter criado a Justiça Eleitoral.

Desde a Revolução de 1930, quando o movimento liderado por Vargas tomou o poder, o Congresso Nacional e demais órgãos legislativos estavam dissolvidos, e as eleições, suspensas, assim como a Constituição anterior. Vargas governava por meio do poder discricionário.

Após o então presidente Washington Luís (1926-1930) apoiar Júlio Prestes, um paulista, para sua própria sucessão, indo contra a alternância estabelecida pela política do café com leite, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba se reuniram na Aliança Liberal. Com a vitória de Prestes e

“Como se trata de um amplo pacote de reformas, criador de inovações institucionais históricas que atualmente seguem em vigor, muitas delas consideradas indispensáveis para uma representação política democrática, tende-se a perder de vista o caráter autoritário do governo provisório de Vargas”
Jaqueline Zulini
professora da FGV

diante de acusações de fraudes, o movimento decidiu depor Washington Luís.

Apesar de formalmente as novas regras eleitorais apontarem para um caminho de democratização e de combate às fraudes da Primeira República (1889-1930), especialistas que pesquisam o período avaliam que, naquele contexto, a opção pelas novas regras não foi pautada por um anseio democrático.

Para Jaqueline Zulini, que é professora e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), há um equívoco comum em se associar o Código Eleitoral de 1932 à democracia.

“Como se trata de um amplo pacote de reformas, criador de inovações institucionais históricas que atualmente seguem em vigor, muitas delas consideradas indispensáveis para uma representação política democrática, tende-se a perder de vista o caráter autoritário do governo provisório de Vargas”, avalia.

Zulini assina parte dos artigos que integram o livro “O Autoritarismo Eleitoral dos

Anos 30 e o Código Eleitoral de 1932”, que reúne pesquisadores de diferentes instituições e foi organizado pelo professor de ciência política Paulo Ricci, da USP.

A análise é que sancionar o Código Eleitoral era importante para conferir legitimidade ao Governo Provisório, instituído após a Revolução de 1930.

“Seria muito custoso para um movimento que derrubou o regime anterior alinhando todo o seu discurso reformista em cima deste conjunto de medidas passar a renegá-las no momento de repensar as novas regras eleitorais”, afirma Zulini.

Além de serem medidas encampadas pela Revolução de 1930, a maior parte das principais mudanças já era reivindicada há décadas.

Exemplo disso é o voto feminino, que já tinha sido colocado em pauta, mas barrado na formulação da primeira Constituição republicana, em 1891.

“Havia amplos setores nacionais que almejavam, que cobravam o presidente pela construção de um novo pacto eleitoral que não fosse aquele da Primeira República, marcado pelas fraudes, pelo voto aberto, pelas violências envol-

vendo isso”, afirma o professor do Instituto Federal Fluminense Raimundo Helio Lopes, que tem como um de seus focos de pesquisa o período do Governo Provisório.

De acordo com ele, apesar de as reformas eleitorais representarem uma bandeira do próprio movimento que o levou ao poder, havia muita incerteza quanto à posição efetiva de Vargas, além de claros indicativos de que ele titubeava em relação à reconstitucionalização.

“Esse imediato pós-30 foi um processo muito confuso. Onde aliados pouco depois viram inimigos, correntes se formam, outras se dissolvem”, afirma Lopes.

“É um momento muito nebuloso de uma organização política. Não só institucional, mas dos sujeitos históricos de uma organização política. Para saber para onde iriam.”

A publicação do Código Eleitoral de 1932 é considerada uma vitória do grupo de revolucionários que defendia a constitucionalização do país. Isso porque, dentro do próprio Governo Provisório, havia correntes que não queriam novas eleições, tampouco uma nova Constituição.

Entre os que pressionavam o chefe do governo para que mantivesse o regime fechado estavam os tenentistas. Movimento de jovens oficiais insatisfeitos com a situação do país e que se insurgiu no início da década de 20, o tenentismo fez parte do grupo que derrubou a Primeira República em 1930 e disputava espaço no governo.

Inaugurada por Vargas em maio de 1931, a comissão responsável pela reforma eleitoral sofria críticas à época pela demora para concluir seu trabalho.

Composta por Assis Brasil, João Chrysostomo da Rocha Cabral e Mario Pinto Serva, ela publicou um anteprojeto para consulta pública em agosto de 1931.

Além disso, seus trabalhos só teriam agilidade a partir de dezembro de 1931, quando Vargas troca o ministro da Justiça que liderava a comissão. Saiu Osvaldo Aranha, tido como contrário à constitucionalização naquele momento, que foi substituído pelo jurista Maurício Cardoso —favorável à restauração das eleições.

Meses depois da sanção do Código em fevereiro, em 14 de maio de 1932, Vargas publicou um decreto que convocava, para dali a um ano, as eleições que definiriam os integrantes da Assembleia Constituinte a ser realizada em 1933.

A medida não foi suficiente, contudo, para diminuir a desconfiança e oposição dos paulistas ao governo.

Em 9 de julho de 1932, estava oficialmente declarado estado de guerra entre São Paulo e o governo federal, conflito que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932, e que tinha como uma de suas bandeiras, como o próprio nome indica, a constitucionalização do país.

Além da resistência que se deu em meio ao Governo Provisório para que voltasse a haver eleições, a avaliação dos pesquisadores é que, da maneira com que as inovações do Código Eleitoral foram implementadas, houve favorecimento do governo.

Na avaliação do professor Paolo Ricci, a reforma mais importante de 32 é a representação proporcional. “O que acontece de fato na Segunda República, que seria os anos 30, é justamente a aceitação de que as oposições têm direito a serem representadas.”

Além das fraudes sistemáticas e coação de eleitores, regra ao longo da Primeira República, um outro problema para a oposição era a falta de participação das chamadas minorias.

Com a representação proporcional, a ideia é que mesmo grupos menos votados consigam ganhar postos no Legislativo.

Ele avalia que os resultados das pesquisas mostram que medidas como o voto secreto, o voto feminino e mesmo a criação da Justiça Eleitoral tiveram efeitos ainda limitados no período que vai da publicação do novo Código até 1937, quando tem início o período ditatorial do Estado Novo.

“O Código não acaba com a fraude, no máximo a modifica, ou seja modifica a forma como os próprios partidos buscam controlar o processo eleitoral”, afirma Ricci.

Ainda que a efetivação do novo Código tenha encontrado obstáculos, a nova lei promoveu mudanças institucionais consideradas importantes e que foram incorporadas pelas legislações posteriores.

“Se havia limites? Havia. Mas havia, pela primeira vez, uma Justiça Eleitoral que julgava, investigava equívocos, erros e fraudes eleitorais”, ressaltava Lopes (IFF).

“Houve ali de alguma maneira, pela primeira vez na história republicana brasileira, podemos dizer assim, uma imprevisibilidade eleitoral. Uma oposição minimamente organizada, mas, ao mesmo tempo, com os limites impostos por aquela conjuntura da época”, diz.

“O Código não acaba com a fraude, no máximo a modifica, ou seja, modifica a forma como os próprios partidos buscam controlar o processo eleitoral”
Paolo Ricci
professor da USP



O casal Sorab (de colete) e Raihana (de rosa) entre os filhos Abdullah (de preto) e Najiba, na casa da família na região central de São Paulo

Bruno Santos/Folhapress

Casal da etnia mais perseguida pelo Talibã reencontra os filhos no Brasil

Família de afegãos do povo hazara enfrentou fuga, prisão e espera de 7 meses até chegar a SP

Flávia Mantovani

SÃO PAULO Com o dedo passando pelo pescoço, como se fizesse um corte, Najiba Ibrahim, 36, mostra o que teria acontecido a ela se não tivesse conseguido fugir de seu país. Sentada no trem que liga o aeroporto internacional de Guarulhos ao centro de São Paulo, a afegã de lenço amarelo reúne várias características que a tornam um alvo preferencial para o Talibã: é mulher, independente, trabalhava como treinadora de futebol e ciclismo em uma escola de meninas e pertence à etnia hazara, a mais perseguida pelo grupo fundamentalista islâmico.

Najiba é filha de Sorab Kohan, 65, e Raihana Ibrahim, 48, um casal de refugiados que possui um pequeno restaurante de comida típica no bairro da Liberdade, região central de São Paulo. Na última quinta-feira (10), ela chegou ao Brasil com a filha adolescente, um irmão e uma prima, após uma perigosa fuga até o Paquistão e meses de espera e incerteza.

Sorab já tentava trazer os parentes para perto dele havia dois anos, sem sucesso. Em meados de 2021, ao perceber que o Talibã ganhava

terreno rapidamente às vésperas da retirada militar americana, ele conta que foi até o Afeganistão tentar resgatar os filhos. No dia 15 de agosto, o grupo invadiu Cabul e tomou o poder. Dali em diante, foram sete meses de agonia até que eles finalmente conseguissem vir para o Brasil.

“Eles passaram por montanhas, vales, sempre escondidos porque os talibãs estão por toda parte”, conta Sorab, sobre a fuga até o Paquistão. “Em cada trecho, não sabia-

“ Eu não sabia o que seria da minha vida, achei que nunca mais voltaria para casa. Não pude me comunicar com ninguém. Minha mãe e meu pai acharam que eu tivesse sido morto pela polícia

Abdullah Ibrahim afegão preso ao deixar o país

mos se eles os iriam deixar passar ou não. Tiveram que cruzar a fronteira clandestinamente, as meninas usavam burca e entraram, mas meu filho acabou sendo preso logo depois de atravessar.”

Abdullah, 17, passou dez dias detido. “Quando nos pegaram, eles me bateram muito”, relata o garoto, que até a queda de Cabul era estudante universitário em uma cidade da província de Ghazni, no leste do país, onde a família morava. “Eu não sabia o que seria da minha vida, achei que nunca mais voltaria para casa. Não pude me comunicar com ninguém. Minha mãe e meu pai acharam que eu tivesse sido morto pela polícia.”

Ele acabou deportado para o Afeganistão e teve que enfrentar novamente o mesmo caminho até a fronteira e depois para Islamabad, capital paquistanesa, onde passaria pelos trâmites para obter o visto. Sorab voltou ao Brasil enquanto os parentes esperavam pelo processo burocrático.

Além de Abdullah, de Najiba e de sua filha, a prima deles, Setara, 24, acompanhava o grupo. A jovem, militar no governo anterior, teve o pai assassinado pelos talibãs e corria es-

pecial risco se ficasse no país.

O governo brasileiro aprovou um visto humanitário para afegãos no dia 3 de setembro. Como o Brasil não tem embaixada em Cabul, o documento tem que ser obtido em outros países da região, como o Paquistão e o Irã. O trajeto para chegar a esses lugares é arriscado, especialmente para aqueles grupos que são mais suscetíveis à violência dos talibãs.

É o caso do povo hazara, ao qual pertencem Sorab, Raihana e sua família. De origem mongol, a etnia já foi predominante no Afeganistão, mas após ser vítima de muitos massacres hoje corresponde a cerca de 20% dos 40 milhões de habitantes do país.

Os hazaras foram brutalmente oprimidos no outro período em que o Talibã comandou o país, de 1996 a 2001. Vítimas de muitos massacres, hoje correspondem a cerca de 20% dos 40 milhões de habitantes do Afeganistão.

Religião Ao contrário dos 80% dos afegãos que são muçulmanos sunitas, os hazaras são majoritariamente xiitas, o que os torna alvo frequente também de ataques dos terroristas do Estado Islâmico.

“Sempre fomos perseguidos por todos os lados. E agora co-

A etnia hazara

Surgimento De origem mongol, já foi a mais predominante no Afeganistão. Com a pobreza que atinge a região que habitava, uma área montanhosa na parte central, além do conflito contínuo desde a guerra na década de 1980, o povo hazara se dispersou pelo país, e há comunidades importantes no Irã e no Paquistão. Seu idioma é uma variante do persa chamada hazaragi, com muitas palavras mongóis e turcas;

Opressão Eles foram brutalmente oprimidos no outro período em que o Talibã comandou o país, de 1996 a 2001. Vítimas de muitos massacres, hoje correspondem a cerca de 20% dos 40 milhões de habitantes do Afeganistão.

Religião Ao contrário dos 80% dos afegãos que são muçulmanos sunitas, os hazaras são majoritariamente xiitas, o que os torna alvo frequente também de ataques dos terroristas do Estado Islâmico.

meçou a barbaridade de novo. Os fascistas do Talibã querem exterminar o povo hazara”, afirma Sorab, que na década de 1980 lutou contra os russos na Guerra Afegã-Soviética e ficou dois anos preso.

Ele migrou para o Brasil em 2011, e Raihana chegou seis anos depois. “Queria um lugar para ir em frente. Aqui é uma terra livre, um país bom, com democracia. Queremos estudar, ser cidadãos honestos.”

No Brasil, Sorab deu aula de idiomas —ele fala inglês, espanhol, francês, alemão, turco, persa e dari— e depois montou o restaurante no bairro da Liberdade. Inicialmente, vendia pastel e pratos brasileiros, mas recentemente o casal decidiu servir comida afegã, indiana e tailandesa. O estabelecimento foi batizado de Ko i Baba, cadeia montanhosa de sua região de origem.

Pouco depois da invasão talibã a Cabul, uma cliente brasileira, Daniele Soares, foi ao restaurante e encontrou Raihana chorando, preocupada com a família. “Eu não conseguia mais dormir, comer, não sabia o que era dia e o que era noite. Fiquei com muito medo”, lembra a afegã.

Daniele então acionou amigos e, com o auxílio de um advogado voluntário e do grupo de apoio a refugiados “Eu me importo, e você?”, os quatro finalmente conseguiram embarcar. Ela foi ao aeroporto acompanhar o reencontro, junto com Swany Zenobini, ativista que participou do esforço para ajudar a família a chegar ao Brasil. “Foi um longo e árduo processo até esse desfecho. Não tem como não se emocionar”, disse.

Na noite anterior à chegada dos filhos, da sobrinha e da neta, o casal mal dormiu. Pela manhã, foram para o aeroporto usando blusas bordadas à mão por Raihana. O abraço no portão de desembarque foi acompanhado por lágrimas e descrito por Sorab, posteriormente, com estas palavras: “O sol iluminou o mundo”. Na bagagem, além de roupas, eles trouxeram uma panela especial para cozinhar o manto, bolinho de carne bovina feito no vapor, semelhante a um guisado.

Os seis membros da família agora dividem o imóvel de dois cômodos que antes abrigava apenas o casal, em cima do restaurante. O espaço é apertado, mas no dia da chegada ninguém parecia se importar. “Eu mal podia acreditar quando vi meus pais de novo. Estou tão feliz de estar aqui”, disse o jovem Abdullah.

No trajeto de trem até a casa, Najiba chorou pensando na filha mais nova, que teve que ficar. A outra filha dela, Azadeh, 16, a acompanhou na viagem. “Quero que ela aprenda o idioma, vá à escola e pratique esportes”, diz a mãe. Sorab também disse o que deseja para a família na nova vida no Brasil. “Quero que eles tenham uma vida estável, em paz. E que pouco a pouco esqueçam essa angústia que viveram.”

VEJA VÍDEO SOBRE O REENCONTRO
folha.com/0ub4hin3

TODA MÍDIA

Nelson de Sá

nelson.sa@grupofolha.com.br

Monark pede para o NYT publicar que ele não é nazista

Bruno Aiub, “conhecido como Monark”, foi retratado pelo New York Times na reportagem “Joe Rogan do Brasil enfrenta sua própria tempestade em torno de liberdade de expressão”, referindo-se a seu modelo americano.

De Aiub: “Eu estou sendo destruído por defender uma ideia que é constitucional nos Estados Unidos. Eu não sou nazista. Por favor, escreva que você pode dizer que eu não sou”.

Insistiu, mais à frente: “O ponto que eu ia defender na-

quele dia era sobre a Primeira Emenda nos Estados Unidos. Mas eu defendi isso de uma maneira muito ruim, de uma maneira estúpida. Quero deixar claro que eu sou totalmente contra qualquer tipo de preconceito”.

O novo correspondente do jornal no Brasil, Jack Nicás, encerra o texto dizendo que Monark planeja agora um novo podcast —e, “se puder sonhar”, uma participação no programa de Rogan, que está sob pressão no Spotify.

De Aiub: “Seria uma grande

honra falar com ele. Eu preciso de um pouco de ajuda internacional”.

Por outro lado, o NYT também traz a extensa reportagem “Autores negros agitam o cenário literário brasileiro”. Logo abaixo, salienta que estão “alcançando um sucesso crítico e comercial” que foi negado às “gerações anteriores de escritores de comunidades marginalizadas”.

Destaca Itamar Vieira Júnior, de “Torto Arado”, e Djamila Ribeiro, de “Pequeno Manual Antirracista”. Ouve, do primeiro, que uma das razões para os escritores negros estarem deixando sua marca é a mudança na maneira como o racismo é discutido.

De Vieira: “Por muitos anos, o Brasil tentou embranquecer sua população e as pessoas evitavam falar sobre raça no Brasil. Nas últimas décadas, o movimento pelos direitos dos negros e o estudo do racismo estrutural esclareceram nosso papel na sociedade”.

Na reportagem, o correspondente que está agora deixando o Brasil, Ernesto Londoño, anota:

“Vieira e Ribeiro fazem parte de uma geração de negros brasileiros que se tornaram os primeiros de suas famílias a obter um diploma universitário, aproveitando os programas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que governou o Brasil de 2003 a 2010.”



BIDEN E A FOME NO AFGANISTÃO

O plano de Joe Biden de tirar dinheiro afegão, depositado nos EUA, para “compensar vítimas dos ataques do 11 de setembro”, ecoa na China, com a porta-voz da chancelaria denunciando que “o país mais rico do mundo está saqueando o mais pobre”; até veículos americanos, como ABC, MSNBC, NYT e Washington Post, que já vinham responsabilizando a retenção dos recursos pela fome no país, reagiram ao plano

Putin e o futuro da Europa

Russo sai vencedor de embate diplomático ao explorar desfile de autoridades

Mathias Alencastro

Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, ensina relações internacionais na UFABC

Em 2013, a Ucrânia estava a um passo de entrar na órbita ocidental. A União Europeia havia passado uma década tentando convencer países do Leste Europeu a aceitarem programas de reformas econômicas em troca de acesso ao mercado europeu e à livre circulação. A Ucrânia, pelo tamanho e importância geopolítica, era o bilhete premiado. Em novembro daquele ano, horas antes de assinar o Acor-

do de Associação em Vilnius, o presidente ucraniano Viktor Ianukovich alegou uma pressão russa insustentável e regressou a Kiev. Nessa mesma noite, milhares de pessoas encheram a praça Maiden para defender a agenda pró-europeia. Menos de três meses depois, Ianukovich foi obrigado a fugir, e a Rússia desencadeou hostilidades contra o novo regime ucraniano. Praticamente todas as análises su-

blinham a centralidade da Otan (aliança militar ocidental), mas a obsessão de Vladimir Putin na questão ucraniana é o confronto regional entre a Rússia e a UE. Por enquanto, ele é o grande vencedor desse embate diplomático. Jogando com os palcos, os discursos e até os cardápios como um roteirista de cinema, Putin explorou na perfeição o desfile de autoridades europeias a Moscou dos últimos 15 dias.

Apressado pela iminência da campanha eleitoral, o francês Emmanuel Macron foi frustrado pela intransigência russa. O recém-empossado premiê alemão Olaf Scholz pareceu perdido no início da crise e viu sua popularidade desabar. Não é preciso ser agente do KGB para saber que a melhor forma de imobilizar a UE é implodir o motor franco-alemão. A Rússia também se beneficia do isolamento geopolítico da UE.

Por mais que EUA multipliquem ameaças, todas as partes sabem que o governo Joe Biden não tem vontade nem condições de se engajar na frente ucraniana. Diplomáticamente, a crise atrai o chamado "pivô asiático", ou o controle da ascensão chinesa, objetivo central da gestão democrata. Politicamente, um conflito com a Rússia a poucos meses da eleição de meio mandato seria catastrófico para Biden. Uma maioria da população prefere que Washington mantenha distância das fronteiras da Europa. A questão é saber se Putin vai se contentar com os ganhos políticos conquistados até agora. Ele ainda tem uma oportunidade única de instalar governo pró-russo na Ucrânia, após ter garantido a subserviência da Belarus e ajudado a esmagar a opo-

sição no Cazaquistão. Se uma invasão militar é rica em incertezas, o recuo de mais de uma centena de milhares de soldados, e a ruína econômica provocada por meses de tensão militar, também pode dar novo impulso à aproximação da Ucrânia com a UE, defendida por uma parcela significativa dos ucranianos. A ideia de um confronto entre democracias e autoritarismo pode parecer exagerada, quando sabemos da colusão permanente e profunda de países europeus com ditaduras. Mas o embate entre Rússia e Europa também é sobre uma visão de futuro. O brasileiro que busca entender o que está em jogo para o ucraniano pode começar respondendo à seguinte pergunta: ele prefere ser o cidadão de um país na periferia da UE ou da Rússia?

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | SEX. Tatiana Prazeres | SÁB. Jaime Spitzcovsky

EUA insistem que invasão russa é iminente

Assessor da Casa Branca volta a dizer que ofensiva de Moscou na Ucrânia pode ocorrer nesta semana e defende alertas

WASHINGTON E KIEV | REUTERS E AFP Enquanto a Ucrânia classifica os EUA de alarmistas e a Rússia chama de "especulação provocativa" os alertas americanos, o assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, Jake Sullivan, voltou a dizer que uma invasão pode acontecer a qualquer momento. "Não podemos perfeitamente prever o dia, mas temos dito há algum tempo que estamos na janela [de um ataque]", afirmou neste domingo (13) à emissora CNN. Segundo Sullivan, a ofensiva poderia ocorrer ainda nesta semana, provavelmente com fortes ataques com mísseis e bombardeios, seguidos de movimentações de tropas terrestres. Houve relatos de que a inteligência americana teria indicado que o ataque estaria planejado para quarta (16), mas autoridades americanas não confirmaram a informação. A fala de Sullivan vai na mesma linha da declaração feita pelo porta-voz do Pentágono, John Kirby, à Fox. "Não há sinais de que Putin tenha a intenção de aliviar as tensões", avaliou. "Acreditamos que uma ação militar importante pode ocorrer a qualquer momento." O reforço nos alertas vem na esteira de um telefonema entre os presidentes Joe Biden e Vladimir Putin, neste sábado (12), vistos por alguns com otimismo e por outros com ceticismo, por ter terminado sem avanços. O americano manteve o discurso de uma resposta rápida e ameaças de "custos severos" a Moscou, enquanto o russo, apesar de ter dito analisar as propostas de Washington, ressaltou que elas não contemplam elementos-chave, como a não expansão da Otan, a aliança militar ocidental. A Rússia nega intenções de invadir o país vizinho, e o assessor de Putin, Iuri Ushakov, inclusive disse que a conver-



Soldado ucraniano manuseia carga recebida da Lituânia, que enviou neste domingo (13) munição e um sistema de mísseis antiaéreos à Ucrânia. Sergei Supinski/AFP

sa entre os mandatários teve como pano de fundo "uma pressão sem precedentes dos EUA para provocar histeria sobre a invasão russa suposta iminente da Ucrânia". Ainda assim, Moscou posicionou mais de 100 mil soldados e equipamentos militares em diferentes pontos próximos à fronteira, e o Kremlin diz que pode tomar "ações militares", sem especificar quais, se o Ocidente não aceitar garantias de segurança, dentre as quais a promessa de que a Ucrânia jamais vai ingressar na aliança militar do bloco — proposta que os EUA consideram inaceitável. Sullivan, no entanto, defendeu os alertas americanos, afirmando que Washington decidiu compartilhar publicamente sua análise para "evi-

tar que a Rússia pegue a Ucrânia e o mundo de surpresa". O assessor da Casa Branca, por outro lado, contemporizou ao dizer que ainda é possível Putin optar pela via diplomática. "Não estou na cabeça dele." A insistência na manutenção do diálogo foi o resultado da conversa entre Biden e o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski — que considera os EUA alarmistas. Eles falaram por telefone por 50 minutos neste domingo sobre a concentração de forças russas nas fronteiras do país europeu. "Os dois líderes concordaram com a importância de manter a diplomacia e a dissuasão em resposta à concentração de forças militares russas nas fronteiras com a Ucrânia", informou a Casa Branca em comunicado. O presiden-

te americano, contudo, reforçou a Zelenski o que já havia dito a Putin e "deixou claro que os EUA responderão rápida e decisivamente, juntamente de seus aliados e parceiros, a qualquer agressão da Rússia". O mandatário ucraniano, por sua vez, convidou Biden a visitar a Ucrânia, dizendo estar convencido de que a chegada do americano a Kiev nos próximos dias, "que é crucial para estabilizar a situação, será um sinal poderoso e irá contribuir para a desescalada", disse Zelenski, segundo seu gabinete. A Casa Branca não quis comentar o convite, mas a CNN, citando uma autoridade ucraniana, divulgou não ter havido resposta positiva de Biden. Enquanto as linhas diplomáticas seguem abertas, Kiev recebeu até agora quase 1,500

toneladas de munição de aliados, que chegaram em 17 voos, sendo aproximadamente 180 toneladas dos EUA, publicou no Twitter o ministro da Defesa ucraniano, Oleskii Reznikov. Devido à escalada das tensões, Washington e aliados europeus têm diminuído suas equipes ou esvaziado as embaixadas, além de instarem seus cidadãos a deixarem imediatamente ou evitarem viajar à Ucrânia — o alerta repetido por Sullivan neste domingo. Assim como a Austrália, os EUA também transferiram sua equipe diplomática para Lviv, a cerca de 70 quilômetros da fronteira com a Polônia. Os funcionários americanos na Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) também começaram a deixar, de carro,

a cidade de Donetsk, no leste da Ucrânia, segundo uma testemunha relatou à Reuters. O Canadá também realizou movimentações militares e diplomáticas, retirando temporariamente suas tropas da Ucrânia devido ao "ambiente operacional complexo ligado à agressão injustificada da Rússia contra a Ucrânia". O país mantém, desde 2015, 200 missões de treinamento no oeste ucraniano, e já treinou mais de 30 mil soldados. O país também moveu sua equipe diplomática para Lviv. Apesar de a Ucrânia ter dito que manterá seu espaço aéreo operante, a holandesa KLM anunciou neste sábado que deixará de voar para o país, enquanto a alemã Lufthansa disse considerar suspender seus voos.

Alemanha reelege presidente, que sobe tom e responsabiliza Moscou por risco de guerra

BERLIM | AFP A Rússia é a responsável pelo risco de uma guerra na Ucrânia, declarou o presidente alemão, Frank-Walter Steinmeier, neste domingo (13), em um momento de crescente temor, por parte de europeus e americanos, de invasão russa ao país vizinho. "Há um perigo de conflito militar, uma guerra no leste da Europa, e a Rússia tem responsabilidade por isso", disse o chefe de Estado após ser reeleito para mais cinco anos. Social-democrata próximo ao primeiro-ministro Olaf Scholz, Steinmeier ten-

tou dissipar as dúvidas sobre a posição de seu país. Nas últimas semanas, a Alemanha foi criticada pela Ucrânia e por vários de seus parceiros ocidentais por ser muito complacente com Moscou. Diante dos parlamentares que o reelegeram, Steinmeier mencionou um "afastamento" crescente da Rússia em relação à Europa e pediu firmeza frente a Moscou. "Como vemos, a paz não pode ser dada como certa. Sempre se tem que agir para preservá-la, no diálogo. Mas, quando for necessário, é preciso dizer as

coisas claramente, mostrando determinação", ressaltou. Steinmeier foi eleito pela primeira vez em 2017 — o presidente alemão pode cumprir no máximo dois mandatos. O cargo de presidente na Alemanha é, sobretudo, honorário, com o poder se concentrando nas mãos do chefe do governo e do Parlamento. Ainda assim, tem valor de autoridade moral do país. Na mesma linha do chefe de Estado, o premiê Olaf Scholz se mostrou firme neste domingo, véspera de sua viagem a Kiev. Na terça-feira

(15), ele seguirá para Moscou. "Uma agressão militar contra a Ucrânia, que colocaria em risco sua soberania e sua integridade territorial em risco, levaria a sanções duras, que preparamos cuidadosamente e que poderemos aplicar imediatamente com nossos aliados na Europa e na Otan", declarou Scholz. Em um sinal da crescente preocupação de Berlim, uma fonte oficial que conversou com a imprensa sob condição de anonimato reconheceu que a preocupação do governo aumentou quanto a uma even-

tual invasão. Em sintonia com as advertências lançadas pelos EUA sobre uma agressão iminente, o funcionário alemão afirmou que há muitos elementos que apontam na direção dos temores atuais. Ainda de acordo com a fonte, o governo alemão pretende aumentar sua ajuda econômica para a Ucrânia, mas mantém sua recusa a entregar armas letais a Kiev. Berlim examina se ainda há possibilidades, no plano bilateral, de contribuir economicamente, relatou o funcionário. Na questão do fornecimento de armas letais, ucranianos e alemães continuam em lados opostos. Com base em sua política praticada após o período nazista, que consiste em não exportar es-

se tipo de armamento para zonas de conflito, a Alemanha se opõe ao pedido de Kiev. A Ucrânia enviou uma lista de pedidos à Alemanha, mas, conforme a fonte de Berlim, para esta segunda-feira (14) ainda não há nada a esperar neste tema. De qualquer modo, não se exclui que equipamentos considerados não letais possam ser enviados. Em entrevista concedida neste domingo à rádio pública alemã, o embaixador ucraniano em Berlim, Andrij Melnik, reivindicou o anúncio de um plano de ajuda "no valor de vários milhões" de euros, no âmbito da visita de Scholz a Kiev. "Já é hora de a Alemanha tirar seus olhos russos [...] em sua política em relação à Ucrânia, porque eles turvam sua visão."

entrevista da 2ª

Daniel Zohar Zonshine

Comunismo não chamou, como fez nazismo, para o assassinato de populações

Embaixador de Israel rejeita tentativas de equiparar as ideologias e condena declaração de podcaster pelo direito de sigla nazista existir



Sérgio Lima/Folhapress

Daniel Zohar Zonshine, 63

Graduado em arqueologia e com mestrado em estudos de Defesa, ingressou na chancelaria israelense em 1990. Foi embaixador em Mianmar e côsul-geral em Mumbai (Índia). No ministério, atuou no Departamento de América do Sul e no Departamento de Assuntos Palestinos. Serviu na embaixada em Brasília entre 1998 e 2002

MUNDO

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zohar Zonshine, rejeita a comparação entre nazismo e comunismo quando questionado sobre declarações de políticos brasileiros buscando igualar as duas ideologias. “Não vou entrar para ciências políticas nesse sentido, mas eu acho que ainda tem uma diferença entre o comunismo e o nazismo. Comunismo, até onde sei, não convocou o assassinato de grupos de pessoas e populações”, diz o diplomata à Folha.

A equiparação entre nazismo e comunismo e a defesa de que as duas ideologias sejam criminalizadas foram feitas por Jair Bolsonaro (PL) e aliados.

Há cerca seis meses no Brasil, Zonshine criticou as declarações do podcaster Monark (Bruno Aiub), que defendeu o direito de existência de um partido nazista no país. “Dar legitimidade para a ideologia nazista é uma coisa grave. É uma coisa perigosa, e já vimos no passado que ideologias podem passar para ações.”

Ele afirma ainda que Israel manterá boas relações com o Brasil independentemente do resultado das eleições em 2022; e rechaça um recente relatório da Anistia Internacional que definiu políticas públicas israelenses como parte de um regime de apartheid.

*

Como o sr. acompanhou o episódio no Flow Podcast, em que o apresentador Monark

defendeu o direito de existência de um partido nazista no Brasil? Dar legitimidade para a ideologia nazista é uma coisa grave. É uma coisa perigosa e já vimos no passado que ideologias podem passar para ações. Acho que não podemos ter qualquer tolerância nesse sentido, porque a ideologia nazista é racista. Inclui discurso de ódio e antissemitismo. Como embaixador de Israel, como cidadão israelense e como judeu — como filho de família cujos pais sobreviveram ao holocausto, então nunca tive avós —, isso é uma coisa que faz parte do DNA de Israel: a preocupação com fenômenos desse tipo.

Considera o episódio um caso isolado ou parte de um fenômeno maior? Infelizmente

parece que não é uma coisa totalmente isolada. Conhecemos casos de antissemitismo contra judeus e contra instituições judaicas, também aqui no Brasil. Não sei se agora tem mais do que antes ou se ouvimos mais sobre esse tipo de acontecimento. Quando ouvimos [as falas de Monark] no Flow ou na Jovem Pan [o comentarista Adrilles Jorge foi demitido por supostamente ter feito uma saudação nazista]; ou ainda na UnB [Universidade de Brasília], quando tem lá um discurso sobre a questão palestina e combate ao sionismo — que é o movimento nacional do povo judeu, para criar o Estado israelense. Isso está fazendo a deslegitimação do Estado de Israel. Acredito que parte da base disso seja antissemitismo.

Há políticos no Brasil, entre eles o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que usaram o episódio no Flow para defender a criminalização do comunismo, como se as ideologias fossem duas faces da mesma moeda. Como vê essa comparação? Não vou entrar para ciências políticas nesse sentido, mas acho que ainda tem uma diferença entre o comunismo e o nazismo. Comunismo, tanto quanto sei, não convocou para o assassinato de grupos de pessoas e populações. Mas vamos deixar esta discussão para outros fóruns.

O vídeo em que o ex-secretário de Cultura Roberto Alvim copia um discurso nazista e o fato de Bolsonaro ter recebido a líder de ultradireita alemã Beatrix von Storch estimulam episódios de antissemitismo? Confesso que não conheço bem esses discursos que você mencionou e não quero dizer coisas que não são baseadas no meu conhecimento. Posso dizer que a comunidade judaica [no Brasil] não é um órgão que tem uma só opinião. Como a sociedade brasileira, há também na comunidade judaica uma variedade de ideias e de apoios.

Da maneira mais geral, posso dizer que não podemos aceitar como judeus ou como membros do Estado de Israel ideias que apoiam o nazismo e o neonazismo. Pode haver diferenças políticas, mas quando falamos sobre nazismo e ideias nazistas acredito que isso tenha uma unanimidade na comunidade.

Bolsonaro tinha no ex-primeiro-ministro Binyamin Netanyahu um de seus principais aliados no exterior. A troca de governo em Israel, com a chegada de Naftali Bennett, afetou as relações com o governo brasileiro? Não é segredo que houve relações boas entre o presidente Bolsonaro e o premiê Netanyahu. Mas quando mudou o governo em Israel, não houve alteração nas relações entre os países. Não pioraram, e estou ouvindo isso quando falo com ministérios [do governo Bolsonaro] e com pessoas da sociedade. Houve uma chamada telefônica [entre Bolsonaro e Bennett] em junho e temos, provavelmente este mês, uma nova ligação planejada entre os dois líderes.

Uma das principais promessas de Bolsonaro na área de política externa era mudar a embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, o que não ocorreu. É um tema superado? Ficamos muito felizes com cada país que muda sua embaixada para Jerusalém. A promessa do presidente Bolsonaro foi para a sua base eleitoral, e nós vimos isso de uma forma muito positiva. Em 2019 abriram um escritório da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) em Jerusalém. E eu sei que há discussões no Itamaraty e presidência sobre o assunto. Temos alguns meses até as eleições, então não sei se o presidente vai mudar a embaixada para Jerusalém. Por enquanto isso não ocorreu.

Desde o governo Bolsonaro o Brasil passou a adotar posições pró-Israel em votações na ONU (Organização das Nações Unidas). Houve uma leve moderação com a chegada de Carlos França ao Itamaraty. Isso é um problema para o governo israelense? Na ONU, durante muito tempo, havia 20 decisões contra Israel por ano. Hoje em dia, se não me engano, são 15. Não tem nenhum outro país do mundo que tem tantas decisões anuais contrárias. O Brasil, no passado, apoiou muitas delas. Desde o início do mandato do atual governo mudou muito.

Nessas decisões anuais, o Brasil às vezes está contra [Israel], às vezes se abstém e às vezes apoia. Mas o balanço geral é muito melhor do que foi antes. Pode ser que tenhamos diferenças de opiniões,

uma coisa legítima entre países amigos. Quando temos coisas a dizer para o Itamaraty sobre isso, temos os canais para fazê-lo. De maneira geral as votações do Brasil estão muito mais equilibradas do que foram antes e espero que isso continue no futuro.

É importante destacar que o Brasil mudou algumas posições porque a realidade da região também se alterou. Com os Acordos de Abraão temos um enorme movimento entre Israel e os Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Marrocos. Visitas, acordos e turismo.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as pesquisas, teve no seu governo uma posição mais pró-Palestina. O sr. teme que, numa eventual vitória do petista, as relações entre Brasil e Israel fiquem comprometidas? Vamos respeitar qualquer decisão do povo brasileiro. Não é segredo que nem sempre gostamos de decisões do governo [no passado]. Mas, além da amizade, os interesses dos dois países continuam. A cooperação na área de ciência e tecnologia, agricultura, defesa, manejo de água, educação, saúde... Os interesses do Brasil em manter as relações com Israel vão continuar.

Isso é uma parte muito importante da minha missão como embaixador. Vamos continuar a trabalhar para reforçar essas relações entre o povo brasileiro e o povo israelense.

Um recente relatório da Anistia Internacional definiu políticas públicas de Israel como parte de um regime de apartheid. Como vê essa manifestação? Esses relatórios são distorcidos e cheios de mentiras. A sociedade árabe de Israel compõe 20% da população. São cidadãos israelenses, representados no parlamento, no governo, na academia e nos ministérios... na vida de Israel. Falar sobre a discriminação desse público é totalmente mentiroso.

Repetir essas mentiras não vai fazer disso uma verdade. Agora, temos coisas que precisam melhorar. Temos às vezes acontecimentos que não deveriam ocorrer. Mas pegar um acontecimento aqui e um acolá e fazer disso uma política de discriminação institucional? Não é a situação.

Quando acontece uma coisa que não deve acontecer temos um sistema jurídico bem forte. Posso dizer que a situação entre israelenses e palestinos é muito melhor do que em muitos outros lugares no mundo. Tem que melhorar, temos que fazer mais — todos os lados têm que fazer mais —, mas dizer que isso é um apartheid não é o caso. Muitas das acusações e os fatos que apresentam não são verdade.



Dar legitimidade para a ideologia nazista é uma coisa grave. É uma coisa perigosa, e já vimos no passado que ideologias podem passar para ações

mercado

Bomba fiscal no Congresso pode passar de R\$ 230 bilhões em 2022

Pressão por gastos e renúncias cresce diante de posição de Bolsonaro em pesquisas eleitorais

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O apetite da ala política do governo por medidas de apelo popular em ano eleitoral será um desafio para a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), que começa 2022 sob a pressão de uma bomba fiscal que pode passar dos R\$ 230 bilhões. O primeiro grande teste é a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Combustíveis, que teve uma de suas versões batizada de kamikaze pelo time econômico, devido ao impacto potencial de mais de R\$ 100 bilhões em troca de uma redução incerta de centavos no preço nas bombas e na conta de luz.

A equipe de Guedes ainda negocia desoneração localizada apenas no diesel, ao custo de R\$ 17 bilhões. Mas permanece a pressão pelo avanço em paralelo de outras propostas relacionadas, como a instituição de subsídios para conter tarifas de ônibus urbano.

Além disso, a coleção de bombas a serem desarmadas no Congresso Nacional neste ano não se resume ao tema dos combustíveis. Com a retomada dos trabalhos legislativos, parlamentares voltaram à carga com projetos que aliviam dívidas de grandes empresas, ampliam isenções tributárias ou elevam gastos do governo.

Uma maior expansão fiscal, por meio de gastos ou renúncias de receitas, é considerada tendência natural no último ano de um governo e também foi observada em gestões anteriores.

No entanto, especialistas avaliam que a segunda colocação do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas pesquisas de intenção de voto adiciona pressão para que o Palácio do Planalto seja mais conivente com os pedidos.

Segundo a última pesquisa do Datafolha, Bolsonaro está atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na corrida presidencial.

Um dos projetos de maior risco para a equipe econômica é o que autoriza uma ampla renegociação de dívidas tributárias de médias e grandes empresas.

O texto do Refis aprovado no Senado centrava os maiores benefícios em companhias que enfrentaram dificuldades devido à Covid-19. No fim de 2021, a Câmara dos Deputados estendeu o alcance do programa até mesmo a em-



Paulo Guedes em Brasília; PEC dos Combustíveis e renegociação de dívidas de empresas estão na lista Ueslei Marcelino 17 dez. 21 / Reuters

presas que lucraram mais na pandemia.

Cálculos do governo apontam uma perda potencial de R\$ 92,1 bilhões só em 2022, caso o programa seja aprovado no formato previsto pela Câmara. O texto prevê descontos de até 90% em juros e multas e 100% em encargos, além da possibilidade de abater grandes volumes de crédito de prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

O tamanho da fatura levou a equipe econômica a agir. No final de 2021, governistas conseguiram retirar o projeto de pauta.

Sob pressão de grandes empresas e de congressistas, a proposta deve ganhar força novamente. Há negociações em curso para que o texto entre na pauta das próximas sessões.

O relator, deputado André Fufuca (PP-MA), recém-empossado líder da legenda na Câmara, disse à Folha que vai conversar com lideranças a respeito do projeto na próxima semana. Ele evitou responder se fará mudanças no texto.

No Senado, uma das pressões no radar do governo é a correção da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física). O senador Angelo Coronel (PSD-BA), que era relator da reforma do IR já aprova-

da na Câmara, desmembrou o tema da tabela e apresentou um projeto avulso.

A proposta do congressista é elevar a faixa de isenção a R\$ 3.300 mensais, o que custaria cerca de R\$ 35 bilhões. Hoje, a isenção vai até R\$ 1.903,98.

“Já que não vamos atender os R\$ 5.000 que o presidente na campanha alardeou, pelo menos um meio-termo, corrigindo pela inflação”, argumenta Coronel.

Segundo o parlamentar, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já sinalizou no colégio de líderes que pretende marcar uma semana de votação de matérias tributárias, com datas a serem definidas. A tentativa de Coronel será incluir o projeto da tabela do IRPF na pauta.

Há ainda um projeto de lei, relatado pelo líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), que busca instituir um repasse federal para bancar a gra-

tuidade de idosos nos ônibus urbanos.

Uma proposta semelhante chegou a ser incluída na PEC kamikaze, que recebeu a assinatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente. Mas o avanço da PEC está sendo combatido pela equipe econômica.

Na última quarta (9), Pacheco decidiu enviar o projeto de lei avulso sobre o subsídio aos ônibus diretamente ao plenário da Casa, sem passar por nenhuma comissão. O custo pode chegar a R\$ 5 bilhões.

O próprio governo também já deu sinal verde à derrubada de um veto de Bolsonaro para isentar empresas do setor de turismo e eventos do pagamento de tributos durante cinco anos. O restabelecimento da benesse deve gerar uma renúncia de R\$ 3,2 bilhões apenas em 2022.

O aval à derrubada foi anunciado publicamente por Flávio Bolsonaro em suas redes sociais. A apreciação do veto pode ocorrer na próxima quarta (16).

Outro veto que deve cair permitirá às empresas do Simples Nacional renegociar suas dívidas, com impacto de cerca de R\$ 1,7 bilhão para os cofres federais.

Grande parte das investidas mira as receitas do governo —uma estratégia para evitar esbarrar no teto de gastos, regra fiscal prevista na Consti-

tuição e que limita as despesas, mas não disciplina as receitas do governo.

A equipe econômica, porém, vê os movimentos com bastante preocupação, pois precisa respeitar a meta fiscal, que autoriza um déficit de até R\$ 170,5 bilhões neste ano. A previsão atual do governo aponta um rombo de R\$ 79,3 bilhões, projeção que deve piorar caso haja corte de tributos sobre o diesel.

Guedes ainda quer reduzir o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o que também impacta a receita.

Há ainda pressão pelo lado das despesas. O time do ministro da Economia segue em alerta para o risco de a concessão de reajustes para policiais acabar deflagrando uma pressão generalizada por aumentos ao funcionalismo.

Para o pesquisador Bruno Carazza, professor da Fundação Dom Cabral, o enfraquecimento da posição de Guedes e a segunda posição de Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto tornam o presidente mais suscetível às pressões em ano eleitoral.

“Em um ano de tentativa de reeleição, isso nunca aconteceu, o presidente não está liderando as pesquisas. Gera incentivo extra para que ele [Bolsonaro] libere mais dinheiro para tentar fazer a economia crescer, deixar o eleitor mais feliz”, analisa o pesquisador.

Segundo Carazza, a possibilidade de vitória de Lula também tende a fortalecer candidatos de sua coalizão para cargos no Legislativo, o que pode levar atuais aliados de Bolsonaro a buscarem mais recursos para suas bases. “Para segurar trações, o governo tem cedido a essas pressões”, afirma.

O cientista político Rafael Cortez, da consultoria Tendências, avalia que o governo enfrenta dificuldades para gerar no eleitor uma sensação de confiança e ganho de bem-estar, apesar de iniciativas recentes, como a ampliação do Auxílio Brasil —sucessor do Bolsa Família, marca das gestões petistas.

“A fonte dessa incapacidade tem a ver com a falta de coordenação política. É como se houvesse dois governos, com uma equipe econômica cada vez mais isolada em relação ao projeto de reeleição”, afirma. Para o especialista, há também falta de coordenação entre Câmara e Senado.

“Curiosamente, essa falta de coordenação pode ajudar no sentido de evitar um mal maior”, diz Cortez, citando o exemplo da PEC dos Combustíveis, que perdeu força dando lugar a um projeto para desonerar apenas o diesel. “No fundo, como a gente vive uma governabilidade perversa, quando um item é aprovado ele adiciona risco, não tira.”

Bombas fiscais em ano eleitoral

Impacto de propostas em discussão no Congresso, em R\$ bi



R\$ 79,4 bilhões

é o déficit fiscal previsto pelo governo para 2022

R\$ 170,5 bilhões

é o rombo máximo permitido pela meta fiscal do ano

*Proposta da Câmara desonera tributos e custa entre R\$ 34 bi e R\$ 75 bi. Proposta do Senado inclui gastos adicionais com auxílio-diesel, auxílio-gás e subsídio a tarifas de ônibus, e seu impacto pode superar R\$ 100 bi. Fontes: Ministério da Economia, Congresso Nacional

Governo segura execução de emendas de relator e investimento

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (PL) editou um decreto limitando a execução de emendas de relator, instrumento usado por parlamentares para irrigar seus redutos eleitorais, e despesas de custeio e investimentos nos três primeiros meses do ano.

A medida impõe uma espécie de controle na boca do caixa. Ela é necessária devido ao risco de crescimento de gastos obrigatórios, cuja recomposição precisará ser feita mediante cortes em outras áreas.

Para assegurar a viabilidade dessas reduções, o governo impede que os ministérios façam o empenho (primeira fase da despesa, quando é feito o compromisso com a compra ou a obra em questão) e o pagamento de todos os valores disponíveis no Orçamento de 2022.

O decreto assinado por Bol-

sonaro limita a execução a uma proporção de 1/18 da dotação disponível por mês até março. O ato foi publicado em edição extra do DOU (Diário Oficial da União) nesta sexta-feira (11). A medida atinge as chamadas despesas discricionárias, que incluem custeio, investimentos e também as emendas de relator e de comissão, distribuídas em grande parte a aliados do governo.

Caso haja necessidade, a Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento poderá aliviar a contenção e elevar essa proporção a 1/15, mediante aval prévio da Casa Civil.

As emendas impositivas individuais e de bancada, que são previstas na Constituição e têm divisão equânime entre parlamentares aliados e de oposição, estão blindadas da limitação temporária.

O Orçamento de 2022 reserva R\$ 16,5 bilhões para as emendas de relator, e a pro-

porção mensal regular, sem limitação, resultaria em uma execução de R\$ 4,125 bilhões até março. Mas o governo estipulou um valor menor, de R\$ 2,75 bilhões. A mesma lógica é observada nas demais despesas discricionárias. Elas somam R\$ 114 bilhões no Orçamento, mas apenas R\$ 19 bilhões ficarão disponíveis nos três primeiros meses do ano. Sem limitações, o valor seria de R\$ 28,5 bilhões.

O Ministério da Economia vai divulgar em 22 de março sua primeira avaliação do Orçamento. É neste documento que os técnicos do governo indicarão a necessidade de recompor despesas obrigatórias e cortar de outras áreas.

Como mostrou a Folha, o governo já mapeou a necessidade de ampliar em R\$ 3,1 bilhões os gastos com subsídios de programas como o Plano Safra, devido à alta dos juros. A fatura extra decorre do au-

mento significativo nas taxas de juros, que ampliou a despesa com a chamada equalização —o governo paga a diferença entre a taxa cobrada dos produtores, mais baixa, e o custo efetivo das instituições financeiras que emprestam o dinheiro.

Há ainda outras demandas represas, como a recomposição de R\$ 777,9 milhões do fundo eleitoral. Uma regra estipulada na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) prevê que o fundo deve ser de R\$ 5,74 bilhões —o maior da história, mas o Orçamento reservou apenas R\$ 4,96 bilhões.

O corte de 50% dos recursos de custeio do Ministério da Economia também deve tornar necessária alguma recomposição para a pasta. No início do ano, a necessidade era calculada em torno de R\$ 5 bilhões.

Segundo fontes da área econômica, o objetivo com o de-

creto é ser prudente na execução das despesas devido aos riscos de crescimento de gastos obrigatórios.

Na sanção do Orçamento, Bolsonaro já precisou fazer um veto de R\$ 3,2 bilhões para recompor despesas com pessoal que haviam sido substituídas pelo Congresso Nacional. O corte atingiu principalmente o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e o Ministério da Educação, gerando desgaste político.

Na ocasião, as emendas de relator foram blindadas de qualquer corte. Agora, porém, a limitação da execução vai de encontro aos interesses dos parlamentares.

Em ano eleitoral, a expectativa de técnicos do Ministério da Economia é que haja pressão pelo empenho do maior volume possível de emendas ainda no primeiro semestre, para evitar as restrições eleitorais.

A avaliação encontra eco no Congresso Nacional, onde parlamentares da base contam com os recursos das emendas para aumentar suas chances de reeleição.

A lei eleitoral diz que, nos três meses que antecedem o pleito, é vedado realizar transferências voluntárias de recursos a estados e municípios. As emendas se enquadram nesse caso, segundo os técnicos.

A única exceção é quando os recursos servem para garantir a execução de obra ou serviço já em andamento, com cronograma definido, ou para atender a situações de emergência ou calamidade pública.

Dessa forma, empenhos de novas despesas terão de ser feitos até 1º de julho ou após as eleições. Apesar disso, integrantes do Planalto afirmam que há interpretações divergentes e que alguns tipos de empenho poderiam ser feitos no período eleitoral.

mercado

PAINEL S.A.
Engrenagem

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

A reunião do ministro da Economia, Paulo Guedes, na sexta (11) com a Coalizão Indústria, grupo de representantes de mais de dez setores empresariais, foi conclusiva, na opinião de Jorge Nascimento, presidente da Eletros, que reúne os fabricantes de eletroeletrônicos concentrados na Zona Franca de Manaus. Nascimento diz que Guedes reforçou a intenção de reduzir o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que é um pedido antigo de grande parte da indústria.

COMPETITIVIDADE A redução do tributo é vista com ressalvas, porque o setor diz que o corte pode comprometer as vantagens da Zona Franca. “Segundo ele informou, a redução do IPI está pronta, mas depende do que vai acontecer com as PECs. Só consegue reduzir o IPI, se a PEC dos Combustíveis não avançar”, diz o presidente da Eletros, que estava na reunião com Guedes.

EXCEÇÕES Nascimento propôs excluir do corte no IPI a produção da Zona Franca, sugestão que, segundo ele, foi bem recebida. “Não tem ganho nem perda para ninguém. As indústrias da Zona Franca de Manaus continuam competitivas frente ao importado. Quem está fora dela ganha a redução, e o governo segue com a ideia de implementar uma política de redução de imposto do IPI”, diz.

FAMÍLIA Os filhos e a viúva de Henry Maksoud, fundador do hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, conseguiram na Justiça o direito de participar da próxima reunião de herdeiros do espólio do empresário, que morreu em 2014. Na sexta (11), a juíza Gisele Monteiro da Rocha, da 5ª Vara da Família e Sucessões, negou recurso da defesa de Henry Maksoud Neto e manteve a autorização concedida em janeiro.

CONTROLE A decisão prevê que Claudio e Roberto Maksoud, filhos de Henry, e Georgina Célia Bezerra poderão propor a destituição de Maksoud Neto como administrador da Hidroservice Engenharia. O espólio do fundador do grupo Maksoud tem 99,9% dessa empresa, que era a controladora do hotel, fechado em 7 de dezembro do ano passado.

DISPUTA Na decisão do dia 26, a juíza autorizou que eles exerçam, em conjunto, “direitos e prerrogativas” da participação no espólio, “podendo agir amplamente, discutir, deliberar e votar sobre qualquer assunto”. Fica autorizada aos herdeiros mencionados a colocar em pauta a proposta de destituição do atual administrador da Hidroservice Engenharia e a realização de indicação de novo administrador”, escreveu a juíza.

com Fernanda Brigatti, Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS

Jan., em % ac mês

Cheque especial	7,73
Empréstimo pessoal	8,00
Conta-corrente	4,05
Empréstimo pessoal	8,12

FONTE: PROCON-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R\$ 1.212,00	20%	R\$ 242,40
Valor máx.	R\$ 7.087,22	20%	R\$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15 fev.

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R\$ 1.212	5%	R\$ 60,60
------------	-----------	----	-----------

Assalariado

Até R\$ 1.212,00	Aliquota
De R\$ 1.212,01 até R\$ 2.427,35	7,5%
De R\$ 2.427,36 até R\$ 3.641,03	9%
De R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22	12%
De R\$ 7.087,23 até R\$ 14.174,44	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 18 fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Rm R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	0	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Rm R\$	Valor, em R\$
R\$ 1.256,32	
Empregado	98,48
Empregador	259,25

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7 fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.

Fundos de pensão pedem mais tempo para cobrir déficit de 2020 e 2021

Apesar do resultado negativo, entidades de estatais descartam novas cobranças extras; até outubro, 327 planos tinham déficit

Fernanda Brigatti e Nicola Pamplona

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO A forte oscilação das Bolsas e a disparada da inflação nos dois anos sob pandemia afetaram também o resultado dos fundos de pensão, que viram piorar seus balanços contábeis e, agora, querem do governo um prazo maior para cobrir o déficit nas contas de 2020 e 2021.

A Abrapp (associação das entidades de previdência complementar) apresentou a proposta à Previc em dezembro e deve voltar a discutir o assunto em reunião do CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar) nesta semana. Luiz Paulo Brasiz, vice-presidente da associação, diz que o prazo maior deve dar às entidades que administram os planos tempo para recuperar os prejuízos. “Precisa ficar bem claro que não se trata de insolvência, mas de um momento do mercado”, afirma.

O adiantamento poderá evitar a necessidade de planos de equacionamento mais agressivos, como aqueles que incluem cobranças extraordinárias em aposentadorias e salários.

Para milhares de aposentados e pensionistas dos maiores planos ligados a estatais, a mera perspectiva de novas cobranças é motivo de tensão. Atualmente, trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas de Postal, dos Correios, Petros, da Petrobras, e Funcef, da Caixa, já têm mensalmente descontos em seus benefícios e salários para cobrir rombos passados.

A situação do Postal é a mais delicada. Quarto maior do Brasil em número de participantes, o fundo corre o risco de ficar sem dinheiro para aposentadorias em 2026. Hoje, os participantes pagam contribuições extras para cobrir os déficits de 2012 e 2014, que somavam cerca de R\$ 6 bilhões.

O saldo dos equacionamentos de 2012 e 2014, pelos quais os participantes já pagaram cerca de R\$ 450 milhões anuais, será somado ao déficit de 2015 e também ao de 2020. Tudo chega a R\$ 8 bilhões. Carlos Alberto Zachert, diretor de gestão previdencial do Postal, espera que o plano entre em execução até o fim do semestre. A proposta passou pela direção dos Correios e agora caminha pela burocracia estatal.

Nesse plano, as contribuições extras continuarão praticamente iguais, mas passarão a ser vitalícias -as cobranças feitas atualmente durariam, em média, 16 anos. Aposentados, que hoje pagam 27,30% de seus benefícios, passarão a pagar 26,54%. Para pensionistas, a mordida será de 37,22%. Os funcionários da ativa terão desconto de 17,84% (hoje é de 18,81%). O novo plano também acaba com o pecúlio, reduz pela metade o valor das pensões por morte, e corta 25% no 13º.

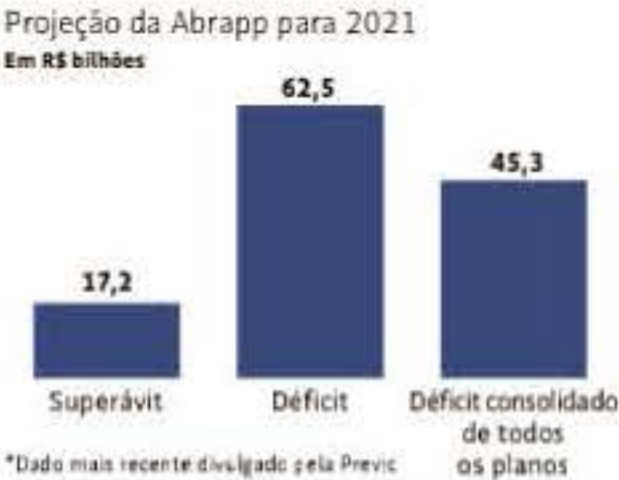
O déficit e a baixa solvência do Postal não são os únicos nós a serem desatados pela gestão do fundo. Os Correios estão na lista de privatizações do governo federal e, ainda que haja o risco de o processo não ser concluído no governo Jair Bolsonaro (PL), a estatal não tem novos concursos há anos e promoveu programas para incentivar demissões. Somente em 2021, 7.000 novos benefícios foram concedidos.

Na Funcef, fundação que gere a previdência dos empregados da Caixa, os assistidos pelos planos mais maduros pa-

Fundos de pensão das estatais



1,1 tri é o total de ativos no período



gam hoje cerca de 20% do benefício em taxas extras para cobrir rombos do período entre 2014 e 2016. Os planos têm ainda cerca de R\$ 2 bilhões de déficits não equacionados.

Os resultados de 2020 e 2021, mesmo deficitários, não devem levar a novo equacionamento. Segundo o presidente da fundação, Gilson Santana, o déficit deve ficar abaixo do teto regulatório que determina a cobrança de taxas adicionais para cobrir rombos. A melhora, afirma o executivo, é resultado de uma aposta maior em títulos públicos, que têm rentabilidade de atrelada à taxa Selic, aumentada sucessivas vezes pelo Copom para conter a inflação.

Neste ano, a fundação aprovou mudanças no reajuste de um dos planos maduros, substituindo o índice negociado pelos empregados da ativa pelo INPC. A nova regra dá mais previsibilidade, reduzindo a margem para perdas, diz Santana. A Funcef retomou processos para apurar responsabilidades por investimentos que contribuíram para os rombos de meados da década, que estavam parados durante a pandemia. Resultados das investigações estão sendo enviados ao Ministério Público Federal.

Na Petros, a cobrança extra para o equacionamento de déficit de 2015 e 2018 varia de 10,56% a 13,59% a de-

Cinco perguntas sobre os fundos de estatais

Por que tenho um desconto em minha aposentadoria paga por um fundo de pensão?
Porque o plano que paga sua aposentadoria teve déficit em algum momento nos últimos anos. Desde 2015, a regulação dos fundos de previdência complementar fechada prevê que o déficit seja solucionado no ano seguinte.

Por quanto tempo o desconto será feito?
Isso depende de cada plano de equacionamento, nome dado às operações para zerar o déficit. Os participantes dos planos precisam ser informados da duração das cobranças.

Existe algum limite para esses descontos?
Não. Pode chegar a 50% do benefício, por exemplo. Essas contribuições extras, porém, são aprovadas em planos que precisam ser discutidos com os participantes.

O desconto é o único meio de quitar o déficit?
Não. As entidades que administram os planos têm autonomia para tomar outras medidas, como rever investimentos, vender ativos e reduzir benefícios. Nem sempre o plano de equacionamento de déficit resulta em contribuição extraordinária.

Consigo barrar ou limitar o abatimento?
Associações de servidores das estatais têm diversas ações judiciais para barrar as contribuições extras. Há ainda processos cobrando responsabilização de gestores envolvidos em gestão temerária ou fraudulenta. Entretanto, não há garantia de vitória.

pende do tipo de plano e da situação de cada participante ao fim de 2019. Até dezembro, a carteira de investimentos dos planos mais maduros da fundação teve perdas entre 3% e 3,8%, quando a meta seria um ganho de 14%. A entidade diz que o resultado de um fundo deve ser observado no longo prazo para eliminar questões conjunturais.

“A Petros conta com uma carteira de investimentos sólida e diversificada”, o que, segundo a fundação, dá condições de recuperação. A fundação também diz ter registrado, em 2020, o primeiro superávit após nove anos consecutivos de déficit em um de seus planos de benefício definido.

Das estatais que foram alvo de investigações, a Previ, do Banco do Brasil, é a menos afetada. O fundo é o maior em pessoas e em ativos investidos, controla R\$ 232,2 bilhões e tem 544.755 trabalhadores, aposentados e pensionistas. Em 2015, também registrou déficit, mas a contribuição extraordinária foi suspensa já em 2017, graças à rentabilidade dos investimentos ter sido superior à meta atual do ano anterior.

O balanço de 2021 dos 618 planos das 232 entidades na Abrapp será fechado em março, mas deverá ficar negativo. Até outubro, 327 planos de 128 fundos estavam com déficit.

Tivemos uma situação atípica em 2020 e 2021. Fazer esse plano de ajuste em 2022 pode levar a uma venda desnecessária de ativos e isso não seria bom. Nossa proposta é discutir em 2023 e 2024, quando esperamos que a situação já tenha melhorado

Luiz Paulo Brasiz, vice-presidente da Abrapp

Malha fina de 2021 tem 600 mil declarações

Número chega a 1 milhão se somado a declarações do IR mais antigas; após corrigir pendências, restituição é liberada

**Cristiane Gercina e
Luciana Lazarini**

SÃO PAULO Ao menos 600 mil declarações do Imposto de Renda entregues em 2021 estão na malha fina, segundo a Receita Federal. O número chega a 1 milhão quando considerado o total de documentos na malha de anos anteriores, que soma 400 mil. As declarações vão para a malha fina do IR por erros cometidos pelos contribuintes. Dentre as principais falhas estão omissão de rendimentos do titular ou de seus

dependentes, erros ao informar gastos com saúde ou a inclusão de dependentes que não atendem as regras do fisco, entre outros. Para receber a restituição, o contribuinte precisa corrigir o erro e enviar uma declaração retificadora. Antes, precisa saber o que fez o documento ficar retido. Essa informação é obtida no Portal e-CAC, que é o Centro de Atendimento Virtual da Receita Federal. É preciso ter código de acesso e senha para entrar no sistema. A criação do código e da senha é feita com os números

de recibos das declarações de 2021 e 2020. Também é possível entrar no e-CAC utilizando a senha do sistema gov.br. Após acessar o centro virtual, o contribuinte deve ir em "Serviços em Destaque", acima, do lado esquerdo da tela, e clicar em "Meu Imposto de Renda (Extrato do DIRPF)". As declarações de cada ano aparecem em uma barra azul, acima. O contribuinte pode clicar na de 2021. Também é possível saber qual foi o erro ao acessar "Pendências de Malha", em "Processamento". Em "Processamento", há in-

formações detalhadas sobre o IR no link "Extrato de Processamento". É preciso clicar no ano em que se quer conferir os dados. Ao abrir o resumo da declaração, estará indicado o motivo que levou o contribuinte à malha fina. Para fazer a retificação, o cidadão precisa acessar o programa IRPF 2021. Se for necessário, é preciso fazer a atualização. Ao abrir o programa, será exibida uma mensagem alertando sobre uma nova versão. Clique em "Atualizar" e espere a finalização do procedimento.

Há duas opções para fazer a correção. A primeira delas é abrir a declaração, clicando sobre o nome do contribuinte. A segunda é ir direto ao botão "Retificar", na tela inicial. O símbolo é um R dentro de uma seta de cor de laranja. O programa irá perguntar se deseja continuar. Escolha "Sim". É preciso ir na ficha onde há o erro. Por exemplo, se foi informado um salário menor do que o recebido, a correção deve ser na ficha "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ", que deve ser preenchida com os dados corretos.

Quando concluir a alteração dos dados, o contribuinte deve ir em "Entregar declaração", cujo ícone fica do lado esquerdo. Antes, porém, é indicado fazer a verificação dos dados. Basta clicar no sinal de checagem, em verde, acima. Pendências vermelhas impedem o envio. As amarelas, não. Confirme os dados bancários e envie o IR. Após 24 horas do envio da retificadora, já é possível checar no e-CAC se o documento foi aceito. Neste caso, a restituição será liberada pela Receita em breve, em um lote residual.

CAIXA

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO PÚBLICO Nº 3019/0222 - 3020/0222-CPA/PE

Oliveira e Jansen Storelli, leiloeiro oficial credenciado, regularmente matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº AACR/3118, com escritório localizado à Rua Goulart Mariz 1360, Sala 308, Centro, Concórdia/SC, CEP 89705-156, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar 1º e 2º Leilão Público - Lei nº 9.514 de 28/11/1997, em 22/02/2022 e 09/03/2022 respectivamente, para alienação de imóveis recebidos em garantia pela credora fiduciária Caixa Econômica Federal, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes 3/4, em Brasília-DF, CNPJ/MF nº 00.260.320/0001-04, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária relacionados no Edital e seus anexos, pela maior oferta, no estado de ocupação e conservação em que se encontram, segundo as presentes condições de venda e disposições legais vigentes, em especial a Lei nº 9.514 de 28/11/1997, com alterações introduzidas pela Lei nº 13.468 de 11/07/2017, Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.863, de 08/06/1994, Decreto nº 21.581 de 19/10/1932, com alterações introduzidas pela Lei nº 13.138 de 26/06/2015, Decreto nº 22.427 de 01/02/1933 e Lei nº 13.105/2015 (CPC), Art. 886, inciso IV, bem como pelas condições gerais estabelecidas no Edital e seus anexos, conforme publicado na imprensa e na rede mundial de computadores - internet.

Contrato nº 00.0000.0001831-6, imóvel sito a RUA PANEMA, N. 765, RIBEIRÃO PRETO/SP, matrícula nº 83298 - 1º CRI de RIBEIRÃO PRETO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 200.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 15.317.400,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 18.800,00.

Contrato nº 00.0000.1906554-3, imóvel sito a RUA PAULO OROZIMBO, N. 364, Apto 84, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 33613 - 1º CRI de CAMBUIÚ/SP, estado Desocupado, Valor de avaliação R\$ 426.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 961.400,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 551.500,00.

Contrato nº 00.0000.1900746-7, imóvel sito a RUA BELA CINTRA, N. 672, Apto 208A, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 84842 - 1º CRI de BELA VISTA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 225.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 270.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 17.300,00.

Contrato nº 00.0000.1900787-2, imóvel sito a P.O. XII, N. 135, ESCURTIÓRIO 31, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 74083 - 1º CRI de LIBERDADE/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 113.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 450.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 19.300,00.

Contrato nº 00.0000.1001185-2, imóvel sito a AV. DOUTOR GASTÃO VIDIGAL, N. 1132, Apto 201, BL. E - ÁREA RES. TRIBECA, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 132645 - 1º CRI de LAPA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 645.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 1.304.700,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 37.200,00.

Contrato nº 00.0000.1014062-9, imóvel sito a RUA JOSE FOMALE, N. 585, JAU/SP, matrícula nº 37770 - 1º CRI de JAU/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 256.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 259.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 58.700,00.

Contrato nº 00.0000.1014062-9, imóvel sito a RUA JOÃO MONTEIRO DE CARVALHO, N. S/N, GLEBA - ESQUINHA RU. EDORIO PUPIM, SÃO JOSE DO RIO PRETO/SP, matrícula nº 17216 - 1º CRI de S. JOSE DO RIO PRETO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 350.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 3.705.400,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 79.700,00.

Contrato nº 01.2953.0000197-0, imóvel sito a RUA VERISSIMO DA SILVA (ANT. GO 855), N. 677, CASA B, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 172106 - 3º CRI de ZONA LESTE/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 350.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 330.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 287.800,00.

Contrato nº 01.4444.0015868-8, imóvel sito a RUA CASTANHEIRA, N. 315, LOT 14, OD. C, VARGEM GRANDE PAULISTA/SP, matrícula nº 23973 - 1º CRI de LOT LOS ALAMOS/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 287.429,40, Valor de venda em 1º leilão R\$ 287.500,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 168.400,00.

Contrato nº 01.4444.0116248-8, imóvel sito a RUA DIAMANTE (antiga rua freixo), N. s/n, OD. 32 LT 26 JARD. M. SOLEMAR II, PRAIA GRANDE/SP, matrícula nº 101632 - 1º CRI de PRAIA GRANDE/SP, estado Desocupado, Valor de avaliação R\$ 167.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 167.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 563.800,00.

Contrato nº 01.4444.0223265-0, imóvel sito a R. DORNA VITORIA SPEERER, N. 918, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 244812 - 3º CRI de VL. FORMOSA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 111.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 307.100,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 48.400,00.

Contrato nº 01.4444.0384223-6, imóvel sito a RUA ELIO ALVES DE TOLEDO, N. 258, L. ME. RA/SP, matrícula nº 71468 - 2º CRI de L. ME. RA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 100.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 307.100,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 214.100,00.

Contrato nº 01.4444.0504012-7, imóvel sito a ALAMEDA SÃO JOÃO DEL REI, N. 711, LT. 67 OD. A, VARGEM GRANDE PAULISTA/SP, matrícula nº 114201 - 1º CRI de LOT VELA RICA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 940.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 680.600,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 1.222.300,00.

Contrato nº 01.4444.0563337-0, imóvel sito a AVENIDA DANTON JOBIM, N. 178, CS. 01, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 401982 - 1º CRI de SÃO PAULO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 500.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 529.300,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 27.400,00.

Contrato nº 01.4444.0633644-6, imóvel sito a RUA PASTOR NAPOLEÃO PEREIRA LINS, N. S/N, OD. 05 LT. 25, RIBEIRÃO PRETO/SP, matrícula nº 102605 - 1º CRI de RIBEIRÃO PRETO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 112.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 117.700,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 132.000,00.

Contrato nº 01.4444.0699772-4, imóvel sito a TRAVESSA PRINCÍPIO DE ANDORRA, N. 163, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 225121 - 1º CRI de SÃO PAULO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 300.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 342.500,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 407.700,00.

Contrato nº 01.4444.0712408-1, imóvel sito a RUA DOM. RODR. GO. BANCHES, N. 525, CONJ. RES. DAS AZALEAS BL. E SOBRADO 2, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 177275 - 1º CRI de CAPÃO REDONDO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 250.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 280.700,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 305.800,00.

Contrato nº 01.4444.0792960-9, imóvel sito a R. VERDI VOSS DE MENEZES, N. 2340, FRANCA/SP, matrícula nº 69788 - 1º CRI de FRANCA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 291.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 303.400,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 302.100,00.

Contrato nº 01.4444.0824216-0, imóvel sito a RUA CAPITÃO GUSTAVO LAURO KORTE, N. 149, CASA 03, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 229995 - 15º CRI de SÃO PAULO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 370.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 385.800,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 360.700,00.

Contrato nº 01.4444.0825275-3, imóvel sito a AV. ZUKERLER, N. 835, Apto 286, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 96296 - 3º CRI de MANDUA/SP, estado Desocupado, Valor de avaliação R\$ 65.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 387.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 172.600,00.

Contrato nº 01.4444.0846238-4, imóvel sito a RUA ESCORPIÃO, N. 550, Apto 41, BLOCO 34, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 142913 - 9º CRI de ITAQUERA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 155.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 205.700,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 218.000,00.

Contrato nº 01.4444.0865341-0, imóvel sito a RUA MATHILDE PAIZER, N. 106, OSASCO/SP, matrícula nº 46527 - 1º CRI de OSASCO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 560.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 573.800,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 662.800,00.

Contrato nº 01.4444.0872244-7, imóvel sito a RUA APARICÓ VIEIRA, N. 220, ITAPETINGINGA/SP, matrícula nº 74434 - 1º CRI de ITAPETINGINGA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 262.500,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 264.800,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 160.500,00.

Contrato nº 01.4444.1087490-9, imóvel sito a RUA NABUCCO DE ARAUJO, N. 480, Apto 14, SANTOS/SP, matrícula nº 29390 - 2º CRI de SANTOS/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 300.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 312.700,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 326.900,00.

Contrato nº 01.5555.1369221-0, imóvel sito a RUA PASCHOAL BARBOTTINI, N. 503, LT. 12 OD. B, PRACICABA/SP, matrícula nº 30993 - 2º CRI de PRACICABA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 185.686,54, Valor de venda em 1º leilão R\$ 245.300,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 227.500,00.

Contrato nº 01.5555.1482229-0, imóvel sito a RUA JEFFERSON BARRETO, N. 443, RIBEIRÃO PRETO/SP, matrícula nº 890 - 1º CRI de RIBEIRÃO PRETO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 305.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 305.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 181.200,00.

Contrato nº 01.5555.1491246-8, imóvel sito a RUA PASCOAL RANIER MAZZILLI, N. 277, Apto 46, TORRE 7 - ED. LUNA, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 155946 - 6º CRI de V. PRUDENTE/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 227.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 227.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 165.000,00.

Contrato nº 01.5555.2192766-4, imóvel sito a RUA ALFREDO JOREL, N. 58, Apto 62, COND. ED. AZALEA, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 207334 - 14º CRI de SÃO PAULO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 297.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 297.700,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 327.900,00.

Contrato nº 01.5555.2510514-4, imóvel sito a RUA TIBURCIO DE SOUSA, N. 2608, Apto 11, BLOCO 03, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 173.19 - 12º CRI de Itam Paulista/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 184.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 184.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 140.600,00.

Contrato nº 01.5555.303969-9, imóvel sito a AV. SALINAS, N. 2445, Apto 107, BL. 03, SÃO JOSE DOS CAMPOS/SP, matrícula nº 209465 - 1º CRI de SÃO JOSE DOS CAMPOS/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 173.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 303.300,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 171.500,00.

Contrato nº 01.5555.3353673-4, imóvel sito a RUA NEBULOSAS, N. 750, Apto 137, COND. Itan Clube Residencial AP137 Torneo, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 298820 - 9º CRI de São Mateus/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 193.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 198.600,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 234.400,00.

Contrato nº 01.5555.3391814-0, imóvel sito a RUA RAINERA ROSA (ANT. GA. RUA 14), N. 200, Apto 24, BL. A COND. SOLAR ESPERANÇA, GUARULHOS/SP, matrícula nº 112318 - 1º CRI de GUARULHOS/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 156.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 172.400,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 170.000,00.

Contrato nº 01.5555.388972-6, imóvel sito a AV. JOSE ANDRE DE MORAES, N. 1143, Apto 174, TORRE C - ED. CEDRO, TABOÃO DA SERRA/SP, matrícula nº 28929 - 1º CRI de TABOÃO DA SERRA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 234.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 253.700,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 221.700,00.

Contrato nº 08.4444.0056656-9, imóvel sito a AV. CENTRAL, N. 1111, OD. B, LT. 368, PORTAL DOS GRANDES LAGOS - CARDOSO/SP, matrícula nº 7840 - 1º CRI de CARDOSO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 93.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 93.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 71.900,00.

Contrato nº 08.4444.0137882-0, imóvel sito a RUA WALDOMIRA APARECIDA DE ALMEIDA IMEDIATO, N. 117, OD. 12 LT. 254 - B. VISTA ALEGRE, PINDAMONHANGABA/SP, matrícula nº 50714 - 1º CRI de Pindamonhangaba/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 142.600,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 142.700,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 154.300,00.

Contrato nº 08.4444.0195418-9, imóvel sito a RUA WALDEMAR T. E. T. Z, N. 726, Apto 11A, COND. MULTIPREDIAL TOPAZIO, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 96003 - 16º CRI de SÃO PAULO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 156.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 156.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 989.600,00.

Contrato nº 08.4444.0339789-9, imóvel sito a RUA LUIZ FABRI, N. 34, LT. 25 OD. AN - LOT. JARDIM LAGOA NOVA, LIMEIRA/SP, matrícula nº 58118 - 2º CRI de LIMEIRA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 170.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 170.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 162.300,00.

Contrato nº 08.4444.0369733-8, imóvel sito a RUA FRANCISCO BASSOTELLI, N. 86, CONJ. MAR. QUINTINO PACC - II, RIBEIRÃO PRETO/SP, matrícula nº 36990 - 1º CRI de RIBEIRÃO PRETO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 183.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 183.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 114.400,00.

Contrato nº 08.4444.0528946-5, imóvel sito a R. NOVA TRINDADE, N. 273, CASA 2, COTIA/SP, matrícula nº 110447 - 1º CRI de COTIA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 173.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 184.800,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 200.900,00.

Contrato nº 08.4444.0667016-2, imóvel sito a RUA PEDRO PERIN, N. 370, LT. 135 OD. 512 ST. 17, PRACICABA/SP, matrícula nº 96052 - 2º CRI de POMPEIA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 161.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 273.200,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 159.000,00.

Contrato nº 08.4444.0745664-3, imóvel sito a RUA AREALVA, N. 1043, OD. 30 LT. 05, RIBEIRÃO PRETO/SP, matrícula nº 134857 - 2º CRI de RIBEIRÃO PRETO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 144.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 152.100,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 109.900,00.

Contrato nº 08.4444.0779127-3, imóvel sito a LAURA BOES, N. 100, Apto 44-C, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 187600 - 9º CRI de CORUJES JOSE BONFIM/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 155.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 167.900,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 145.000,00.

Contrato nº 08.4444.0784474-1, imóvel sito a RUA JOSE DE ARAUJO PLACIDO, N. 75, Apto 11-B, CONDOMÍNIO SANTA ETELVINA, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 130714 - 7º CRI de SÃO PAULO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 151.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 155.600,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 113.600,00.

Contrato nº 08.4444.0898047-9, imóvel sito a RUA FLOR DE OLIVEIRA, N. 189, Apto 94, ANTIGO 311, BL. 09, GUARULHOS/SP, matrícula nº 87567 - 2º CRI de DOS MORROS/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 170.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 177.400,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 123.900,00.

Contrato nº 08.4444.1069016-4, imóvel sito a RUA LUIZ SILVELO, N. 230, PRACICABA/SP, matrícula nº 60547 - 2º CRI de PRACICABA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 200.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 218.700,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 101.900,00.

Contrato nº 08.4444.1194588-6, imóvel sito a RUA MARIA PERONE SARMENTO, N. 290, LT. 24 OD. 83 LOT. JARDIM ANGELO JUCA, RIBEIRÃO PRETO/SP, matrícula nº 125395 - 2º CRI de RIBEIRÃO PRETO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 190.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 154.800,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 224.600,00.

Contrato nº 08.4444.1205950-0, imóvel sito a RUA AUGUSTO WENZEL, N. 471, LT. 1498 OD. 46, SÃO CARLOS/SP, matrícula nº 144196 - 1º CRI de SÃO CARLOS/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 130.196,19, Valor de venda em 1º leilão R\$ 130.200,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 102.300,00.

Contrato nº 08.4444.1261946-7, imóvel sito a RUA CHARLES CORREA ALVES (ANT. RUA 23), N. 2-06, LT. 05 OD. 07 OT. 01, BAURURUP, matrícula nº 71485 - 2º CRI de BAURURUP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 168.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 178.400,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 144.400,00.

Contrato nº 08.4444.1363626-8, imóvel sito a RUA OLGA MARIA MAZULQUIN, N. 480, Apto 21, BOTUCATU/SP, matrícula nº 18026 - 1º CRI de BOTUCATU/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 119.393,76, Valor de venda em 1º leilão R\$ 136.700,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 115.300,00.

Contrato nº 08.4444.1472952-9, imóvel sito a RUA ALVARES AFONSO, N. 56, CASA 2, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 252116 - 15º CRI de SÃO PAULO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 272.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 281.600,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 259.100,00.

Contrato nº 08.4444.1477599-2, imóvel sito a AVENIDA CLODOARDO AMARAL, N. 1050, CASAS 05 - RES. DENCIAL BARCELONA IX, PRAIA GRANDE/SP, matrícula nº 146674 - 1º CRI de PRAIA GRANDE/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 184.159,45, Valor de venda em 1º leilão R\$ 184.200,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 138.800,00.

Contrato nº 08.4444.1612889-1, imóvel sito a R. CARLOS MARQUES TEIXEIRA, N. 180, Apto 12, TORRE 11, TABOÃO DA SERRA/SP, matrícula nº 3826 - 1º CRI de TABOÃO DA SERRA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 175.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 179.500,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 156.500,00.

Contrato nº 08.4444.1990150-0, imóvel sito a RUA KARLA TOSCH GUARNIERI, N. 275, LT. 16 OD. 11, SÃO JOSE DO RIO PRETO/SP, matrícula nº 145626 - 1º CRI de SÃO JOSE DO RIO PRETO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 200.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 219.200,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 178.000,00.

Contrato nº 08.4444.2091731-5, imóvel sito a RUA LUIZ ANTON O GOBARTO, N. 141, LT. 35 OD. L, PRACICABA/SP, matrícula nº 100083 - 2º CRI de REIS CAMPOS DO CONDE/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 170.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 183.600,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 142.700,00.

Contrato nº 08.4444.2174638-7, imóvel sito a RUA FRANCISCO LOPES FRADE, N. 115, SOBRADO 17 OD. B (ANTIGA RUA EST. SERV. DAQ, COTIA/SP, matrícula nº 122623 - 1º CRI de COTIA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 141.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 160.300,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 151.700,00.

Contrato nº 08.4444.2452366-0, imóvel sito a RUA MARIA STEFANIA RAMOS, N. 315, L. 16 OD. MARLIA/SP, matrícula nº 33861 - 2º CRI de MARLIA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 235.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 235.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 179.000,00.

Contrato nº 08.5555.0280251-8, imóvel sito a RUA LEOPOLDO CASSANO, N. 146, LT. 15 OD. D LOT. JARDIM MURILLO, MOGI GUACU/SP, matrícula nº 7945 - 1º CRI de MOGI GUACU/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 445.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 445.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 64.900,00.

Contrato nº 08.5555.1610402-0, imóvel sito a RUA FRANCISCO WESS JUNIOR, N. 1555, COND. MURADAS DE ITAPETINGINGA CB71, ITAPETINGINGA/SP, matrícula nº 75626 - 2º CRI de ITAPETINGINGA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 150.339,97, Valor de venda em 1º leilão R\$ 159.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 51.600,00.

Contrato nº 08.5555.3084304-5, imóvel sito a AVENIDA MOGI-GUAÇU, N. 700, Apto 41, BL. U, SANTA BARBARA D'OESTE/SP, matrícula nº 70810 - 1º CRI de Santa Barbara D'oeste/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 168.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 169.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 96.400,00.

Contrato nº 08.5555.3082609-7, imóvel sito a RUA FELICIANO ALVES FARIAS, N. 311, Apto 203, BLOCO 1, RIBEIRÃO PRETO/SP, matrícula nº 11249 - 2º CRI de RIBEIRÃO PRETO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 145.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 146.300,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 135.600,00.

Contrato nº 08.5555.3792466-3, imóvel sito a AVENIDA NOSSA SENHORA DE LOURDES, N. 886, Apto 12, FRANCA/SP, matrícula nº 73443 - 2º CRI de LT. RES. SANTA CLARA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 130.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 148.100,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 135.300,00.

Contrato nº 08.5555.3502161-8, imóvel sito a ESTRADA ITAQUERA-GUA ANASES, N. S/N, Apto 82, BL. B COND. RESIDENCIAL PLUS, SÃO PAULO/SP, matrícula nº 191910 - 7º CRI de SÃO PAULO/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 200.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 200.000,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 182.000,00.

Contrato nº 08.5555.3571328-5, imóvel sito a RUA ZULMIRA FERREIRA DO VALE, N. 1222, Apto 44, BL. 16, PRACICABA/SP, matrícula nº 124194 - 2º CRI de PRACICABA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 169.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 236.100,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 116.600,00.

Contrato nº 08.5555.3584236-6, imóvel sito a RUA ZULMIRA FERREIRA DO VALE, N. 1222, Apto 14, BL. 19 - TERREDO, PRACICABA/SP, matrícula nº 124230 - 2º CRI de PRACICABA/SP, estado Ocupado, Valor de avaliação R\$ 156.000,00, Valor de venda em 1º leilão R\$ 236.100,00, Valor de venda em 2º leilão R\$ 154.000,00.

Contrato nº 08.5555.3708368-3, imóvel sito a AV. RIO DAS PEDRAS, N. 2201, Apto 104, COND. RES. PIAZZA BELLINI APT04 BL.60, PRACICABA/SP, matrícula nº 123895 - 2º CRI de POMPEIA/SP, estado Desocupado, Valor de avaliação R\$ 140.000,00, Valor de venda em 1º

Telegram cumpre a lei... na Alemanha

TSE deveria iniciar já um processo de consulta formal com o país sobre o app

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

O aplicativo Telegram tem aproximadamente 600 milhões de usuários espalhados pelo mundo. Apesar disso, ignora solenemente as leis dos países em que opera, como se viesse de outro planeta.

Isso acontece mesmo com os frequentes alertas de várias entidades que apontam o aplicativo como uma plataforma que abriga terrorismo, tráfico de armas, drogas, pedofilia, campanhas de desinformação e de radicalização extremista.

No Brasil, por exemplo, onde

tem 50 milhões de usuários, a rede descumpra há seis meses uma ordem do STF (Supremo Tribunal Federal) e se recusa a estabelecer qualquer contato com as autoridades do país.

O aplicativo vinha tendo a mesma postura também com a Alemanha, recusando ter qualquer contato. Lá, tornou-se a plataforma usada para a organização de atentados e de ações de grupos extremistas. Há poucos dias, no entanto, mudou de postura.

Apesar de ter apenas oito milhões de usuários no país eu-

ropeu, na semana passada teve seu momento de “apareceu a margarida!”.

Os executivos da empresa tiveram um encontro oficial com a ministra do Interior, Nancy Faeser, que foi descrito como “produtivo”.

O Telegram bloqueou, logo na sequência, 64 canais usados por extremistas, atendendo finalmente a um pedido formal da Polícia Federal alemã. Em outras palavras, o aplicativo olhou para a Alemanha e achou que o país fosse importante o suficiente para que seus

executivos descessem do pedestal — fora do alcance — onde fingem habitar.

No Brasil, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) vem tentando contato há meses com esses mesmos executivos, sem qualquer sucesso. Essa mudança de postura no país europeu abre um novo caminho de atuação para o Brasil. O TSE deveria, desde já, iniciar um processo de consulta formal com a Alemanha a respeito desse assunto que é de mútuo interesse.

Vale lembrar que as relações

de cooperação bilateral entre o Brasil e a Alemanha são fortes. Os dois países possuem uma parceria estratégica estabelecida desde 2008 e trabalham juntos em diversas áreas como energia, ciência, tecnologia e defesa.

Além disso, atuam em agências internacionais comuns, como a ampliação do Conselho de Segurança da ONU. O Brasil também é o maior parceiro comercial na América Latina, com saldo comercial favorável à Alemanha.

Os dois países poderiam iniciar um novo campo de cooperação a respeito de plataformas globais desviantes que abrigam ilícitos e se recusam a cumprir as leis locais.

Por iniciativa do TSE, o país poderia estabelecer contato direto com o Ministério do Interior da Alemanha, dando início a consultas sobre como o país europeu obteve suces-

so em aplicar a lei local (exercendo sua soberania) com relação ao aplicativo. Mais do que isso, é possível conceber um processo de cooperação mais amplo em que problemas similares possam ser tratados por meio de consultas e apoio recíproco.

O caso do Telegram mostra que existe uma nova geração de questões globais que demandam evoluções institucionais. Ampliar a cooperação internacional é uma delas.

READER

Já era Um app ignorar totalmente lei de todos os países em que opera

Já é Cooperar com a autoridade de alguns países

Já vem Tratar a questão por meio de cooperação internacional

Alívio no dólar é opção para planejar viagem

Dica é comprar moeda aos poucos, mas momento de baixa é propício para quem irá para o exterior no curto prazo

Clayton Castelani

SÃO PAULO O dólar ronda a menor cotação em cinco meses e esse momento de baixa coincide com a retirada de restrições ao turismo em diversos países devido ao avanço da vacinação contra a Covid-19.

Diante disso, é provável que algumas pessoas estejam se perguntando se chegou a hora de comprar a moeda americana para viajar. A resposta depende dos planos de viagem e do risco que o comprador está disposto a correr.

Na última quarta (9), o dólar comercial fechou o dia valendo R\$ 5,226, a menor cotação desde 13 de setembro do ano passado (R\$ 5,223).

Na sexta (11), antes de encerrar o pregão a R\$ 5,24, a divisa havia caído a R\$ 5,18 e só não manteve a baixa porque o mercado foi atemorizado por notícias de que autorida-

des dos Estados Unidos alertavam para uma iminente invasão da Ucrânia pela Rússia.

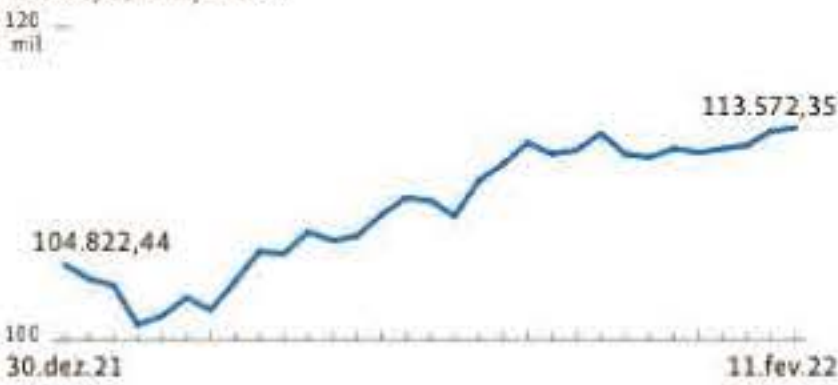
Incontáveis variáveis podem influenciar a taxa de câmbio em um intervalo de poucas horas ou até mesmo em minutos. A atual crise na Europa é apenas uma delas. Isso torna praticamente impossível saber qual é o melhor momento para comprar moedas.

“Os profissionais mais preparados do mercado trabalham para acertar a quanto vai estar o dólar no fim do ano, mesmo assim, eles erram”, diz Flávio Oliveira, sócio da Zahl Investimentos.

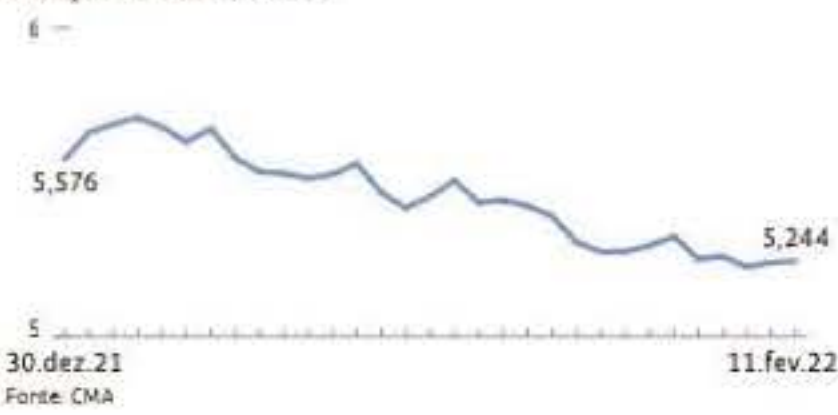
É a imprevisibilidade que leva a uma receita básica para a compra de moeda para uma viagem internacional: buscar o preço médio. A regra é comprar quantidades iguais de dólares em intervalos regulares no período entre o início do planejamento e o embarque.

Bolsa e câmbio em 2022

Ibovespa, em pontos



Cotação do dólar, em R\$



Fonte: CMA

PECINI
LEILÕES

EDITAL DE 1ª E 2ª PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE
DATA: 31 Público Leilão – 25/02/2022 às 10h00 / 1. 2º Público Leilão – 25/02/2022 às 13h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula Iboesp nº 715, autorizada por TESP-41 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ: 27.131.514/0001-33, vendendo em 1º e 2º Público Leilão, em conformidade com o Art. 63, § 1º ao 5º da Lei nº 4.591/64, C/C Inciso V e VI do art. 3º da Lei nº 6.864/85, os direitos decorrentes do Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda e do Contrato Puck de Cessão de Direitos Autoritários e Fissão Ideal no terreno e quito construídos, que correspondem a seguinte Unidade Autônoma Condominial: APTO Nº 88, 8º Pdx, TORRE 03 – PASSÉIO, do empreendimento TEG MANOES SANTO ANTONIO, em construção, à Rua Armando Sáez, nº 54, Parque Rural Fazenda Santa Chelida, Campinas/SP. Área: 55,300m²; Pdx: desmembrada (vaga de garagem nº 99), 13,250m²; Pdx: total: 68,550m²; Condição: 13,816m²; Condição: 14,344m²; Condição: 13,960m²; Área: 16,710m²; Condição: Prop.: 11.000.000,00, Mat.: 133.000,00; 2º Público Leilão/SP EM CONSTRUÇÃO, 1º LEILÃO: R\$ 492.438,53, 2º LEILÃO: R\$ 476.513,87. Ingresso em Leilão: 9. O Arrematante pagará o valor do lance à vista, 5% de comissão à leiloeira (17%), custos cartoriais para lavatura e registro da escritura, 80% Arrematante retribuirá nos direitos e obrigações do título original; 10) Venda em caráter de licitação, em conformidade com o Edital nº 001/2022, 11) Hipotecas bancárias serão lançadas em até 180 dias a contar da outorga da matrícula individualizada das unidades em construção; 12) As Condições serão preferidas na forma da lei. Edital completo disponível no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (11) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Palmeiras, Campinas/SP.

PRÓ SANGUE
REMOVIMENTO DE SÓLIDOS

DOE SANGUE
(11) 4573-7800

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

REGINA CÉLIA AMARAL MARTINI, CPF 053219-516-96, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na HEMERA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, CNPJ 35.659.185/0001-40. ESCLARECE que eventual objeção à presente declaração, acompanhada da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo “Assunto”: Autorizações e Licenças para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo “Destino”: o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (DoSF) mencionado abaixo: BANCO CENTRAL DO BRASIL – Gerência Técnica do Rio de Janeiro (DoSF GTRIJ), Avenida Presidente Vargas, 730 - 21º Andar – CEP 20071-900. Rio de Janeiro – RJ – Telefone: (21) 2185-5020, 2185-5012, 2185-5145 e 2185-5158. e-mail: gta.declaracao@bcb.gov.br. Curitiba (PR), 05 de fevereiro de 2022.

Associação Paulista dos Produtores de Caqui
CNPJ: 03.630.470/0001-27 – Inscrição Estadual: ISENTO
Convocação para Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

O Presidente da Associação Paulista dos Produtores de Caqui, no uso de suas atribuições, convoca todos os associados da citada Associação para Assembleia Geral Ordinária que será realizada na Av. Antônio Lacerda, 1221 – Bairro Campo Grande, Município de Pilar do Sul – SP, no dia 25 de Fevereiro de 2022, às 17h00m, em 1ª convocação, com no máximo 2/3 (dois terços) dos associados quites, em 2ª convocação às 17h30m, com metade mais um; e a 3ª e última convocação às 18h00m, com no mínimo 1/3 (um terço) dos associados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Relatório da Diretoria, ano de 2021; 2. Balanço Geral de Contas 2021; 3. Parecer do Conselho Fiscal 2021; 4. Anuidade 2022; 5. Planejamento para 2022; 6. Eleição para Diretoria biênio 2022/2023; 7. Eleição para Conselho Fiscal biênio 2022/2023; 8. Outros assuntos de interesse dos associados. Pilar do Sul, 14 de fevereiro de 2022. SHUJI GOCHO - Presidente

PECINI
LEILÕES

EDITAL DE 1ª E 2ª PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE
DATA: 1º Público Leilão – 21/02/2022 às 10h00 / 2º Público Leilão – 21/02/2022 às 13h00

Angela Pecini Silveira, Mat. Iboesp 715, por GOLD ACRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SP LTDA., CNPJ: 08.982.379/0001-94, vendendo 1ª ou 2ª Leilão, art. 63, § 1º a 5º da Lei nº 4.591/64, c/c V e VI art. 3º da Lei nº 6.864/85, os direitos sobre a unidade: APARTAMENTO Nº 323, 12º Pdx, Ed. Nº 03, espaço PRAÇA DAS ÁGUAS – RESIDENCIAL ALPHAVILLE BAIRRO PRIVATIVO, Avenida Marginal Esquerda do Rio Tietê, s/nº, s/rua Maria, nº 429, Cedários do Fim, Barro Preto/SP. Área: 18,240m²; Condição: 48,243m²; total: 107,283m²; total edificável: 87,872m²; 11: 0,04324; 01 vaga de garagem, Mat. 162.422 – CRI de Barro Preto/SP. Ocupado. 1º LEILÃO: R\$ 445.190,00, 2º LEILÃO: R\$ 592.181,84. Encargos do arrematante: pagamento à vista da arrematação e 5% taxa; quitação dos débitos existentes (IPTU); despesas a partir da data da arrematação, custos cartoriais, impostos, tributos, emissão de matrícula, certidão (inclusive do conteúdo), para lavatura e registro da escritura, Venda “sol corpus”. Desoneração pela arrematação. A licitante terá preferência na forma da lei. Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital completo disponível no portal da Pecini Leilões, www.pecinileiloes.com.br. Informações: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (11) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Palmeiras, Campinas/SP.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - RJ

AVISO

PROCESSO SEI-270128/000087/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/22
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TREINAMENTO CARDIORESPIRATÓRIOS
DATA DE ABERTURA: 24/02/2022, às 08h30min.
DATA ETAPA DE LANCES: 24/02/2022, às 09h

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site: www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.cbmerj.rj.gov.br/licitacoes, podendo ser retirado, de forma impressa, na Coordenação de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, 45 – Centro – RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelo Tele. (21) 2333-3084 / 2333-3085 ou pelo e-mail: pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Edmilson Gama da Silva, CPF 047.636.498-12, e Rômulo Martins de Freitas, CPF 448.575.786-30, DECLARAM, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, a intenção de exercerem cargos de diretores executivos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG.

ESCLARECEM que eventual objeção à presente declaração, acompanhada da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet) Selecionar, no campo “Assunto”: Autorizações e Licenças para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB Selecionar, no campo “Destino”: o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (DoSF) mencionado abaixo

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro (DoSF)
Gerência Técnica em Belo Horizonte (GTBHO)
Avenida Álvares Cabral, 1.605 – 2º andar – Santa Agostinha
30170-901 Belo Horizonte – MG

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20212560

A Secretaria da Casa Civil torna pública o Pregão Eletrônico No 20212560, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo o OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, até o dia 03/03/2022, às 9h (Ninada de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.sepiq.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 09 de Fevereiro de 2022. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

SINCATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE BOTUPA, PORTO FELIZ E REBOLÃO, com sede na Avenida do Trabalhador, nº 2841, Centro Empresarial Ponta Castelo Branco, Botupá-SP, CAMPANHA SALARIAL 2022 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, ficam convocados todos os trabalhadores (associações e não associados) que prestam serviços nas Empresas de CARNES E DERIVADOS, USINAS DE AÇÚCAR, RAÇÃO, SUCO, BEBIDAS, DOCES E CONSERVAS, FRO., constituída da base territorial intermunicipal nos Municípios de Araguaçu, Botupá, Botupá, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Caraguatatuba, Buri, Guarani, Iapora, Iperó, Ipiranga, Itararé, Itaquiraçu e Porto Feliz, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada no dia 17 de fevereiro de 2022 (quinta-feira), na Sede Social de Botupá, situada na Avenida do Trabalhador, 2841, Centro Empresarial Ponta Castelo Branco, em primeira convocação no horário das 10 horas e às 11 horas em segunda e última convocação, onde estarão disponíveis todos as informações necessárias para a deliberação acerca da aprovação ou não da seguinte ORDRE DO DIA: 1) VIGÊNCIA; 2) REALISTE SALARIAL CUSTEIO DO TETO OU LIMITE PARA REALISTE SALARIAL; 3) SALÁRIO NORMATIVO; 4) CESTA BÁSICA; 5) DESJESUS; 6) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS; 7) RESCISÕES CONTRATUAIS E FORNECIMENTO DO PFF; 8) CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS; 9) ALIMENTAÇÃO; 10) FORNECIMENTO DE LANCHE/REFEIÇÃO; 11) PLANO DE SAÚDE; 12) PLANO ODONTOLÓGICO; 13) SEGURO DE VIDA; 14) MATERIAL ESCOLAR; 15) CESTA NATALINA; 16) FUNDO DE INCLUSÃO SOCIAL; 17) ALIMENTAÇÃO MATERNO; 18) LICENÇA PATERNIDADE; 19) LICENÇA PARENTERAL; 20) OBRIGOS ELEITOS; 21) PARTICIPAÇÃO EM CURSOS EOL; ENCONTROS SINDICAIS; 22) DELEGADOS SINDICAIS; 23) PREVENÇÃO AS LEVANTAR; 24) O TRABALHO EM DOMICÍLIO - HOME OFFICE; 25) DO REGIME DE PRONTIÃO OU SOBREVIVÊNCIA; 26) PRAZO PARA CONCLUSÃO DAS NEGOCIAÇÕES; 27) MANUTENÇÃO DAS DEMANDAS OLUSULAS DA CONVENÇÃO COLETIVA ANTERIOR 2021/2022. A decisão da assembleia será com a autorização prévia e expressa para o desconto e aplicação das normas coletivas, em conformidade com o Artigo 8º, inciso 4º da CF e Artigo 545 do C.L.T.; 12. Concessão de poderes ao Sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas de trabalho e requerer a instalação de comissão coletiva. Fica desde já aberto o prazo de 10 dias para os não filiados manifestarem sua representação nas negociações coletivas e a oposição ao desrespeito da contribuição, e que deverá ser feita por escrito, individualmente e pessoalmente na sede do Sindicato. As assembleias, em segunda convocação serão realizadas com qualquer número de trabalhadores. Botupá, SP, 11 de fevereiro de 2022. Zaccaria Bezerra da Silva - Presidente.

A poupança e a nova Selic

Remuneração fixa de 0,5% ao mês da caderneta perde para taxa básica de 10,75% ao ano

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP ("Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

A Selic mantém a sua trajetória de alta e alcança 10,75% ao ano. Nesta coluna quero me digirir, particularmente, às pessoas que investem na poupança, conscientes da baixíssima tolerância a riscos que têm. Como fica a competitividade da poupança nesse contexto? A poupança não fica bem nessa foto. Quanto maior a Selic, menor será seu retorno quando comparado com alternativas de investimento em renda fixa. A remuneração fixa de 0,5% ao mês, equivalente a 6,17% ao ano, representa

um retorno bem abaixo dos 10,75% da Selic. O que complica ainda mais a situação de quem investe na poupança é que a Selic deve continuar em alta e no patamar de dois dígitos durante o ano todo. Assim, não se trata apenas de um momento ruim que logo vai passar, não dá para fazer de conta que não está acontecendo nada, que tudo bem ficar na poupança... Milhões de pessoas preferem a poupança, dando pouca ou nenhuma importância à rentabilidade. As razões pelas quais

fazem isso são pessoais, mas posso intuir e listar algumas. Não se consideram investidores, apenas poupadores. Conhecem pouco ou nada sobre outras aplicações financeiras; apreciam que tenha rendimento definido, não é preciso negociar com ninguém; movimentação simples, semelhante a uma conta corrente, com depósitos e saques livres; isenta de custos e impostos. Posso pensar, ainda, em duas crenças equivocadas: que o governo garante e que rende, ao menos, a inflação. Se não houvesse alternativa

no mercado de renda fixa, com o mesmo nível de risco, só restaria lamentar. Mas alternativas existem, mais rentáveis, sem correr mais risco. O investidor só precisa trocar o depósito em poupança por outros tipos de depósitos bancários. Todos garantidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O CDB, por exemplo, disponível para todos os poupadores e investidores, pequenos e grandes, tem liquidez diária, o investidor pode resgatar em qualquer dia do mês e ganhará rentabilidade proporcional,

qualquer que seja o prazo decorrido. Melhor do que a poupança que só credita os rendimentos no dia de aniversário da conta. Sim, paga Imposto de Renda, pior do que a poupança nesse sentido. Mas tudo depende da taxa que o investidor conseguir. A maioria dos bancos oferece 100% do CDI, com liquidez diária, superando a rentabilidade líquida da poupança apesar do IR. O vencimento é longo, não precisa ficar renovando a cada instante. Melhor do que o CDB, vale a pena pesquisar as letras, LCA e LCI, isentas do Imposto de Renda. O mercado oferece aplicações com taxa entre 90% e 100% do CDI, líquido, sem imposto. Com garantia do FGC. Ok, tem um probleminha, nem tudo é perfeito. Essa aplicação normalmente tem carência de 90 dias. Significa que não pode pedir resgate nos primeiros

90 dias, mas, decorrido esse prazo, a liquidez será diária, com a mesma rentabilidade contratada. O investidor tem que pesquisar e negociar para conseguir a melhor opção. No vencimento, sim, a aplicação tem vencimento, deve renegociar tudo outra vez. Ah, não posso deixar de mencionar o Tesouro Selic, título público que paga 100% da Selic, sujeito a IR e isento de custo para aplicações de até R\$ 10 mil por CPF. Acha complicado? Não gosta de intermediários e se sente inseguro com o discurso dos vendedores? Só confia na conta-poupança? Acredita que a diferença é pequena e não vale a pena o trabalho? Então não faça nada, deixe o seu dinheiro onde se sente seguro e protegido. Pode não ser o melhor rendimento, mas talvez seja a aplicação mais adequada para você. marcia.dessen@gmail.com

| DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeldan

Dinheiro esquecido poderá ser transferido em março

Sistema do Banco Central começa a mostrar hoje quem tem valor a resgatar

Suzana Petropouleas

SÃO PAULO O Banco Central libera a consulta ao dinheiro esquecido a partir desta segunda (14). A verificação para descobrir se há valores será feita exclusivamente no novo site do Sistema Valores a Receber: valoresareceber.bcb.gov.br, com o CPF ou CNPJ. A partir desta segunda, os brasileiros saberão se têm algum dinheiro esquecido no sistema financeiro e a data em que deverão retornar ao site para pedir o valor. A partir de 7 de março o cidadão que tiver dinheiro para sacar po-

derá voltar ao site para descobrir o valor que tem e pedir a transferência bancária. Ou seja, nessa primeira consulta o sistema não informará quanto poderá ser recuperado. Se perder a data definida para o resgate, será preciso voltar ao site em outro dia para fazer um novo agendamento, informou o Banco Central. Os bancos terão até 12 dias úteis para depositar o dinheiro na conta bancária, contados a partir do dia do pedido de transferência. Quem pedir a transferência no dia 7 deve receber o dinheiro em sua conta até 22 de março.

A nova página substitui a consulta pelo site principal do Banco Central, que apresentou instabilidade e saiu do ar em 25 de janeiro em razão da explosão de acessos ocasionada pela divulgação dos valores. Quase 28 milhões de pessoas físicas e jurídicas têm dinheiro nessa primeira etapa. O SVR deve devolver até R\$ 8 bilhões para pessoas e empresas que encerraram contas correntes ou poupanças com saldo disponível, desde 2001. O valor inclui tarifas e parcelas de operações de crédito cobradas indevidamente, cotas de capital e rateio de sobras li-

quidas de cooperativas de crédito e recursos não procurados de grupos de consórcio que foram encerrados. Antes da suspensão, 79 mil cidadãos e empresas conseguiram consultar o SVR pelo site do BC e 8.500 solicitações de devolução foram formalizadas, o que representa cerca de R\$ 900 mil já recuperados. Segundo o Banco Central, somente no caso de pedir o resgate sem indicar uma chave Pix (ou se já acessou o sistema nos dias 24 e 25 de janeiro) o banco que o cidadão escolheu entrará em contato para realizar a transferência.

Passo a passo para recuperar o dinheiro

DESCUBRA SE HÁ VALORES

- Acesse o site valoresareceber.bcb.gov.br e informe seu CPF ou CNPJ
- Se houver valores, o sistema informará uma data para que retorne ao site e peça a transferência, a partir de 7 de março

ATUALIZE SEU CADASTRO

- Se não tiver login Gov.br, faça o cadastro no site ou pelo app Gov.br (Google Play e App Store). Será exigido cadastro com nível prata ou ouro para a transferência

VOLTE AO SITE NO DIA AGENDADO

- Entre no SVR com sua conta gov.br nível prata ou ouro. Descubra o valor e solicite a transferência. O dinheiro deve ser depositado via Pix, TED ou DOC pelo banco em até 12 dias úteis

Mesmo assim, a instituição não pode pedir dados pessoais ou senha. Para pedir a transferência, o sistema exigirá que o interessado possua login na plataforma gov.br com nível de segurança prata ou ouro. Há três níveis: bronze, prata ou ouro. O nível prata requer que o usuário tenha validado seus dados via internet banking de um banco credenciado ou tenha cadastro de biometria facial nas bases da CNH (Carteira Nacional de Habilitação). Há também a opção de ter este nível de segurança se o usuário for servidor público federal e possuir acesso ao sistema do governo federal Sigepe (Sistema de Gestão de Pessoas). O nível ouro requer que o usuário tenha feito validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência da foto nas bases da Justiça Eleitoral ou tenha optado pela validação de seus dados com certificado digital compatível com ICP-Brasil.

TAGIS INVESTIMENTOS LTDA.
CNPJ nº 01.333.241/0001-47 - NIRE 35.210.775.172
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

TAV STOCK LIMITED, sociedade organizada e existente de acordo com as Leis das Ilhas Turcas e Caicos, Indas Britânicas Ocidentais, com sede em Brittain House Providentoues, Bahamas e Caicos, Indas Britânicas Ocidentais, neste ato representada pelo Sr. Waldineir Dimauro Couto, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.225.330-0 SSP/SP e regularmente inscrito no CPF/MF nº 170.294.588-12, residente e domiciliado na Estrada João Joann Jordan, nº 355, Casa 73-Jardim São Pedro, na Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, CEP: 13.275-434, ("TAV STOCK"), sócia da TAGIS INVESTIMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF nº 01.333.241/0001-47, com sede na cidade de São Paulo, Capital de R\$ 100.000,00, na Rua Sierpe, nº 475, Conjunto 115 ("Blockade"), no exterior de suas atividades, CONVOCA, a todos os Sócios detentores de quotas de capital da Sociedade, para Reunião Extraordinária de Sócios, que se realizará na Rua Sierpe, nº 475, conjunto 115, Bairro Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01243-912, aos 21 (vinte e um) de fevereiro de 2022, às 11 horas em primeira chamada, ocasião em que a Reunião será instalada com número de Sócios que detinham quotas que representem ao menos três quartos do capital da Sociedade, e as 11 horas e 30 minutos em segunda e última chamada, com a presença de Sócios detentores de quotas representativas de qualquer percentual do capital social, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: [1] Alteração do Contrato Social; [2] Eleição de Nova Diretoria. Da reunião extraordinária de sócios se lavrará a correspondente ata, que conterá as deliberações dos sócios para todos os fins de direito e, assim, foram convocados todos os Sócios para que compareçam à referida reunião ou se façam representar por meio de procurador munição de instrumento de mandato com poder de voto, na forma da lei, ficando advertido que o não comparecimento importará na aceitação das deliberações tomadas pelos Sócios presentes, na forma da Lei e do Contrato Social. São Paulo/SP, 12 de fevereiro de 2022. TAVISTOCK LIM LTD - Waldineir Dimauro Couto

BANCO SAFRA S.A. - EDITAL ÚNICO

Leilão - Lei nº 9.514/97 com as alterações das Leis nº 13.465/17 e nº 13.476/17
1º Leilão - 24/02/2022 - 11:30h - 2º Leilão - 07/03/2022 - 11:30h (Pós-lance do Brasil)
Os lances serão realizados exclusivamente pela internet, através do site www.zukerman.com.br
LEILOEIRA OFICIAL DORA PLAT - JUCESP 744, com escritório na Av. Angélica, nº 1936, 8º andar, São Paulo/SP, tel. (11) 3003-0677

O BANCO SAFRA S.A., CNPJ nº 58.193.769/0001-28, com sede em São Paulo/SP, na Avenida Paulista, nº 2100, Cerqueira César, vendendo através do Leilão Público do modo somente online, na data, horário e local acima estabelecidos e pela melhor oferta, o imóvel a seguir descrito, localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, resultante em garantia originária do Instrumento Particular com força de escritura vinculado a Cédula de Crédito Bancário nº 005073851, emitida em 29/02/2012, assinada sob o nº 006074176 em 30/03/2012 e sob o nº 003057174 em 08/08/2014, mencionados na matrícula abaixo, tendo como Credor Fiduciário: BANCO SAFRA S.A., como Fidejussantes/Devedores e Avalistas: GILBERTO ALVES DOS SANTOS, inscrito no CPF nº 839.793.388-91, casado sob regime de comunhão parcial de bens com PATRICIA MEDINA DE SOUZA RANDEL SANTOS, inscrita no CPF nº 853.526.807-59, residentes e domiciliados em Vitoria Fiedelândia/PI, e como Devedora: HOTWORK DEVELOPMENT DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.129.556/0001-45, com sede em Barra do Piraí/RJ, cuja propriedade foi constituída em nome do Banco Safra S.A. Esta venda será feita de acordo com este Edital de Leilão Público, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 9.514/97 com alterações das Leis nº 13.465/17 e nº 13.476/17. Condições de Pagamento: A vista, via TED bancária ou cheque administrativo, ambos de emissão do arrematante. Comissão do Leiloeiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo Arrematante no ato da arrematação, imóvel objeto da Matrícula nº 127.060 do 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. O apartamento nº 122 do tipo duplex, localizado no 12º andar do Edifício Katthy, situado à Rua Guarani nº 183, no bairro Jardim Novo Mundo, no 30º subdistrito Itapuerap, o qual por ocasião interna tem acesso privativo ao respectivo terraço, tendo a área útil de 241,15m², área comum de 135,82m², totalizando a área construída de 376,97m², correspondendo a área da fração ideal no terreno de 6,477% cobrindo-se duas vagas na garagem coletiva do edifício, destinadas ao estacionamento de dois veículos de passeio, de porte médio, em lugares indeterminados, e aluguéis 2 e 2, podendo essas vagas estarem, indiscriminadamente, localizadas no 1º ou 2º subsolos do Edifício. Condições nº 005.045.0365-9. Observações: (1) Consta Penhora sobre os direitos da propriedade na averbação 08 da referida matrícula, que será baixada pela credora, sem prazo determinado; (2) imóvel ocupado; (3) A posse do imóvel ocorrerá por conta do adquirente, nos termos do art. 38 da Lei 9.514/97; (4) Eventual regularização do imóvel junto aos órgãos competentes será por conta do adquirente; (5) Em caso de arrematação, a escritura pública de venda e compra será outorgada a critério do Credor, em até 60 (sessenta) dias da data da arrematação; (6) Até a data do segundo leilão é assegurado ao devedor fiduciário adquirir o imóvel pelo valor da dívida acrescido dos encargos, impostos, despesas e demais encargos, nos termos dos parágrafos 2º, 2º-A e 2º, incisos I e II, do art. 27 da Lei 9.514/97. Os interessados em participar do leilão de modo online, deverão se cadastrar no site www.zukerman.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência no site 01 (uma) hora, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances online será exclusivamente através do site www.zukerman.com.br, respectando o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda é em caráter "Ad Corpus", não podendo o Arrematante alegar desconhecimento das condições, características, estado da conservação, localização e documentação do imóvel adquirido. Valor mínimo para o 1º Leilão (24/02/2022): R\$ 2.089.875,08 (dois milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e seis centavos). Valor mínimo para o 2º Leilão (07/03/2022): R\$ 3.323.882,51 (três milhões, trezentos e vinte e três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e um centavos). NOTA DE ESCLARECIMENTO: O valor mínimo do imóvel para o 1º e 2º Leilões tem como referência, respectivamente, o valor do imóvel atualizado pelo IGP-M/FGV e o valor da dívida atualizada, acrescido das despesas, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária, acima referido, tudo em conformidade com o artigo 27 da Lei 9.514/97 e suas alterações. Veja detalhes, condições e integral do edital (lances e datas) com o Leiloeiro Oficial.

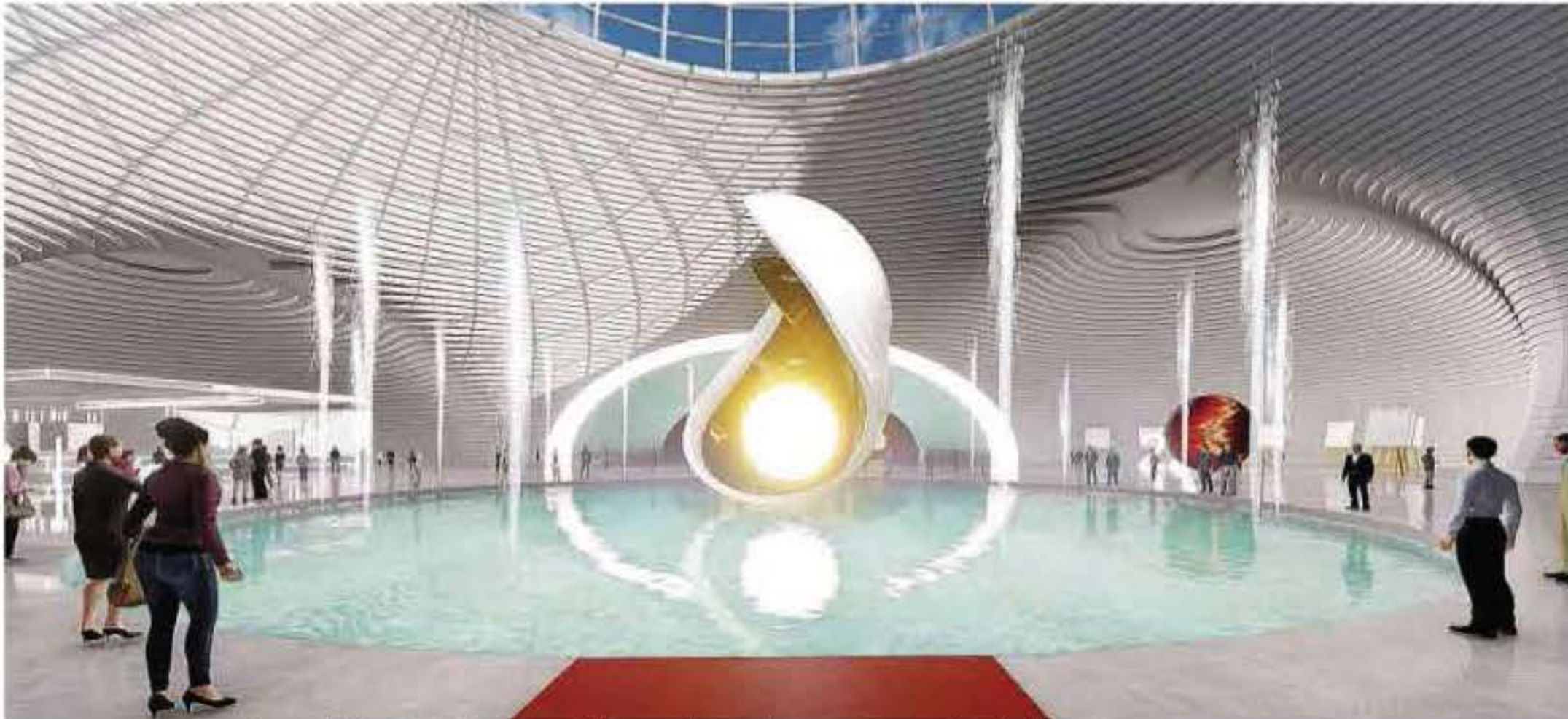
FRANCO
LEILÃO DE IMÓVEL

inter

1º LEILÃO: 24/02/2022 - 10:00h - 2º LEILÃO: 22/03/2022 - 10:00h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Melo Franco, Leiloeira Oficial, Mat. JUCEMG nº 1030, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, Cássia Maria de Melo Pessoa, CPF: 746.127.276-49, RG: M02.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto nº 21.581/31, tem a honra de anunciar o LEILÃO PÚBLICO de imóvel pertencente ao Banco Inter-S.A., CNPJ nº 06.416.840/0001-61, DO BARRIO, situado no terreno e demais coisas comuns do condomínio, imóvel objeto da Matrícula nº 41.6035 no 11º Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Dispensa-se a licitação completa do 1º CIVIL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/05 e do Art. 3º do Decreto nº 93.241/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. O imóvel ocupado. Devoção por conta do arrematante, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão: dia 24/02/2022, às 10:00 horas, e 2º Leilão: dia 22/03/2022, às 10:00 horas (LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2122 - Sala 402 - Estoril - CEP 35494-436 - Belo Horizonte/MG). DEVEDORES FIDUCIÁRIOS: FREDERICO RAMOS SCHUBERT, brasileiro, nascido em 21/01/1961, cartório apostentado, RG 106821966, CPF 0231.881.857 e SUELI ANTUNES RAMOS SCHUBERT, brasileira, nascida em 11/07/1966, cartária, RG 187078476, CPF 19678942801, casadas entre si sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, residentes e domiciliadas na Rua do Espírito Santo, nº 756, Bairro Anália, São Paulo/SP, CEP 04709-011. OBSERVAÇÃO: Banco Inter-S.A., CNPJ nº 06.416.840/0001-61, DO BARRIO, MENTO: No ato da arrematação o arrematante deverá emitir 01 cheque caução no valor de 20% do lance. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vencedor a ser indicada pelo leiloeiro, sob pena de perda do sinal dado. Após a compensação dos valores o cheque caução será resgatado pelo arrematante. DOS VALORES: 1º Leilão: R\$ 1.949.410,49 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quatrocentos e sessenta e sete centavos), sendo que se o lance vencedor não for o arrematante, o valor do lance será de R\$ 1.949.410,49 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quatrocentos e sessenta e sete centavos). 2º Leilão: R\$ 3.323.882,51 (três milhões, trezentos e vinte e três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e um centavo). OBSERVAÇÃO: O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. (4) Imóvel já vendido (vendido) no estado em que se encontra (venda) e documentação necessária para a aquisição do imóvel por eventual regularização caso necessária, nem alegar desconhecimento do estado em que se encontra, sob pena de perda do sinal dado. A arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou os lances públicos (vendidos) pelo arrematante não sejam aceitos, o valor da arrematação será a título de compra e venda, com a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 96 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ações que não sejam de natureza judicial. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes do prazo de arrematação, seja inviável a consolidação da propriedade, ou



Avatares em metaverso desenvolvido pela VRGlass para a fabricante de revestimentos Roca Brasil Cerâmica Divulgação

Guinada do Facebook aquece busca pela criação de realidades virtuais

Usos do ambiente online vão de apresentação de produtos para clientes a processos seletivos

Renan Marra

SÃO PAULO A mudança de nome do Facebook para Meta e os planos da companhia no desenvolvimento de um metaverso provocaram corrida pela contratação de empresas criadoras de ambientes mais imersivos na internet.

O aquecimento do setor se intensificou após anúncio feito em outubro do ano passado pelo presidente da Meta, Mark Zuckerberg, do uso de óculos de realidade virtual como porta de entrada em universos online onde seria possível conhecer pessoas, encontrar amigos, assistir filmes e fazer reuniões ou compras.

No metaverso, pessoas representadas por bonecos virtuais, os avatares, interagem entre elas ou com objetos.

A imersão é viabilizada por recursos gráficos 3D ou imagens 360° e pela união de elementos virtuais e paisagens reais, as chamadas realidades virtual e aumentada.

Desde o anúncio da Meta, a procura pelos serviços da VRGlass saltou 300%, afirma Ohmar Tacla, 40, fundador. A empresa desenvolve ambientes personalizados em 3D para e-commerce, eventos, reuniões e treinamentos.

"Antes falávamos em metaverso e ninguém entendia. A demanda explodiu depois do posicionamento do Mark [Zuckerberg] sobre a nova estratégia. Em janeiro recebe-



Binho Dias, sócio-fundador da Blitzar, segura óculos de realidade virtual Ronny Santos/Folhapress

mos cinco vezes mais propostas comparado com o mesmo período de 2021", diz Tacla.

Um dos projetos que teve participação da VRGlass foi um metaverso para a fabricante de revestimentos Roca Brasil Cerâmica apresentar os seus lançamentos de 2022.

Na plataforma, os clientes, na forma de avatares, circularam por galerias, salas de reuniões e auditórios. Além de conhecerem produtos expostos no ambiente virtual, os visitantes podiam assistir vídeos e responder quiz sobre tecnologias e ações de sustentabilidade da empresa.

Algumas das atividades garantiam pontuação, convertida em brindes no mundo real. O recurso da gamificação foi

usado com o objetivo de aumentar o tempo de cada usuário dentro da plataforma.

"Também optamos por dar aos avatares a possibilidade de dançar ou de tirar selfies como forma de descontração. Muitos não tinham a vivência dos games, mas se divertiram no nosso metaverso", diz Christie Schulka, diretora de marketing da Roca Brasil Cerâmicas. "Foi uma experiência bem-sucedida. Conseguimos trazer para a plataforma até clientes de outros países."

A Roca investiu cerca de R\$ 1 milhão na criação do metaverso. O valor incluiu a contratação da VRGlass, que desenvolveu o ambiente online, de um escritório de arquitetura que projetou os espaços virtuais e

também a distribuição de produtos para clientes.

É possível, porém, desenvolver metaversos não tão caros. Na VRGlass, o aluguel de cenários genéricos em 3D custa a partir de R\$ 10 mil mensais.

O valor mínimo para se construir um ambiente sob demanda é de R\$ 50 mil. Para a criação de um único produto virtual personalizado, como tênis ou camiseta, o consumidor terá de pagar a partir de R\$ 5.000. Em 2021, a empresa, que tem 40 funcionários, faturou R\$ 2,8 milhões.

Jogos populares como o Decentraland e Roblox também servem de vitrine para empresas e são considerados metaversos. Nesses, os jogadores podem fazer compras com criptomoeças, decorar casas e assistir a shows em tempo real. Os cantores americanos Ariana Grande e Travis Scott já se apresentaram como avatares.

No Brasil, as marcas estão preferindo, no geral, desenvolver suas próprias plataformas imersivas usadas em eventos ou datas comemorativas. A maior parte dos projetos para metaversos hoje é encomendada por empresas de médio e grande portes.

Esse universo ainda está longe da massificação, e as pequenas empresas dão apenas dando os primeiros passos em direção ao setor.

Para não desperdiçar tempo e dinheiro, as marcas devem conhecer bem os seus cli-

entes antes de investir em um projeto no metaverso, afirma Fernando Moulin, professor do master em gestão da experiência do consumidor da ESPM e sócio da consultoria de negócios Sponsorb.

"Quanto dos consumidores da marca estão no metaverso? Os clientes estão interessados em usar uma roupa virtual?", diz Moulin. "Mas se os clientes são jovens, jogam videogames e têm familiaridade com esse conceito, então faz sentido."

A chegada da rede 5G no Brasil e o barateamento de equipamentos como os óculos de realidade virtual podem estimular mais empresas a apostar nesse universo.

Segundo a Gartner, companhia de pesquisa de mercado, até 2026 um quarto da população mundial com acesso à internet passará pelo menos uma hora por dia no metaverso para trabalho, compras, educação e atividades sociais ou entretenimento.

No ambiente corporativo, a desenvolvedora PushStart lançou em novembro do ano passado a plataforma PushVerse, usada por empresas durante processos seletivos.

Nela, os candidatos controlam avatares e exploram ambientes com características da empresa. Na plataforma eles resolvem problemas, respondem perguntas e lidam com situações do dia a dia.

"Colocamos uma personagem perdida no cenário e o candidato é avaliado por suas decisões e iniciativa de ajudá-la ou não", diz Felipe Marlon, 36, sócio da empresa.

Para decisões mais assertivas, os candidatos podem ser monitorados por psicólogos ou profissionais do departamento de recursos humanos. A plataforma também compila dados que ajudam na melhoria de processos internos da empresa contratante.

Em janeiro, a procura pelos serviços da PushStart cresceu cinco vezes, segundo Marlon. Os projetos no PushVerse custam a partir de R\$ 50 mil.

Na pandemia, espaços virtuais interativos e imersivos surgem como alternativas às telas de videochamadas.

A Blitzar, que realiza eventos digitais interativos, transporta para a internet o ambiente do escritório usando realidade virtual ou imagens 360°.

O ambiente pode ter objetos clicáveis que trazem informações em textos ou vídeos. O recurso pode ser acessado por funcionários que trabalham a distância e precisam conhecer a disposição de uma loja, por exemplo. Um projeto sai por a partir de R\$ 50 mil.

"Com esse valor, uma empresa pode reformar o escritório físico. Mas quem visita esse espaço? Na internet, as possibilidades se ampliam", diz Binho Dias, 43, sócio-fundador da Blitzar. A empresa faturou R\$ 2 milhões no ano passado.

“

No metaverso é possível recriar ambientes para receber consumidores e fazer treinamentos ou eventos de todos os tipos. As possibilidades são múltiplas

Ohmar Tacla
fundador da VRGlass

ABRA
SUA
CONTA
PJ

E conte com as melhores
soluções para
sua empresa crescer.

Plataforma de atendimento
com **especialistas**

Zero anuidade no cartão
de crédito empresarial*

Consultoria de investimentos
sem custo



participando da iniciativa

Bradesco PJ

Bradesco PJ

Bradesco PJ

Bradesco PJ




empresas e negócios

Subnotificação em cidades gera lacuna em dados da vacinação infantil no país

Informações do Ministério da Saúde apontam que 287 municípios não começaram imunização

Raquel Lopes

BRASÍLIA Dificuldades encontradas e a demora de municípios em cadastrar os dados de vacinação de crianças de 5 a 11 anos nas bases dos governos estaduais e do Ministério da Saúde geram lacunas no processo em marcha nos estados e provocam dúvidas sobre a real dimensão da vacinação desse público.

Dados do Ministério da Saúde apontam que 287 cidades brasileiras ainda não começaram a vacinação infantil, segundo levantamento feito pela Folha. Dos 21 estados que aparecem nessa situação, no entanto, 13 afirmam que todos os seus municípios já deram início à aplicação das doses.

Minas Gerais e Bahia não confirmaram e todas as cidades deram a largada na campanha. Nos dois estados, as bases de dados próprias registram cidades sem nenhuma aplicação em crianças.

Alagoas, Mato Grosso, Piauí, Rondônia, Santa Catarina e Sergipe possuem municípios que não iniciaram a vacinação, segundo os dados do Ministério da Saúde. Os estados não responderam aos questionamentos da reportagem.

Carlos Lula, presidente do Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), afirma que, até semana passada, era uma realidade que municípios ainda não tivessem começado a imunização. Ele avalia, entretanto, que nos últimos dias esse quadro pode ter

evoluído e o que hoje ocorre é a subnotificação.

Ele explica que, em algumas regiões, principalmente no Norte e no Nordeste, é difícil o acesso ao prontuário eletrônico e tudo fica registrado no papel antes de ser lançado na base de dados.

"Eu vou fazer um mutirão para pegar as fichas dos municípios e cadastrar. Eu tenho em torno de 500 mil fichas sem digitar, 500 mil doses a menos no sistema só no Maranhão", disse em relação à vacinação da população de uma forma geral e não apenas crianças.

Avacinação infantil no Brasil começou em 14 de janeiro. Quase um mês depois, é possível detectar vários problemas no cadastramento dos dados segundo informações repassadas por municípios e estados.

Há cidades que começaram a imunização na última semana e ainda não cadastraram os dados no sistema. Há municípios que só colocaram os dados na base do governo estadual e não na do Ministério da Saúde. O contrário também ocorre.

Em outros casos há diferença no número de doses aplicadas que estão cadastradas nos estados e no site do ministério.

Alguns estados possuem sistemas próprios e outros utilizam só o do Ministério da Saúde. Na Bahia, por exemplo, os municípios precisam alimentar o SI-PNI do Ministério da Saúde e o BI da Sesab, que é um sistema do estado.

Em Minas Gerais também há um formulário próprio.

Em Bom Jesus do Amparo (MG), segundo dados do Ministério da Saúde, houve a aplicação de 206 doses das vacinas até sexta-feira (11). Já no site do governo mineiro não consta nenhuma dose.

Coordenadora dos postos de Bom Jesus do Amparo, Bianca Giovana Almeida Dias disse que o município já utilizou 385 doses. Na cidade, quem aplica a vacina coloca os dados em uma planilha e só depois eles são lançados.

"Não atualizo diariamente [o sistema], não tem uma data específica. Geralmente faço uma vez por semana", disse Bianca, que não explicou o motivo para as informações não constarem no sistema do governo estadual.

Há também cidades como Xique-Xique (BA), Campo Alegre de Lourdes (BA), Carai (MG) e Virginia (MG), que estão na base da Saúde com a vacinação infantil zerada, mas aparecem com doses aplicadas no site do governo estadual.

Alguns estados alegam que o ataque hacker ocorrido nos sistemas do Ministério da Saúde somado à instabilidade dos próprios sistemas federais têm prejudicado o processo de cadastro desses dados.

Alessandro Chagas, assessor técnico do Conasems (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde), disse que a fragilidade do sistema é histórica.

Ele explica que os dados da

Subnotificação de dados sobre a vacinação infantil

Dados do Ministério da Saúde apontam que 287 cidades não começaram a vacinação infantil; estados falam em subnotificação

Número de cidades que não iniciaram a campanha, segundo a pasta

O que os estados dizem	
CE 86	Iniciou em todas as cidades
MG 62	Há cidades que não lançaram no sist. estadual e federal
RS 33	Iniciou em todas as cidades
BA 15	Há cidades que não lançaram no sist. estadual e federal
PI 15	Não respondeu
SC 11	Não respondeu
GO 10	Iniciou em todas as cidades
PB 10	Iniciou em todas as cidades
PR 8	Iniciou em todas as cidades
MT 7	Não respondeu
RN 5	Iniciou em todas as cidades
TO 5	Iniciou em todas as cidades
AL 4	Não respondeu
MS 3	Iniciou em todas as cidades
PE 3	Iniciou em todas as cidades
AM 2	Iniciou em todas as cidades
MA 2	Iniciou em todas as cidades
RJ 2	Iniciou em todas as cidades
SP 2	Iniciou em todas as cidades
RO 1	Não respondeu
SE 1	Não respondeu
AC 0	Iniciou em todas as cidades
AP 0	Iniciou em todas as cidades
DF 0	Iniciou em todas as cidades
ES 0	Iniciou em todas as cidades
PA 0	Iniciou em todas as cidades
RR 0	Iniciou em todas as cidades

Fonte: Ministério da Saúde e governos estaduais

Covid são individualizados, possuem nome e sobrenome da pessoa, isso demanda tempo e internet de qualidade. No entanto, os municípios muitas vezes precisam lidar com sistemas inoperantes, que desconectam com facilidade.

"Se a União não prover a internet em determinadas regiões não tem como os dados serem cadastrados de forma rápida. Não saber exatamente quantas pessoas estão vacinadas impacta nas estratégias a serem adotadas", destacou Chagas.

Na avaliação dele, dificilmente deve haver algum município que de fato não tenha aplicado nenhuma dose da vacina infantil.

Diego Xavier, pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz, acrescentou que as realidades são diferentes e muitos municípios não possuem capacidade técnica, infraestrutura, internet e até computador. Há casos em que os responsáveis pelo cadastramento precisam ir a cidades vizinhas para realizar a tarefa.

Xavier acrescentou que os problemas com as bases de dados se tornaram visíveis na pandemia do novo coronavírus, mas são antigos.

"Um outro problema com os dados da Covid é que houve a tentativa de fazer o registro diretamente do município para o Ministério da Saúde. Com outros dados os municípios passam os dados para os estados, que conseguiam corrigir alguma coisa antes de encaminhar para o governo federal", explicou.

O Ministério da Saúde, em nota, informou que a pasta implementou um sistema para o registro das vacinas pelos estados, municípios e o DF, o SI-PNI, com o intuito de obter as notificações quase que em tempo real. O ministério esclareceu ainda que foi publicada uma portaria que determina o prazo de 48 horas para que os entes registrem no sistema as vacinas aplicadas.

Em São José do Divino (MG), a vacinação teve início na sexta. A estratégia da cidade foi guardar as doses que chegaram desde o mês passado para que pudesse acumular um quantitativo razoável antes de iniciar a aplicação.

"Chegaram pouquíssimas doses e, como a população não estava muito ansiosa, a enfermeira responsável guardou para aplicar de uma vez em um público maior. A demanda agora está bem grande", disse a secretária de Saúde, Valdineia da Silva Boaventura.

Em São João do Pacuí (MG), a vacinação começou na terça (8). As doses também não estão no sistema de saúde.

"As doses são lançadas em um caderno onde possui informações do vacinado e, posteriormente, são registradas no sistema [SI-PNI]. As doses serão lançadas também no Pannel de Vacinação Covid-19", disse Catherine Lafetá, coordenadora da Vigilância em Saúde.



Profissional da saúde aplica vacina contra o coronavírus em criança em unidade de saúde do Distrito Federal Antonio Molina - 16 Jan 2022/Folhapress

Secretário rejeita recurso contra indicação de kit Covid no SUS

Julia Chalib e Raquel Lopes

BRASÍLIA O secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos do Ministério da Saúde, Hélio Angotti Neto, rejeitou os recursos apresentados a favor da diretriz que contraindica o kit Covid no SUS (Sistema Único de Saúde).

Entre os seis recursos negados estão o do médico e professor da USP (Universidade de São Paulo) que coordenou o grupo de especialistas que elaborou a diretriz, Carlos Carvalho.

O recurso apresentado por Carvalho ao Ministério da Saúde afirmou que houve descaso do secretário ao rejeitar diretriz de tratamento da Covid-19 elaborada por especialistas.

O texto recusado era contrá-

rio ao uso de medicamentos do kit Covid, como a hidroxicloroquina, cloroquina e ivermectina. As diretrizes foram aprovadas pela Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS) em dezembro do ano passado. Foram 7 votos a 6.

Angotti rejeitou também as contestações feitas por IATS (Instituto de Avaliação de Tecnologias em Saúde), Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) e Repats (Rede Paulista de Avaliação de Tecnologias em Saúde).

O secretário, que é pró-cloroquina, rejeitou outras duas orientações de tratamento hospitalar e outra sobre os cuidados ambulatoriais de pacientes. O recurso apresentado para essas duas diretrizes também foi rejeitado.

Após a recusa de Angotti, o recurso agora vai para avaliação do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Ele tem dito que vai avaliar o pedido, mas sem antecipar a decisão.

"Na hora em que o recurso chegar para mim, o secretário tem prazo de cinco dias [para responder]. Se ele acatar, assunto encerrado. Se não, sobre ao ministro e o ministro vai julgar", disse Queiroga a jornalistas neste mês.

Ao assumir o Ministério da Saúde, em março de 2020, Queiroga anunciou que promoveria o debate na Conitec para encerrar a discussão sobre o uso do kit Covid. Ele indicou Carvalho, contrário aos fármacos ineficazes, para organizar grupo que iria elaborar os pareceres.

No dia 7 de dezembro, a Co-

nitec rejeitou o uso do kit Covid para pacientes com suspeita ou diagnóstico de Covid-19 em tratamento ambulatorial. Em discussão no colegiado estava a aprovação ou rejeição de um parecer contra o uso de remédios como cloroquina para pacientes leves.

Cabia ao Ministério da Saúde acatar ou não o texto. No dia 21 de janeiro, Angotti rejeitou o parecer.

Em uma das justificativas, o secretário disse que, diante do inegociável valor da vida e da importância de se aproveitar cada oportunidade de beneficiar o paciente acometido por Covid-19 ou qualquer outra doença, o princípio bioético da beneficência, amparado por evidências que demonstram impacto positivo, mesmo que ainda não sejam de

nível máximo de qualidade, assume grande importância.

"Se publicações levadas a futuras consultas públicas ou audiências não se adequarem para publicação por razões metodológicas que limitam o escopo das diretrizes sob análise, serão úteis, com certeza, nas discussões posteriores que se fazem desde já necessárias", argumentou.

No dia 21 de dezembro, em entrevista no Ministério da Saúde, Angotti disse que a diretriz não conseguiu atingir o nível de rigor que é exigido.

Além disso, o secretário afirmou que é difícil dar apenas uma recomendação tendo em vista que o cenário da pandemia evolui rápido com o surgimento de novas pesquisas, medicamentos.

Reportagem da Folha do dia

4 de fevereiro mostrou que a nota técnica em defesa do chamado kit Covid citou uma pesquisa científica conduzida de forma irregular na avaliação da Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).

O estudo está na mira do MPF (Ministério Público Federal) em razão do alto número de mortes registradas. A CPI da Covid pediu o indiciamento de um dos autores por crime contra a humanidade.

A nota trouxe pesquisas de médicos aliados do governo Jair Bolsonaro (PL) na disseminação de remédios ineficazes contra a Covid. O documento defende a hidroxicloroquina e a ivermectina.

Como houve contestação, agora caberá ao ministro Marcelo Queiroga definir a posição da pasta.

cotidiano

Pandemia priva adolescentes de formaturas e memórias

Isolamento tem afetado desenvolvimento de jovens, segundo especialistas

Isabella Menon

SÃO PAULO O combinado entre os alunos do nono ano do colégio Santa Maria, na zona sul de São Paulo, era não ficar de recuperação para que todos pudessem ir à viagem de formatura em Rio das Pedras (RJ). Daí, veio a Covid e os planos foram cancelados — assim como os do resto do mundo.

Mateus Matuck, 16, era um dos alunos que estavam para se formar no ensino fundamental quando a pandemia foi declarada, em março de 2020. Com isso, a rotina de levantar da cama às 5h30, fazer lanche e ir com o irmão para o colégio foi substituída por acordar cinco minutos antes do início da aula e acompanhar o professor online.

"Aula online é um saco e a palavra que pode definir meu nono ano foi frustração", diz.

Além da queda do desempenho escolar, a pandemia para jovens da faixa etária de Matuck veio em um momento em que eles normalmente lidariam com hormônios, mudanças no corpo, festas de debutantes, planejamento de viagens de formaturas e estresse com vestibular.

Adolescentes viram os planos e as expectativas criadas dos últimos dois anos substituídos, em grande parte, por aulas online e isolamento social. "A gente tá numa fase de sair e querer curtir", diz Matuck. "Era bom ir a uma festa na sexta-feira ou sair para

se encontrar com os amigos. Ficar sem contato com uma mão amiga foi bem difícil".

Apesar das decepções e planos adiados, ele relata que não deu muito tempo para a tristeza. A distância de alguns colegas foi uma espécie de prova de fogo para mostrar que aqueles que ficaram ao seu lado são os "amigos verdadeiros".

Se sair com os amigos ficou difícil, paquerar foi quase impossível. "Fiquei mais recuado nestes anos. Então, a questão do flerte ficou mais difícil", diz.

Ele avalia ainda que, apesar das limitações, o isolamento foi positivo em alguns aspectos. "Ter um tempinho a mais com meus pais foi essencial para me ajudar a amadurecer", reflete ele, que agora encara um ensino médio com 22 disciplinas e o retorno presencial.

Enquanto Matuck parece lidar bem com os imprevistos da pandemia, especialistas se preocupam com as consequências da restrição de convivência entre jovens. Paula Peron, psicanalista e professora da PUC-SP, afirma que entre as principais conquistas da adolescência estão a diferenciação da família e a vivência em outros grupos.

"Na maioria das vezes, é na escola onde vão acontecer essas experiências de diferenciação. E, estando só com a família, é muito difícil fazer essa distinção", diz Peron, explicando que a importância dessas vivências é para os adoles-

centes construírem suas personalidades distintas da dos pais ou responsáveis.

"Foi perdida a chance de estar num espaço fundamental como um sujeito separado da família. E com segurança dessa separação", afirma ela.

Leticia Brito, 18, que vive no Rio de Janeiro e está concluindo o IFRJ (Instituto Federal do Rio de Janeiro), é um exemplo disso. "Eu não costumava ir a festas ou a outros lugares, então era na escola onde eu mais socializava. Foi horrível perder contato total com meus amigos, não é o mesmo pelo celular, de jeito nenhum", lamenta.

A psicanalista Paula Peron também relata que outra consequência do isolamento está ligada às mudanças hormonais e corporais. "É necessário que elas sejam compartilhadas para que não sejam tão sofridas", diz. "Não é só compartilhar que ajuda, é bom também ver que tem outra pessoa passando pela mesma coisa que você."

É como se o reconhecimento trouxesse alívio, ao ver que outros também sofrem com mudança de voz ou surgimento de espinhas, por exemplo. "As transformações foram vividas de forma muito solitária e, na adolescência, essa dimensão de solidão cria barreiras para o desenrolar do processo", explica Peron.

Outro efeito que percebeu dentro do consultório foi o do espaço para a intimidade. "As

vezes, o jovem precisa estar longe da família para conseguir certas experimentações."

Ana Luiza Seidenberger, 17, não conseguiu criar muitas memórias com amigos durante o ensino médio. Quando as aulas foram suspensas devido à Covid-19, ela trocou de escola e conheceu os novos colegas online.

"O segundo e o terceiro colegial foram um borrão para mim, perdi a noção do tempo", relata ela, que foi apenas no final de 2021 para as aulas presenciais. Agora, ela está cursando publicidade no Mackenzie. Porém, o início da vida universitária não tem sido como ela planejou, já que as aulas seguem remotas até, ao menos, março.

“As transformações [dos jovens na pandemia] foram vividas de forma muito solitária e na adolescência essa dimensão de solidão cria barreiras para o desenrolar do processo

Paula Peron
Psicanalista

Seidenberger não se adaptou bem às aulas online e afirma que teme que a faculdade seja uma continuação dos últimos anos na escola. "O início da faculdade me remete muito ao ensino médio e tenho medo de ser tão traumático quanto foi."

A psicanalista Maria Gabriela Guidugli relembra que, no início da Covid-19, a impressão geral era de os adolescentes seriam os que mais se adaptariam ao mundo pandêmico, já que tiveram que migrar para um mundo virtual que já estão acostumados. "De fato, eles se adaptaram mais rapidamente do que os adultos, mas também denunciaram primeiro os efeitos da pandemia sobre a saúde psíquica", analisa ela.

No consultório, ela afirma que é recorrente ouvir dos jovens a frase "estou perdendo os melhores anos da minha vida". "A sensação de perda destes anos vem muitas vezes acompanhada de crises de angústia", afirma ela.

Outro aspecto perdido neste período foi o direito de transgredir. "É natural da adolescência transgredir para explorar e colocar o sujeito no mundo", diz Guidugli, que encara pequenas transgressões, como chegar atrasado na aula ou desenhar enquanto o professor fala, uma forma de diferenciar o jovem da criança pequena que só funciona dentro das regras necessárias.

Ainda é cedo para dizer os efeitos em relação a esta juventude que passou dois anos reclusa, diz a psicanalista, que pondera que adolescentes também são capazes de se redescobrir. "Eles estão construindo alternativas para se sentirem pertencentes a algo. Se não é na faculdade, porque não estão frequentando, podem encontrar em um grupo no prédio e em amigos da escola ou até de jogos online."

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

De gargalhada marcante, atuou intensamente na universidade

ERNI JOSÉ SEIBEL
(1951-2022)

Wesley Faraó Klimpel

SÃO PAULO Por mais de quatro décadas, o gaúcho Erni Seibel, dono de uma gargalhada marcante, atuou intensamente como professor na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), dedicando-se a formar gerações de estudantes e docentes.

Nos primeiros 15 anos na instituição, trabalhou no Departamento de Ciências da Administração e, a partir de 1993, passou a dar aulas no Departamento de Sociologia e Ciência Política. A migração de área veio após o doutorado na Alemanha.

A experiência nos dois campos o influenciou na fundação do NIPP (Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas), referência em estudos na área, como segurança e gestão de políticas públicas. Suas pesquisas eram muito usadas por gestores catarinenses.

Lecionando desde 1978 na UFSC, Seibel fez de muitos alunos da graduação companheiros no ensino, como Julian Borba, que foi de bolsista de iniciação científica de administração a orientando no mestrado e, depois, colega no departamento de sociologia.

"Ele tinha amor pela ideia de universidade, apaixonado por esse espírito de liberdade, de conviver com várias tribos, com o diferente, fazia parte da razão de viver", explica Borba. "Muito benquisto por todos, era um daqueles intelectuais que circulavam em vários espaços da universidade."

Natural de Canoas (RS), Seibel contava aos amigos como a ditadura militar impactou sua formação acadêmica na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Ele se envolveu em atividades políticas, como os movimentos pela redemocratização, e atuou com o sindicato dos professores, em Santa Catarina.

Mesmo após a aposentadoria, em 2009, continuou envolvido com a UFSC, trabalhando como voluntário e enriquecendo os debates e as lutas pelos direitos das mulheres e das minorias.

Constantemente cercado de estudantes e colegas, o gaúcho era conhecido pelo seu sorriso e humor inteligente, além de seu lado artístico. Escultor e artista plástico, fazia exposições e leitura de poesias. E tradicionais festas de fim de ano.

Desde 2020 se tratando contra um câncer, ele morreu em 8 de fevereiro de complicações da Covid-19. Deixa irmãos, sobrinhos e grande família acadêmica.

ISRAEL SANCOVSKI Aos 86, solteiro. Domingo (13/2). Cemitério Israelita do Butantã, Jd. Educandário, São Paulo (SP)

WALDEMAR AVRITSCHER Aos 83, casado com Harue. Domingo (13/2). Cemitério Israelita do Butantã, Jd. Educandário, São Paulo (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3356-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3355 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.



Mateus Matuck, 16, aluno do segundo ano do ensino médio do colégio Santa Maria, se diz frustrado com o isolamento na pandemia. Mathilde Miccioneiro/Folhapress

SP investiga 1.500 policiais que não se imunizaram

Rogério Pagnan

SÃO PAULO Mais de 1.500 policiais civis e militares de São Paulo estão sendo investigados pelas corregedorias de suas instituições porque, mesmo obrigados, não comprovaram terem tomado todas as doses necessárias da vacina contra a Covid-19. Isso representa cerca de 1,4% dos cerca de 112 mil policiais do estado.

A apuração atende a decreto da gestão João Dória (PSDB) no início do ano, que obrigava os servidores públicos estaduais a enviar à Procuradoria-Geral do Estado documentação comprovando o esquema vacinal completo contra a Covid.

Os servidores tinham cinco dias para enviar. Estavam isentos aqueles com atestado médico contraindicando a vacinação contra a Covid —esse atestado também deveria ser encaminhado à procuradoria.

O contingente investigado engloba uma série de situações, entre as quais o não acesso ao sistema para inclusão dos dados e policiais que afirmaram que, por questões ideológicas, não vão se imunizar.

De acordo com policiais ouvidos pela Folha, os investigados responderão, a depender da instituição, por suposto descumprimento de ordem ou dever legal, e ou deixar de cumprir ou fazer cumprir as

normas legais ou regulamentos. A punição pode ser suspensão e até demissão.

Segundo a Folha apurou, na Polícia Civil pelo menos 60 agentes disseram que não vão se imunizar e devem ir aos tribunais. Eles podem, porém, ser impedidos de acessar as delegacias e, assim, responder por falta ao trabalho.

A investigação também apura quase 700 policiais que não entraram no sistema para o envio da documentação, cerca de 160 que os preenchimentos não foram validados (por problemas de informações) e até os cerca de 140 policiais que apresentaram atestados.

No caso dos atestados, a in-

tenção é verificar se os médicos que assinaram os documentos possuem competência para isso ou se existem —casos de compra de atestado.

A Corregedoria deve apurar ou acompanhar a situação de cerca de cem policiais que disseram que não se imunizaram, mas têm interesse de fazer isso, e cerca de 220 que não estão com o esquema completo.

Na PM, conforme apuração da reportagem, há uma estimativa de que cerca de 4.000 agentes não tenham realizado a vacinação completa.

A estimativa de integrantes da cúpula da corporação é de 500 a mil policiais a serem efetivamente investigados. Tam-

bém há os antivacinas, mas são considerados poucos.

A corporação estuda qual será a punição a ser aplicada. Há um entendimento de que antes da publicação não havia a obrigatoriedade da vacinação. Assim, aqueles que não tinham se imunizado podem fazê-lo agora e precisam de tempo para a segunda dose.

A corporação também estuda como lidar com os policiais militares que, deliberadamente, não se vacinaram e vão insistir na decisão.

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública informou que já prestou todas as informações sobre o tema à Controladoria Geral do Estado.



Trem da Morte acumula ruínas e abandono entre SP e MS

Situação de antigas estações piorou com privatização sem obrigação de manter transporte de passageiros

Marcelo Toledo

PUERTO QUIJARRO (BOLÍVIA) Dentro do prédio da principal estação ferroviária de Bauru, no interior paulista, dezenas de embalagens de marmiteix estavam amontoadas no chão e o cheiro era muito forte.

Do lado de fora, roupas velhas, garrafas e colchões mostravam que moradores de rua dormem sob a marquise da imponente construção que, em seu topo, tem até hoje cravadas as letras NOB, em referência à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Era de onde partia o Trem da Morte, ferrovia com 1.272 quilômetros de extensão cuja linha-tronco ia da cidade a Corumbá (MS), na fronteira com a Bolívia, de onde se conectava à rede de trilhos que leva a Santa Cruz de la Sierra, maior cidade boliviana, com mais de 1,5 milhão de habitantes.

Primeiro trecho da já extinta RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.) privatizado pelo governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 1996, o Trem da Morte matou de imediato o transporte de passageiros.

O governo federal não incluiu a exigência de manter trens de passageiros no trecho, e a Novoeste, que levou a concessão, descartou recuperar o meio de transporte e afirmou que ele não era lucrativo. Só trens de carga operam em todo o trecho desde então.

Os contratos de concessão assinados na sequência marcaram o fim definitivo do transporte de passageiros em trens em solo paulista —no país, restam só duas linhas regulares, entre Cariacica (ES) e Belo Horizonte e de São Luís a Parauapebas (PA), ambos geridos pela Vale.

O episódio de 25 anos atrás foi só mais um para deixar em ruínas a icônica ferrovia, que começou a ser construída em 1905 e que nas últimas décadas sofreu movimento oposto. A Folha percorreu todo o trecho, via rodovia, entre Bauru e a boliviana Puerto Quijarro, e esteve em 24 estações, nas quais encontrou destruição e histórias de desolação de ex-maquinistas e antigos usuários das ferrovias.

Das ao menos 122 estações, segundo pesquisadores, que foram erguidas de Bauru a Corumbá para abrigar os passa-

geiros —e cargas—, pelo menos 80 foram demolidas ou estão em processo avançado de deterioração, abandonadas ou fechadas, sem uso algum. Muitas já não existiam décadas antes da privatização.

O restante é usado como moradia (principalmente por ex-ferroviários), espaços culturais, órgãos públicos ou pela própria operadora ferroviária —Rumo Logística. A maior parte das estações está sob responsabilidade da União.

O estrago sentido logo na primeira estação, em Bauru, onde a Noroeste foi tão importante para o desenvolvimento que inclusive batizou o tradicional time de futebol local, continuou nas próximas paradas paulistas da rota.

Em Avaí, as portas da estação estão escancaradas, não fecham mais. Janelas não têm vidros, e o forro está totalmente comprometido, assim como parte da cobertura da plataforma de embarque.

Vizinhos contam que grupos eventualmente se reúnem para limpar o local.

Ex-maquinista da RFFSA, o aposentado João Laurindo de Moraes, 66, disse ter contabilizado 12 mortes de passageiros, alguns atropelados, em seus 20 anos de atuação no Trem da Morte, 4 deles no transporte de passageiros entre Bauru e Três Lagoas (MS).

“O transporte era muito viável na época, as estações eram cheias de gente, mas acidentes aconteciam. Dá tristeza ver isso vazio hoje”, disse ele, que se aposentou no ano seguinte à concessão.

O verdadeiro Trem da Morte é o boliviano, que ganhou o nome devido ao número de acidentes, como descarrilamentos, e por ser no passado rota para o transporte de doentes, mas a “extensão” brasileira com o tempo foi batizada com o mesmo nome, especialmente a partir dos anos 60, quando houve a desaceleração gradual de investimentos na estrada de ferro.

Nas duas últimas décadas, a viagem de Bauru a Corumbá ocorria em cerca de 30 horas. O trem não podia correr muito devido à precariedade da ferrovia e por parar em dezenas de estações nas 34 cidades.

“Apesar do nome [Trem da Morte], ele não carrega uma aura depreciativa para quem é de Bauru, pois todos da re-



Estações do Trem da Morte viram sucata

Passageiros viajavam 1.272 km entre Bauru e Corumbá



O que é o Trem da Morte? É o nome pelo qual ficou conhecida a rota entre as bolivianas Puerto Quijarro, na fronteira com o Brasil, e Santa Cruz de la Sierra. Como a extinta Noroeste do Brasil ligava Bauru (SP) a Corumbá (MS), na fronteira, acabou batizada com o mesmo nome

Fontes: Pesquisadores

Situação das estações hoje

Total: 122



Principais problemas

- Vagões abandonados nas estações ou perto delas
- Construções sob risco de desabamento
- Lixo acumulado no entorno
- Pichações
- Mato toma conta dos imóveis
- Locais viraram abrigo para usuários de drogas e moradores de rua

gião sentem a importância do que foi o trem”, afirmou o historiador Henrique Perazzi de Aquino, filho e neto de ex-ferroviários e que é de Bauru.

Para quem percorreu a rota, integral ou parcial, a sensação é de melancolia com o abandono do legado. “Era melhor e mais barato do ônibus”, disse o aposentado Jaime Jesus da Silva, 81, de Guararapes, enquanto olhava pa-

ra a estação da cidade, incendiada parcialmente em 2021.

Estações em Pirajuí, Lins, Coroados, Araçatuba, Mirandópolis e Rubiácea também têm problemas. Na última, metade do prédio está destelhado e não há portas, janelas ou mesmo cobertura da plataforma de embarque, num local dominado pelo mato.

Em Andradina, a estação Planalto, na zona rural, tem

só duas portas e o piso está afundando. Em Castilho, a estação está fechada.

Em Mato Grosso do Sul, os problemas são semelhantes, mas vivem o ápice em Corumbá, última parada da Noroeste. Mais de 40 vagões abandonados há muitos anos, lixo nas salas, ao lado dos trilhos e na plataforma de embarque são apenas o cartão de visita dos estragos acumulados.

A maioria dos vidros foi quebrada por vândalos, que também picharam o imóvel. Parte da cobertura principal desabou. O prédio também sofreu incêndio parcial.

Antes de chegar a Corumbá, os estragos são visíveis em estações em Três Lagoas (Rio Branco), Ribas do Rio Pardo (Bálsamo), Campo Grande (Ligação) e Miranda (Agachi).

No lado boliviano, o entorno da estação de Puerto Quijarro, de onde parte o autêntico Trem da Morte, exige atenção de turistas. Há muita movimentação de motos e antigos táxis bolivianos, que levam passageiros para pequenos mercados na região.

Há, também, muitos cambistas, mas não quando a Folha esteve lá. A venda de bilhetes para Santa Cruz de la Sierra estava suspensa em razão da pandemia, de acordo com funcionários do terminal.

A construção da Noroeste do Brasil teve como objetivo ligar o então enorme estado de Mato Grosso com São Paulo.

O governo federal assumiu a ferrovia, reconstruiu trechos e ergueu estações em alvenaria nos anos 1920. Ela passou a fazer parte da RFFSA em 1957, onde ficou até a concessão à Novoeste na década de 90. Da empresa, em parceria com a Ferrobán e a Ferronorte, surgiu a Brasil Ferrovias, que depois passou a ser Nova Novoeste, até ser incorporada à ALL (América Latina Logística). Esta, por sua vez, foi absorvida pela Rumo Logística, atual detentora da concessão.

A maior parte das estações está sob responsabilidade da União. Quatro delas —Pirajuí, Andradina, Castilho e Posto 1 de Bauru— fazem parte do contrato de arrendamento com a concessionária.

De acordo com a Rumo, a condução dos imóveis será tratada no processo de relicitação da malha oeste, aprovado em dezembro de 2020 pelo conselho do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

Sobre os vagões abandonados, a Rumo informou que a destinação deles, que são arrendados e de propriedade do Dnit, “será tratada no âmbito da extinção do contrato de arrendamento da malha oeste em trâmite na ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e Dnit”.

O Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) afirmou que faz parcerias com prefeituras e associações de preservação para permitir a guarda dos bens, como estações, e evitar dilapidar o patrimônio. Acrescentou que estações em Coroados, Guararapes e Três Lagoas foram alvo de termos de cessão de uso gratuito.

“O Dnit tem procedimentos institucionais para a evolução das cessões de imóveis, e, desta forma, temos formalizados muitos termos de cessão de bens imóveis no Brasil inteiro. Entretanto, para que isso ocorra, deve haver manifestação de interesse por parte dos municípios e das entidades de preservação”, informou o órgão.

Estações ferroviárias em Rubiácea (SP), Bauru (SP) e Corumbá (MS) mostram a situação do Trem da Morte, ferrovia com 1.272 quilômetros de extensão

Eduardo Arizelli / Folhapress

cotidiano

Morre João Carlos di Genio, fundador do grupo Unip/Objetivo, aos 82 anos

Ele queria mudar a educação no Brasil, dizem amigos do empresário, que faleceu no sábado (12)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO O professor, médico e empresário João Carlos di Genio, fundador do grupo Unip/Objetivo, morreu de causas naturais, na noite de sábado (12), em sua casa nos Jardins, em São Paulo. Ele completaria 83 anos no próximo dia 27.

Di Genio começou sua carreira de professor quando ainda era estudante universitário. Aprovado em primeiro lugar em duas faculdades de medicina, ele dava aulas de física em um curso pré-vestibular no Cescem (Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas).

Em dezembro de 1965, ele, Drauzio Varella, colunista da Folha, Roger Patti e Tadasi Ito, colegas e professores da Faculdade de Medicina da USP (Universidade de São Paulo), resolveram abrir o próprio curso, chamado de Objetivo.

Amigo de muitos anos, Drauzio diz que o sonho de revolucionar a educação o uniu a Di Genio. "Quando eu tinha 22 anos e ele 25 ou 26 nós fundamos o curso Objetivo. O nome eu que dei, mas quem tocou foi ele", conta o médico.



João Carlos Di Genio, fundador do grupo Unip/Objetivo, que morreu no sábado (12) *Daniela Verpa - 9.nov.2015/Folhapress*

Di Genio também se formou médico, mas, por causa do sucesso dos alunos nos vestibulares para medicina, resolveu continuar como professor.

A carreira na educação e área empresarial acabou ganhando força rapidamente. O Colégio Objetivo foi fundado em 1971, e as faculdades Objetivo, em 1972. Em 1988, elas se transformaram na Unip (Universidade Paulista).

Hoje, universidade e colégio Objetivo somam cerca de 600 mil alunos.

Para Drauzio, o amigo foi inovador, sabia onde estavam as oportunidades. "Tínhamos sonhos grandiosos de uma escola maravilhosa, revolucionar a educação do país, acabar com o analfabetismo. Tínhamos essas pretensões meio utópicas, mas que empurravam a gente para a frente."

Segundo a família, Di Genio sempre se preocupou em cuidar das crianças superdotadas ou altamente habilidosas. "Dizia que a inteligência e os talentos deveriam ser tratados como a riqueza de um país", diz o grupo, em nota. Também tinha cuidado especial com a inclusão de alunos com deficiência nas salas de aula.

Aulas por telefone, via ondas de rádio e pela internet foram recursos de ensino a distância utilizados pelo Objetivo desde a década de 1980.

Ricardo Tripoli, secretário-chefe da Casa Civil na Prefeitura de São Paulo, disse que o país perde uma referência em educação. A amizade entre os dois começou em 1978.

"Quando comecei a dar aula lá [no cursinho Objetivo], ele me adotou. Era parceiro, alegre, o tipo de amigo que você tem para a vida toda. Era obstinado no que queria e queria mudar a educação no Brasil."

Tripoli conta que o pai de Di Genio era engenheiro agrônomo e queria que ele estudasse engenharia. "O primeiro cursinho que ele fez foi com recursos do tio, irmão da mãe. O pai achava que era uma aventura. Ele que inventou o cursinho no Brasil", conta.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), também lamentou a morte do empresário. "O Brasil e a cidade de São Paulo perderam hoje um de seus principais empresários e educadores. Ele dedicou sua vida à educação e criou um método de ensino consagrado em todo o país."

Para o ministro da Educação, Milton Ribeiro, Di Genio foi um homem diferenciado. "Suas contribuições para a educação brasileira permanecerão como bom legado", escreveu no Twitter.

Rosseli Soares, secretário estadual da Educação de São Paulo, o comparou a um gênio. "Di Genio teve este sobrenome não foi à toa. Com ideias à frente do seu tempo, mesmo tendo se formado médico, como professor nato dedicou-se à docência", disse à Folha.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes também usou as redes sociais para prestar homenagens. "Grande entusiasta da educação, Di Genio inspirava seus projetos na concretização dos sonhos de seus alunos."

Para Chaim Zaher, presidente do Grupo SEB (Sistema de Ensino Brasileiro), o educador foi um homem revolucionário. "Tudo o que sei sobre educação, aprendi com ele, a partir do seu exemplo."

Zaher lembra da generosidade do amigo. "Sempre me incentivou, inclusive quando adquiri os sistemas educacionais COC, instituição que, na época, era concorrente do Colégio Objetivo. Maior do que nossos interesses empresariais, ele me dava conselhos e mostrava caminhos a serem seguidos na educação."

Em nota, a Abraspe (Associação Brasileira de Sistemas e Plataformas de Ensino) lamentou a morte e disse que Di Genio foi inovador, implantando exitoso modelo de escolas.

João Carlos di Genio deixa mulher e três filhos.

Cadeiras dão autonomia no mar a pessoas com deficiência

VIDA PÚBLICA

Emerson Vicente

SÃO PAULO O uso de cadeiras anfíbias, que permitem o banho de mar a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, está se espalhando pelo litoral brasileiro, mesmo com a pandemia tendo freado a expansão. O que era raro de ser visto passou a ser mais frequente nas praias, proporcionando mais acesso ao mar, uma demanda histórica do grupo social.

Os programas envolvem a participação de administrações públicas, em alguns casos, aliadas a institutos e entidades educacionais. O serviço, hoje presente em pelo menos 15 estados, ocorre de duas maneiras: um, menos abrangente e apostando na autonomia do usuário — semelhante ao modelo mais adotado nos EUA —, é a entrega da cadeira ao usuário que fica com ela em períodos determinados; outro é o chamado banho assistido, em que a pessoa é auxiliada por guarda-vidas ou monitores.

As cadeiras anfíbias possuem rodas especiais, que se movimentam na areia e flutuam no mar. Devem ser utilizadas com a presença de um acompanhante, que guia o veículo na água, por exemplo.

Maceió (AL) conta com o programa Praia Acessível, implantado como política pública desde 2015 pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer. Uma vez por mês, um grupo de monitores faz uma ação de banho assistido na praia de Pajuçara.

O programa também possibilita que a pessoa solicite uma cadeira por meio do número (82) 99102-4596 para poder usufruir pelo prazo de até sete dias, da maneira que for mais conveniente para ela.

"A proposta era de atender e dar mais autonomia para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, para que elas pudessem aproveitar as belezas naturais de Maceió, assim como praticar atividades esportivas com equipes especializadas", diz João de Barros, coordenador do projeto.

Tabata Contri, 41, consulto-



Monitores Anderson (à esq.) e Valter auxiliam Laís Serrão e Mari Pereira em banho de mar em Santos *Karime Xavier/Folhapress*

ra de inclusão de profissionais com deficiência, optou por solicitar a cadeira durante as suas férias em Maceió. "Achei muito legal. Eu estava de férias com a minha família, queria ir para a praia todos os dias, conhecer praias diferentes, e no horário que eu estava a fim de ir, não em um determinado. Tive essa liberdade."

O Paraná também tem um modelo mais autônomo na Ilha do Mel. O Instituto Água e Terra, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do estado, disponibilizou um número de WhatsApp para a reserva de cadeira adaptada. São duas na praia de Encantadas e duas em Nova Brasília. A pessoa interessada faz a reserva e tem o direito de passar o dia com a cadeira. A reserva pode ser feita pelo número (41) 99554-0313.

"É uma sensação de liberdade de poder flutuar no mar. Foi

um dia maravilhoso e recarregou minhas baterias", disse o engenheiro civil Cândido Kowalski Junior. Ele disputava provas de maratonas aquáticas, mas uma doença neurológica o condicionou a uma cadeira de rodas, há pouco mais de um ano.

Santa Catarina tem uma política de praia acessível que abrange os cerca de 360 km de faixa litorânea do estado, com 150 cadeiras anfíbias espalhadas em 23 cidades.

O programa ocorre diariamente durante a temporada de verão, mas o governo estadual disponibilizou o aplicativo CBMSC Cidadão, com os endereços dos postos guarda-vidas que têm as cadeiras e a agitação do mar no dia, já que, dependendo das condições, a cadeira é levada para outra praia. O programa é acompanhado por guarda-vidas.

O serviço também foi ampli-

ado para o interior catarinense. Neste ano, começou a funcionar em um lago em Itá, cerca de 500 km de Florianópolis.

Para Marco Pellegrini, secretário nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e especialista em diversidade e inclusão, "políticas públicas que cumprem o dever constitucional do salvo-conduto inclusivo e digno aos equipamentos públicos e ao meio social tem um grande poder transformador, somente a convivência no cotidiano é capaz de eliminar o capacitismo e a intolerância".

O governo do Ceará mantém o programa Praia Acessível em parceria com os municípios de Fortaleza, Caucaia, Aracati e Aquiraz. O serviço também é assistido por monitores. A gestão estadual diz que cerca de 8.000 pessoas já foram atendidas pelo programa desde o seu início, em 2016.

A ideia é ampliar a iniciativa

para as praias de Trairi e Camocim em março. No decorrer do ano, outras quatro deverão contar com o programa.

Um dos primeiros projetos voltados à inclusão em praias foi o Praia Para Todos, do Instituto Novo Ser — organização sem fins lucrativos — em parceria com a Secretaria de Turismo do Rio de Janeiro, em 2008. O programa consistia no fornecimento de cadeiras anfíbias em Copacabana, Barra da Tijuca, Leblon, Ipanema e Piscinão de Ramos.

Segundo o instituto, de 2008 a 2020, o projeto atingiu um público de 35.944 pessoas, de forma direta e indireta. Dos frequentadores, a maioria (36,4%) não frequentava a praia havia mais de um ano, sendo que cerca de 10% mergulhava no mar pela primeira vez. O programa foi suspenso no ano passado por causa da pandemia, mas estava previsto para voltar neste mês.

A professora Bianca dos Santos Saint Martin, 43, levou o filho Matheus, 21, ao projeto antes da pandemia. A possibilidade de ver o jovem novamente em um banho de mar mexeu com toda a família.

"Foi maravilhoso. Ele andava até os 14 anos, mas teve um tumor na coluna, deixando-o cadeirante. Desde então, a gente não tinha conseguido mais ir à praia. Quando a gente conheceu o projeto, fomos", disse Bianca.

Salvador (BA) conta com o programa Para Praia, mas foi suspenso por causa da Covid.

A pandemia também afetou planos em São Paulo. No Guarujá, são duas cadeiras na praia das Pitangueiras, e só funciona de quinta a domingo, das 10h às 14h, com o acompanhamento de monitores.

Johnny, coordenador do programa, diz que procura informar as pessoas que estão na orla. "Ando pela praia para ver se tem alguma pessoa de cadeira de rodas e oferecer o serviço."

Na Praia Grande, o serviço funciona aos fins de semana na alta temporada. As cadeiras estão em quatro locais: Vila Mirim, Balneário Flórida, Canto do Forte e Jardim Guilhermina. O usuário, ao lado de um acompanhante, deve levar um documento e retirar a cadeira. O tempo de permanência depende da procura.

Santos tem equipamentos nos Canais 3 e 6, nos fins de semana, das 9h às 15h, também com acompanhamento de guarda-vidas. Funciona durante todo o ano, mas a limitação não agrada aos usuários.

"Infelizmente, o horário é muito ruim. Agora no verão, começa a ficar bom quando o sol começa a baixar, depois das 15h. Tinha que ficar disponível até umas 18h pelo menos", diz a assessora de imprensa Laís Ferrão, 41, que frequenta o projeto desde 2010.

Para Tabata Contri, o turismo no Brasil ainda deixa muito a desejar no que diz respeito à acessibilidade.

"Para poder viajar é preciso armar um esquema de guerra. Tem que ligar, pesquisar, e ainda corre o risco de não encontrar acessibilidade", disse.

Luan ganha carinho de torcedores, e Palmeiras é aplaudido no retorno

Zagueiro que cometeu pênalti na derrota alviverde no Mundial recebe apoio na volta para casa

SÃO PAULO Logo após a partida em Abu Dhabi, havia temor entre dirigentes do Palmeiras sobre como Luan seria recebido pelos torcedores. Ele havia cometido o pênalti que deu ao Chelsea a vitória por 2 a 1 na final do Mundial de Clubes, no último sábado (12). Minutos depois, foi expulso.

O receio foi infundado. O defensor acabou aplaudido por torcedores que estavam nos Emirados Árabes Unidos e teve o nome gritado pelas cerca de cem pessoas que foram à Academia de Futebol, no bairro da Água Branca, zona oeste de São Paulo, receber os atletas neste domingo (13).

“O Luan é um cara maduro. Ele sabe que tem o nosso apoio”, disse o também zagueiro Gustavo Gómez. No hotel onde estava a delegação, Luan foi visto chorando ao lado de familiares e recebeu também o apoio de torcedores que estavam no local. Em vídeo gravado, um

deles é ouvido dizendo para o jogador levantar a cabeça. “Você está marcado na história do Palmeiras. Obrigado, Luan. É só gratidão.” Ainda em campo, ele havia feito um desabafo sobre o que sentia por ter tido participação na derrota. “Triste, triste demais. Mui-

to tempo de preparação, de um sonho. É uma vida. Agora é refletir. Eu não tenho muito o que falar. Não gosto de ser vítima, de me vitimizar”, disse ao Bandsports. Luan já havia cometido o pênalti que definiu a eliminação do Palmeiras no Mundial anterior, com derrota para o

Tigres. Desta vez, além da infração decisiva, um toque de mão, perdeu a disputa pelo alto com Lukaku no primeiro gol do Chelsea. Mesmo assim, no retorno, recebeu apoio. E não foi o único. Alguns torcedores foram para o caminho de saída do Aeroporto Internacional de Guarulhos e esperaram o ônibus com o elenco para incentivar o elenco. Outros aguardaram na entrada da Academia de Futebol. Horas após o vice, a avaliação da diretoria do clube é que nada ou muito pouco precisa mudar. A torcida entendeu o esforço feito pela equipe e o trabalho de Abel Ferreira que levou o time inglês quase ao limite. A definição do 2 a 1 ocorreu apenas na prorrogação. Para a presidente Leila Pereira, o resultado em Abu Dhabi não altera os planos, e o pensamento de Abel agora está na Recopa Sul-Americana, contra o Athletico. A partida de ida está marcada para o próximo dia 23. O próprio pedido do treinador para que o grupo comemorasse o vice nos Emirados Árabes foi visto como um sinal de que tudo deve continuar como está. A principal necessidade ainda é a contratação de um camisa 9, mas não há nenhum nome próximo do acordo. Pelo vice no Mundial, o Palmeiras vai receber US\$ 4 milhões (R\$ 21 milhões) de premiação. O único jogador que se considera que pode deixar o elenco é Danilo, 20, principalmente por causa do seu bom desempenho no Mundial. Mas mesmo isso não deverá ocorrer agora. O mercado europeu, por exemplo, está fechado. Será aberto apenas em julho. O apoio na chegada de Abu Dhabi vem a calhar para a presidente, que, apesar de ter assumido a presidência no dia 15 de dezembro, já enfrentava críticas por causa da falta de reforços e pela escolha de assessores próximos que não seriam palmeirenses.



Ônibus com a delegação do Palmeiras que participou do Mundial de Clubes chega a centro de treinamento sob palmas dos torcedores Cesar Greco/Palmeiras/Divulgação

Suspeito de matar palmeirense afirma que foi agredido e não sabe se é o autor do disparo

Fábio Pescarini e Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO O agente penitenciário José Ribeiro Apóstolo Júnior, 42, suspeito de ser o autor do disparo que matou o motoboy Dante Luiz Oliveira, 40, logo após a final do Mundial de Clubes, no sábado (12), afirmou, em depoimento à Justiça, que foi perseguido por integrantes de torcida organizada do Palmeiras e que não sabe se disparo foi feito por ele. Após o depoimento, o juiz

Renato Augusto Pereira Maia, que estava no plantão judiciário na manhã de domingo (13), manteve a prisão do agente penitenciário. Em decisão, disponível no site do Tribunal de Justiça, o magistrado transformou a prisão temporária em preventiva, ou seja, não há prazo para o suspeito ser solto. Apóstolo Júnior, que é agente de escolta e vigilância da Secretaria de Administração Penitenciária, foi preso em flagrante. A arma, uma pistola 380, era de uso pessoal.

Segundo os autos, a defesa requereu liberdade provisória, ao argumento de que o réu é primário, de bons antecedentes, e ostenta endereço e trabalho fixos. No sábado à noite, logo após a prisão, o delegado Maurício Freire afirmou que o preso disse ter sido confrontado por torcedores que duvidaram de que ele fosse palmeirense, foi perseguido, correu e, no desespero, disparou a arma. Ao juiz, neste domingo (13), o agente penitenciário disse que foi “agredido por agentes

da torcida organizada [Mancha Verde]”, sendo atacado a pontapés, e que, ao cair, teve a camisa rasgada, deixando a arma à mostra. Nesse momento, afirmou, percebeu que a arma estava sem o carregador, que havia sido subtraído por alguém, assim como relógio e celular. “Alega que mesmo assim novamente correu com a arma na mão, viu policiais militares e resolveu correr na direção deles para que o auxiliassem, porém foi alcançado por vários indivíduos, encurralado e

novamente agredido”, afirma trecho do depoimento. A partir daí, o agente penitenciário afirma que tentaram tomar a arma de sua mão e, diante da situação, não sabe informar se o disparo efetuado foi sua ação ou dos indivíduos que tentavam subtrair a pistola. “Só após o disparo conseguiu chegar até os policiais e entregou sua arma.” Em sua decisão, o juiz anexa um link para um vídeo que mostra o suspeito perseguido por um grupo de torcedores e atirando a esmo; “Sendo possível que tal tiro tenha causado a morte da vítima”. “A pessoa presa agiu, supostamente, com grande periculosidade, uma vez que levou arma de fogo para evento cole-

tivo, efetivando supostamente disparos, o que denota um risco à incolumidade pública”, acrescenta o magistrado. No sábado, o subcomandante do 4º Batalhão da PM, major Fábio Teodoro, afirmou que a briga entre torcedores e o tiro deram início a um tumulto no local onde palmeirenses foram assistir à final, nas imediações do Allianz Parque. Segundo o oficial, um homem teria corrido de outros em direção a um gradil que separava a PM da torcida. O rapaz que fugia, então, sacou a arma e baleou um homem no peito. Depois do disparo, segundo o subcomandante, alguns indivíduos estouraram o gradil e partiram para cima de agentes da corporação.

Respeitar a dor alheia

Torcedor que tripudia sobre o rival em cima da derrota merece desprezo

Juca Kfourí

Jornalista e autor de “Confesso que Perdi” E formado em ciências sociais pela USP

A gozação faz parte do futebol e, principalmente nos estádios, com duas torcidas presentes, nada mais natural que os vencedores infirmezem a vida dos rivais. Com cânticos e o diabo a quatro. Diferente é a atitude de quem telefona ou manda mensagens para os perdedores assim que a derrota acontece. Ai é crueldade, além de profundamente antipático e desrespeitoso com a vítima, seja parente, seja amigo. Há tios que não poupam nem sobrinhos ainda crianças, e

quem já passou por isso sabe o tamanho do trauma. No dia seguinte, vá lá. Por mais que se leve o futebol a sério, a brincadeira faz parte, além de despertar a criatividade e permitir momentos deliciosos da rivalidade. Nada contra, fique bem claro, todas as piadas, hoje chamadas de memes, que inundaram as redes sociais tão logo terminou a decisão do Mundial de Clubes. A crítica é a quem passou a disparar mensagens para palmeirenses de seu círculo as-

sim que a prorrogação em Abu Dhabi acabou, ainda sob o efeito do gol de pênalti que decretou o fim do sonho alviverde. Definitivamente, não é atitude de amigo. Respeitar a dor alheia é obrigatório. Perder campeonatos está longe de poder ser comparado com a morte de alguém querido, como certa vez fez a psicóloga da seleção ao comentar uma eliminação olímpica. Mas há sim um sentimento de luto, de perda irreparável depois de determinados jogos em que ilusões se transfor-

mam em decepções. “Perdemos uma semana de nossas vidas”, desabafou um torcedor brasileiro depois da eliminação para a Itália na Copa de 1982, na Espanha, na chamada Tragédia de Sarriá. De fato, contávamos com os dias dos jogos das semifinais e da final e vimos a esperança se desfazer nos pés impiedosos do artilheiro Paolo Rossi, autor dos três gols no 3 a 2 eliminatório, quando bastava o empate. Em vez de enfrentar a Polônia no dia 8 de julho, em Bar-

celona, o avião para casa, em profunda depressão. É claro que o futebol permite a volta por cima, nenhuma derrota é definitiva, o palmeirense bem sabe, tanto que já caiu duas vezes para a Série B e, depois, ganhou duas vezes a Libertadores. Que nesta segunda os torcedores esmeraldinos sofram no trabalho, na escola, nas ruas, faz parte e, se não fizesse, o futebol teria menos graça. Quem os desrespeitou no sábado, porém, merece desprezo. Celebrar o vice Que medalhas de prata olímpicas, ou de bronze, merecem comemoração é consensual. No futebol quase sempre foi diferente, embora, por exemplo, os surpreendentes croatas tivessem mesmo por que comemorar o vice na Copa do Mundo na Rússia. Aqui, a torcida do Furacão

aplaudiu o segundo lugar na Copa do Brasil passada, apesar de o Galo ter atropelado com 6 a 1 no placar agregado. Pode ser que pegue. Mas parece mais coisa de suecos. Insuperáveis Como os rubro-negros do futebol masculino em 2019, corintiano que acompanha o time feminino tem certeza de que, a cada jogo, a cada decisão, sairá feliz. Na final da Supercopa do Brasil, contra o Grêmio, embora às duras penas, não deu outra: 1 a 0, nos acréscimos, gol de Gabi Zanotti. As gaúchas se defenderam em Itaquera, fizeram cera, bateram, guerrearam bravamente, mas no sétimo embate com as alvinegras perderam pela sétima vez, apesar das grandes defesas de Lorena, tão boa goleira como atriz para paralisar o jogo.



Berrettini e Alcaraz, que duelaram na Austrália, são atrações no Rio Morgan Sette - 21 jan.22/Reuters

Rio Open recebe velhos conhecidos em novos patamares

Evolução de antigos convidados é trunfo do torneio após as baixas de Juan Martín Del Potro e Dominic Thiem

Daniel E. de Castro

SÃO PAULO Após duelarem em um dos jogos de destaque do último Australian Open, uma batalha com mais de quatro horas e cinco sets, o italiano Matteo Berrettini e o espanhol Carlos Alcaraz têm boas chances de repetir o confronto em solo brasileiro.

Os dois tenistas estão entre os principais favoritos na chave do Rio Open e podem ter seus caminhos cruzados já nas quartas de final.

Principal evento do circuito masculino na América do Sul, o torneio de nível ATP 500 começa nesta segunda-feira (14) nas quadras do Jockey Club, no Rio de Janeiro (o SporTV transmite a partir das 16h30). Depois de a edição 2021 ter

sido cancelada em razão da pandemia, a expectativa dos organizadores era voltar com a lista de jogadores mais atrativa dos oito anos de história da competição, mas nas últimas semanas houve baixas importantes. Primeiro, o austríaco Dominic Thiem, campeão em 2017, vencedor do US Open em 2020 e ex-número 3 do mundo, desistiu por lesão.

Na sexta-feira (11), o torneio informou que não poderia mais contar com o argentino Juan Martín Del Potro, outro ex-número 3 e vencedor do US Open, em 2009. A presença do veterano de 33 anos havia sido posta em dúvida na terça (8), quando ele disputou em Buenos Aires a sua primeira partida desde 2019.

A expectativa era que Delpo

emendasse essa participação com a do Rio e depois avaliasse as chances de continuar em atividade. Mas, no seu discurso emocionado após a derrota no país natal, ele indicou que aquela provavelmente havia sido sua última partida como tenista profissional.

Sem Del Potro e Thiem, as principais apostas passaram a ser atletas que já atuaram — ou quase — no Rio e agora retornam em patamares elevados de suas carreiras. É o caso do norueguês Casper Ruud, 23, que é oitavo colocado do ranking e disputou o torneio carioca pela primeira vez em 2017. Na ocasião, ele entrou com um convite da organização e foi até as semifinais.

Em 2020, Alcaraz, então com 16 anos, também foi con-

vidado e venceu no Rio o seu primeiro jogo no circuito adulto. Aos 18, ele já aparece na 29ª posição do ranking.

Berrettini, 25, que é neto de brasileira, disputa pela primeira vez um torneio profissional no país. Era para a sua estreia no Rio ter ocorrido em 2020, mas uma lesão de última hora o impediu. O italiano também elevou seu status nos últimos anos, com o vice-campeonato de Wimbledon em 2021, e ocupa a sexta posição no ranking.

Outros rostos conhecidos que retornam em 2022 são o argentino Diego Schwartzman, o chileno Cristian Garín e o espanhol Pablo Carreño Busta. Temperamental, o francês Benoît Paire jogará pela primeira vez no Rio.

Os únicos brasileiros garantidos em simples são Thiago Monteiro e Felipe Meligeni, ambos por meio de convite. Os melhores duplistas do país, Bruno Soares e Marcelo Melo, estão confirmados.

A organização do torneio comemora o número de ingressos vendidos neste ano, já estão esgotados. Para entrar no Jockey Club, será necessário comprovar o esquema vacinal completo contra a Covid-19.

O diretor do Rio Open, Lui Carvalho, é diretor também dos torneios masculinos de Queens (em Londres) e Chengdu (na China) e do evento feminino de Shenzhen (também na China). Ele comemorou a notícia de que os circuitos serão seguidos por equipes de filmagem da Netflix nesta temporada.

O objetivo das entidades do tênis é produzir uma série de bastidores na mesma linha de “Drive to Survive”, que acompanha o circo da F1 e ajudou a popularizar a categoria entre fãs mais jovens.

“Achei espetacular. Os torneios sempre puxaram isso, mas obviamente é mais sensível para os jogadores, porque impacta o dia a dia deles. Tenista é um ser de hábitos, superstições, e você entrar com uma câmera na casa dele não é tão fácil. Que bom que a gente conseguiu chegar a essa conclusão de que é bom para o esporte”, diz Lui.

Apesar da vontade do diretor de receber as equipes da plataforma de streaming, elas não vão estar em ação nos bastidores do Rio Open. A princípio atuarão apenas nos torneios Masters 1.000 e nos Grand Slams.

PRANCHETA DO PVC

Paulo Vinicius Coelho
pranchetadopvc@gmail.com

Palmeiras e Fla mostram que abismo não é grande

O Mundial de Clubes é desigual desde 1995 a ponto de haver 23 vitórias europeias e apenas seis sul-americanas nesse período. Mas as duas últimas decisões tiveram prorrogações e jogos de igual para igual, Palmeiras x Chelsea, Flamengo x Liverpool.

Apesar da inegável superioridade europeia, do interesse menor deles em relação ao Mundial, da transformação que faz a América do Sul jogar na estratégia contra os europeus no ataque, mesmo com tudo isso, a distância não está gigante.

Há detalhes a se cuidar, como Abel Ferreira alertou em sua entrevista antes da decisão. “Os gramados. As pessoas dizem que o jogo no Brasil é mais lento e não entendem que esse é um cuidado com o gramado. Não adianta ter uma Ferrari para andar nas ruas de São Paulo.”

À parte o recado para prefeito e governador, Abel falou uma verdade nua e crua. O jogo no Brasileirão pode melhorar com uma simples atenção: a grama.

Por outro lado, Abel usou uma estratégia tipicamente da América do Sul, que parece superada no velho continente: marcação individual. Assim como Cuca, ou Marcelo Bielsa, ou Giampiero Gasperini, fez seu time marcar homem a homem.

Rony e Scarpa marcavam os alas, Hudson-Odoi e Azpilicueta. Havertz era perseguido por Marcos Rocha, Mount por Piquerez, Gustavo Gómez marcava Lukaku com Luan na sobra — atuação brilhante de Luan, mesmo com o toque de mão.

No meio, Danilo marcava Kovacic, e Zé Rafael perseguiu Kanté. Sobravam Dudu e Raphael Veiga para os contra-ataques, pelos lados.

A estratégia era defensiva, mas o Palmeiras ameaçou o Chelsea. Três finalizações certas para cada lado.

Óbvio que a medida certa das disputas entre europeus e sul-americanos se dará na Copa do Mundo. Mas as duas últimas finalíssimas dão noção de que pode haver mais equilíbrio do que faz supor nossa visão dos jogos de todos os finais de semana, Premier League x Brasileirão.

Veiga passou mal, Rony não tinha mais pernas, Dudu saiu esgotado, tudo isso porque é muito difícil jogar uma partida inteira em nível de total concentração, sabendo que o adversário é melhor e pode decidir a partida num mínimo vacilo.

Um misero cochilo, e Rony deixou Hudson-Odoi sob o controle de Marcos Rocha. O cruzamento que chegou à cabeça de Lukaku e foi parar na rede. O pênalti de Luan, como o de Thiago Silva, foi marcado pelo vídeo.

Ao mesmo tempo em que é triste a constatação de que o clube sul-americano sempre tem de se defender, em vez de atacar como no passado, é importante entender que tem dado jogo. Não existe igualdade econômica, e mesmo assim dá jogo.

Em 2019, tinha gente que dizia que o Liverpool ia jogar com reservas em vez de escalar os titulares disponíveis. E, mesmo assim, deu jogo.

Tem muita coisa para transformar no futebol brasileiro, da gestão à capacidade de apostar em trabalhos de técnicos por longo prazo. Mas parecem faltar poucos detalhes para que os times brasileiros possam, de fato, voltar a competir e vencer.

Um pouquinho só de investimento em cultura... Parece um país que a gente conhece.

Palmeiras e seu rígido sistema de marcação



Chelsea com o mesmo sistema, mas no ataque



SEGUE O JOGO

As mensagens de Abel Ferreira nas redes sociais deram margem a que se especulasse sobre sua sequência. Ele permanece. Pode receber proposta no meio do ano. Neste momento, segue. Traz conhecimento. Mesmo que muitos queiram mais ataque.

PAULO SOUSA

O técnico do Flamengo agrada os jogadores do Flamengo, pela qualidade dos treinos e pelo conhecimento teórico. Desagrada parte da torcida e da crítica porque não é espetacular. No estadual? Mas estadual vale ou não vale? Alguém precisa decidir. Domingo, tem Supercopa.

Corinthians derrota Grêmio com gol no final e conquista a Supercopa do Brasil feminina

SÃO PAULO O Corinthians tem mais um título em sua lista de conquistas no futebol feminino. O clube que vem dominando a modalidade no cenário sul-americano venceu a Supercopa do Brasil, neste domingo (13), com uma sua- da vitória sobre o Grêmio: 1 a 0, gol de Gabi Zanotti aos 49 minutos do segundo tempo.

Foi a primeira edição da competição, cuja final foi realizada na Neo Química Arena, em Itaquera, que recebeu 19.547 pagantes. O favoritismo era alvinegro, por todo o histórico recente de triunfos, porém os torcedores presentes na arena da zona leste paulistana só explodiram nos momentos derradeiros do confronto.

As donas da casa pressionaram bastante na primeira etapa, sem ir à rede. Na segunda, houve equilíbrio, e a disputa se encaminhava para um desempate nos pênaltis. Ai, nos acréscimos, Diany bateu escanteio da esquerda. Zanotti, a camisa 10 e capitã preta e branca, subiu bem, cabeceou no canto esquerdo e correu para a galera.

“É incrível. Eu me sinto iluminada. É parabenizar o grupo pela força que a gente demonstra. E agradecer à Fiel, que compareceu. Fico muito



Jogadoras do Corinthians levantam troféu, cena que se tornou com um Rodrigo Gazzanel/Ag. Corinthians

feliz de fazer parte desse fortalecimento do futebol feminino”, disse a meio-campista. “Terminamos o ano com casa cheia e começamos com casa cheia”, vibrou.

Em dezembro, o Corinthians teve vitória semelhante na decisão do Campeonato Paulista, diante de 30.077 espectadores. Na ocasião, con-

tra o São Paulo, também no estádio de Itaquera, foi Adriana quem marcou nos acréscimos e deu ao clube do Parque São Jorge um troféu, algo que se tornou rotina desde a reativação de sua equipe feminina, em 2016.

O Estadual foi conquistado também em 2019 e 2020. A agremiação da zona les-

te paulistana iniciou a série de triunfos com a Copa do Brasil de 2016. Depois, além dos citados Paulistas, levou três edições do Brasileiro, em 2018, 2020 e 2021. E levantou a Copa Libertadores em 2017, 2019 e 2021.

“Fico feliz por mais uma conquista”, comemorou o técnico Arthur Elias.

CIÊNCIA FUNDAMENTAL

Rossana Soletti

folha.com/cienciafundamental.blogfolha.uol.com.br/

Ser mãe é padecer no currículo acadêmico?

O texto abaixo celebra o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, comemorado em 11 de fevereiro.

*

São apenas sete horas da manhã e, em vez de tomar um café da manhã sossegada, ligo o computador com uma xícara de café ao lado para poder adiantar o trabalho. Depois de pensar alguns minutos e escrever as primeiras duas frases de um texto, uma filha acorda com fome. Paro tudo, vou à cozinha, preparo meu desjejum, conversamos um pouco e volto ao trabalho. Dez minutos depois a segunda filha acorda, e todo o ciclo recomeça. A partir daí, as interrupções para atender às demandas intensas de duas crianças pequenas não param. É difícil até mesmo produzir um texto sobre as dificuldades de ser cientista trabalhando em casa enquanto cuida dos filhos.

Penso que a essa hora meus colegas e minhas colegas sem filhos já fizeram reuniões, escreveram artigos e iniciaram muitas outras atividades, enquanto eu ainda tento concluir o primeiro parágrafo de um



Livia Serri Francoia/Instituto Serrapilheira

texto. "São escolhas", muitos dirão. Em alguns casos talvez sejam, mas nem sempre. Em nosso país, metade das gestações não são planejadas. Não bastasse, mulheres trabalham cerca de dez horas por semana a mais que os homens em tarefas domésticas e cuidados com filhos e familiares.

O movimento Parent in Science, do qual eu faço parte, pesquisa e discute os impac-

tos da parentalidade na carreira científica. Segundo dados do grupo, mais da metade das cientistas mulheres no Brasil são as únicas ou principais cuidadoras dos filhos, e antes da pandemia 45% delas afirmavam não conseguir trabalhar em casa. Desde o advento do isolamento social e do trabalho remoto, este cenário se intensificou: apenas 47% das cientistas mulheres

com filhos estavam conseguindo submeter os artigos científicos que haviam planejado antes do início da pandemia, contra 76% dos cientistas homens sem filhos. Mesmo considerando somente cientistas com filhos, homens e mulheres, a sobrecarga feminina ficou evidente: 28% das mães de filhos com idade entre um e seis anos estavam conseguindo submeter seus artigos, con-

tra 52% dos cientistas pais de filhos da mesma faixa etária.

Na vida acadêmica, homens e mulheres, brancos e negros, com ou sem filhos, podem até competir em posição de igualdade (seguindo os mesmos critérios de seleção), mas não de equidade. A licença-maternidade, por exemplo, que é tão necessária e foi conquistada a duras penas na comunidade acadêmica, pode acabar prejudicando as mulheres. Este tempo de pausa para cuidar dos filhos não é levado em consideração na hora de avaliar a performance dos cientistas: ao submeter um projeto solicitando verbas para pesquisa, ou ao prestar um concurso, todos serão avaliados de acordo com a publicação de artigos científicos nos últimos anos. Consequentemente, a mulher que interrompeu a carreira após a maternidade será penalizada nesta avaliação. Essa é uma das razões da diferença do número de mulheres nos postos mais altos da trajetória acadêmica.

Mulheres representam a maioria dos bolsistas de iniciação científica, ainda na graduação, no Brasil. No entanto, somam apenas cerca de 25% dos bolsistas de produtividade em pesquisa do nível

mais alto da carreira brasileira. Dos laureados com o Nobel em todo o mundo, apenas 6% são mulheres. Além disso, mulheres pretas e pardas com doutorado representam menos de 3% dos cientistas docentes de Pós-Graduação em nosso país. E quem lembra o nome de uma ministra da Ciência e Tecnologia? Pois é, não tivemos nenhuma. Esta sub-representação das mulheres ao longo do percurso acadêmico traz muitos entraves ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, já que uma ciência com mais diversidade é também uma ciência mais justa e eficiente.

Considerar o período de licença-maternidade ao avaliar a produtividade das cientistas é apenas uma das medidas necessárias no caminho para a equidade. Enquanto não conseguimos ultrapassar os muros da academia e promover mudanças culturais e sociais, como a participação igualitária de homens e mulheres nos cuidados com os filhos, o sistema que promove a ascensão de cientistas ao longo da carreira precisa mudar.

Rossana Soletti é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro do movimento Parent in Science.



DA LITERATURA PARA A VIDA REAL

Mulher joga quadribol, esporte inspirado nos livros da série "Harry Potter", da escritora britânica J.K. Rowling, em torneio realizado em Nantes, na França

Loïc Venance/AFP

MENSAGEIRO SIDERAL

Salvador Nogueira

folha.com/mensageirosideral

Equipe acha sinais de 3º planeta ao redor de Proxima Centauri

Uma equipe internacional de astrônomos usando o Very Large Telescope, do ESO, no Chile, encontrou evidências de que há um terceiro planeta orbitando Proxima Centauri, o sistema mais próximo do nosso, a 4,2 anos-luz daqui. Batizado como Proxima d, ele seria o mais interno dos mundos identificados por lá e os pesquisadores liderados por João Faria, do Instituto de Astrofísica e Ciências do Espaço, em Portugal, ainda o tratam como candidato, em seu artigo publicado no periódico Astronomy & Astrophysics.

E não sem razão: ele seria o exoplaneta com menos massa já detectado pelo método de medição de velocidade radial, 25% da terrestre.

Esse método permite a estimativa da massa dos planetas ao medir o bamboleo que uma estrela faz ao ser atraída pelos mundos que giram ao seu redor.

Há entusiasmo por Proxima Centauri desde 2016, quando foi descoberto o primeiro exoplaneta por lá. Proxima b, como foi chamado, completa uma órbita ao redor de sua estrela, uma anã vermelha bem menor que o Sol, a cada 11 dias. Isso o coloca, em tese, na zona habitável da estrela, região nem muito fria, nem muito quente, onde em princípio seria possível ter água de forma estável na superfície -- pré-requisito para vida.

Proxima c, o segundo planeta descoberto no sistema,

foi encontrado em 2020, com o mesmo equipamento que havia detectado Proxima b. Ele seria algo como uma superterra ou um mininetuno, com sete vezes a massa terrestre, orbitando a estrela a cada 5,3 anos. Ele ainda é tratado pela maioria dos astrônomos como um candidato, carente de confirmação.

É a mesma situação em que agora surge Proxima d, o pequenino mundo descoberto com o Espresso, espectrógrafo do VLT mais potente e preciso que o Harps, responsável pelo achado dos dois planetas anteriores.

Ambos os instrumentos fazem essencialmente a mesma coisa: medem a assinatura de luz da estrela observada e detectam variações nos comprimentos de onda que indiquem o bamboleo periódico do astro, causado pelos planetas.

A diferença é que o Espres-

so é mais moderno e opera num telescópio com espelho de 8,2 metros. O Harps está instalado no Observatório de La Silla, também no Chile, mas com um espelho de 3,6 metros. Foi usando-o para confirmar a presença de Proxima b, em 2020, que os pesquisadores encontraram um sinal indicando um planetinha com período de 5 dias. As observações subsequentes deram mais confiança de que se trata mesmo de um planeta.

Mais que revelar a riqueza do sistema planetário vizinho, potencial alvo para estudos futuros com o Telescópio Espacial James Webb, o trabalho confirma o potencial do Espresso para descobrir exoplanetas de baixa massa, uma população sobre a qual até o momento se sabe muito pouco, mas deve estar entre os tipos mais prevalentes na galáxia.

ACERVO FOLHA

Há 100 anos 14.fev.1972

Semana de Arte Moderna de 1922 em SP tem o seu primeiro festival

O primeiro festival da Semana de Arte Moderna realizou-se nesta segunda-feira (13) no Theatro Municipal, em São Paulo, com boa concorrência.

O escritor Graça Aranha discorreu sobre a emoção estética na arte moderna, o maestro Ernani Braga executou trechos de autores futuristas e os poetas Guilherme de Almeida e Ronald de Carvalho recitaram poesias.

Ronald também versou, em conferência, sobre pintura e escultura.

A parte musical teve peças de Villa-Lobos, e o programa foi encerrado com três danças africanas desse compositor. O segundo festival da Semana de Arte Moderna ocorrerá na quarta-feira (15).

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

FOLHA DE S. PAULO

A "abertura para o Japão" começa hoje

CARNAVAL, 5 PAGINAS DE FOTOS



Triste, louca ou má

Livros como 'Açúcar Queimado' e 'A Pediatra' liberam suas protagonistas para escapar da moralidade e ampliam a exploração literária de mulheres terríveis

Walter Porto

SÃO PAULO É difícil não se espantar já na primeira frase do romance "Açúcar Queimado". "Eu estaria mentindo se dissesse que o sofrimento de minha mãe nunca me deu prazer", reconhece a protagonista, Antara, criada pela escritora americana de ascendência indiana Avni Doshi.

Mais adiante, a narrativa esmiúça as razões que tornaram essa relação de mãe e filha uma catástrofe, mas desde a linha de abertura está nítido que Antara integra uma leva de personagens femininas que se desviam sem remorso da moralidade padrão.

Se os homens difíceis já vicejam na ficção há tempos —há um livro com este título que se propõe a resumir o melhor da produção televisiva recente—, talvez seja hora de olhar as particularidades deste protagonismo que se oferece às mulheres imorais.

"Muitos assuntos que eram tabu, em especial quanto à maternidade, se abriram, e a conversa se ampliou", afirma Doshi, que foi indicada ao prêmio Booker por esse seu livro de estreia, durante a entrevista por vídeo. "Mas ainda se liga muito a autora às personagens. Se a protagonista pensa alguma coisa, as pessoas acreditam que a autora pense o mesmo."

"Quando uma mulher escreve em primeira pessoa, ainda há uma certa expectativa de que aquela seja a história de sua vida. Não sei se há esse entendimento com autores homens", completa ela.

Outro romance recente contado na voz de uma narradora misantrópica é "A Pediatra", que traz as confissões de Cecília, médica neonatal que afirma de bate-pronto que odeia crianças. Analisa bebês e pais, colegas e parceiros sexuais, com uma lente cínica e mordaz que desvirtua as expectativas para uma profissão tão ligada ao cuidado.

"Eu estava saturada de um processo de escrita anterior em que o meu narrador era um homem bom. Ele não me dava linguagem, era anêmica", se exaspera a autora, a paulista Andréa del Fuego. "Essa mulher disfuncional foi se construindo frase a frase. Escrevi como se ela não soubesse que estava sendo escrita, como se eu a flagrasse a todo momento. Isso deu a liberdade para que ela fosse canalha."

Já nas primeiras páginas surpreendemos Cecília atendendo uma grávida apenas uma hora depois de transar com o marido da moça no banheiro do consultório. "Foi bom que ele tenha conseguido fazer seu papel de esposo como se eu não estivesse do outro lado da mesa recheada com o sêmen que a fecundou", escreve a pediatra.

Depois, no parto da mesma mulher, ela se vê obrigada a costurar a "vagina que recebia o mesmo pau" que ela, "agora rasgada pelo primogênito". "Por pouco não a fechei."

A escritora comenta que a personagem, na verdade, "não quebra nenhum pacto social, mas seu pensamento não tem filtro". "Espera-se de algum jeito que a pediatra tenha qualquer maternidade, mas não."

"A vantagem da medicina é poder ser quem quiser, santa, desonesta, anarquista, patriota, bipolar, batista ou atea", diz a pediatra, "quem trata não sou eu, é o protocolo".

O repórter pergunta se o fato de sua protagonista antisocial ser mulher, em vez de um doutor House já palatável na cultura pop, aumentou o receio de que a obra pudesse ser mal julgada ou compreendida. Del Fuego diz que sim.

"Se fosse o doutor Oswaldo Maranhão, por exemplo, não sei se a percepção seria de um canalha. Talvez ele fosse visto como competente e emocionalmente instável, por que não? Um homem charmoso com suas falhas, suas quedas por mulheres casadas."

Continua na pág. C2

Ilustração de
Luísa Zardo
para 'Açúcar
Queimado'

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br



Paulo Belato/Globo/Divulgação

NUNCA ANTES

Os cartórios brasileiros registraram neste ano o mês de janeiro mais mortal desde o início de sua série histórica, em 2003. A alta é atribuída aos óbitos causados pela Covid-19, que fez 14.538 vítimas no período, de acordo com os registros.

CONSEQUÊNCIA Além disso, os cartórios apontam complicações que podem estar relacionadas ao coronavírus. É o caso das mortes por pneumonia, que saltaram de 12.745, em janeiro de 2021, para 21.661 neste ano. Os óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave também cresceram: passaram de 1.581, no ano passado, para 1.734 em janeiro deste ano. E os de insuficiência respiratória subiram de 6.686 para 7.989 no período analisado.

LADEIRA... Ao todo, foram contabilizados 144.341 óbitos no país em janeiro de 2022, um aumento de 4,79% em relação ao mesmo período de 2021.

... **ACIMA** O número ainda é 21,95% maior em relação a janeiro de 2020, antes da chegada do vírus, quando foram totalizadas 112.649 mortes.

ACERVO Os dados são reunidos pelo Portal da Transparência do Registro Civil, base que é abastecida em tempo real pelos atos de nascimentos, casamentos e óbitos computados pelos cartórios de todo o Brasil.

EM ALTA A demanda por exames de Covid-19 no Grupo Fleury já registra em 2022 um crescimento de 69% em relação a dezembro do ano passado, quando se deu o início da propagação da ômicron.

ALTA 2 Na última semana, a taxa de positividade na rede de laboratórios foi de 35,3%, depois de ter atingido 62,7% há 20 dias.

POSITIVO Já o Hospital Israelita Albert Einstein realizou 3.174 testes de Covid-19 em adultos entre o domingo (6) e a última quarta-feira (9). Deste total, 639 eram de infectados pela doença. Entre crianças e adolescentes menores de 18 anos, foram feitos 381 testes, com 129 resultados positivos.

SALTO Na quarta, o Einstein tinha 124 pacientes internados com Covid-19, sendo seis menores de 18 anos. Em 22 de dezembro, dez pessoas estavam hospitalizadas com a doença.

O músico Pretinho da Serrinha é um dos convidados do programa "A Roda: Samba", que será exibido no Rio de Janeiro pela TV Globo, no próximo dia 19. O primeiro episódio da atração, gravada na Pedra do Sal e apresentada pelo jornalista Chico Regueira, vai abordar os primórdios do ritmo musical. E, a partir das letras de canções interpretadas pelos músicos e convidados, falar de temas como desenvolvimento urbano, preconceito, moradia e liberdade. "A Roda: Samba" também estará disponível no Globoplay, aberto a não assinantes

SILÊNCIO Os perfis à direita nas redes sociais praticamente se calaram diante da repercussão do caso do congolês Moïse Mugenyi, 24, morto a pauladas em um quiosque no Rio de Janeiro. A participação do segmento respondeu a apenas 1,5% das publicações feitas no período, a maior parte delas por influenciadores.

LUPA Entre os comentários da direita, prevaleceram o repúdio à ideia de que o crime teria sido motivado pelo racismo e a tese de que o congolês foi morto por causa da "perversidade humana". A análise é da agência .MAP, que observou um universo de 1,4 milhão de postagens diárias feitas entre a primeira e a segunda semana de fevereiro.

FOCO A morte de Moise foi o assunto mais debatido nas redes no período analisado, superando as eleições, a vacinação contra a Covid-19 e o BBB, da TV Globo, segundo a .MAP.

DANÇOU O pesquisador acadêmico que foi um dos organizadores da "Dança Fora Dilma" em Fortaleza, em 2015, se arrepende de ter organizado o protesto pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT), segundo três colegas de faculdade. O vídeo que mostra centenas de pessoas dançando uma coreografia enquanto pede a saída da então presidente viralizou.

DANÇOU 2 A história do pesquisador será contada na nova temporada de "Além do Meme", podcast de Chico Felitti que investiga por meses as pessoas ou grupos que ficam famosos na internet. O primeiro episódio estará disponível no Spotify nesta segunda (14).

FREQÜÊNCIA A música internacional prevalece entre as mais tocadas nas rádios de todas as regiões do país. É o que mostra um estudo do Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) que analisou as faixas mais tocadas nos últimos dez anos.

FREQÜÊNCIA 2 A região Norte foi a que menos ouviu canções brasileiras — eram oito internacionais entre as mais tocadas. Já no Nordeste, eram cinco de cada. As duas canções mais escutadas no país foram "Get Lucky", do duo Daft Punk, e "Sugar", da banda Maroon 5.

MOVIMENTO O Museu da Língua Portuguesa irá selecionar oito artistas do estado de São Paulo para realizar apresentações no saguão central da Estação da Luz, no centro de São Paulo. Cada projeto receberá R\$ 7.500 —valem iniciativas em teatro, música e literatura. O edital de inscrição será lançado nesta segunda (14).

Triste, louca ou má

Continuação do pág. C1
Se Cecília, de "A Pediatra", rompe com um dos papéis tradicionais exigidos da mulher — a cuidadora afetuosa de crianças—, "Açúcar Queimado" demole a expectativa na outra ponta, a do amor infundável pela mãe idosa. Tara, a figura materna —que começa o livro já num processo avançado de Alzheimer— se revela tão maliciosa quanto uma Livia Soprano indiana, mas ganha camadas de complexidade conforme o livro retoma a história de sua relação com a filha desde a origem. Vemos, por exemplo, que a mãe se rebelara contra papéis engessados de gênero, se desgarrando de um casamento infeliz e procurando às cegas seu papel num mundo que não sabe o que fazer com mulheres livres de maridos. A história de Antara, a filha, é repleta de negligência e abandono. Mas no desenrolar do romance se revelam seus próprios furos e inconsistências, suas mentiras e crueldades. O livro trabalha, assim, com a seletividade da memória e o modo como é impossível confiar na subjetividade. Doshi afirma que, ainda que poucos personagens masculinos apareçam em "Açúcar Queimado", ele ainda é estruturado em torno de normas patriarcais. "Há uma tensão na maneira como o prazer de Antara e o de sua mãe estão em desacordo, ocupan-

do lados diferentes na jornada da vida", aponta. "Antara está tentando convencer o leitor o tempo todo de que sua mãe merece tudo o que está recebendo, de que a vítima é ela." Não demora para notarmos que essas mulheres que à primeira vista soam terríveis, ao fim e ao cabo, são só complexas. E seguem o fio de outras escritoras já aclamadas pela sofisticação de suas protagonistas incommuns. Nas entrevistas, Doshi lembrou o impacto que sentiu ao ler a canadense Rachel Cusk, e Del Fuego celebrou a "Canção de Ninar" da francesa Leïla Slimani. Poderíamos mencionar as mulheres misantrópicas de Ottessa Moshfegh ou a recém-resgatada mãe da "Filha Perdida" de Elena Ferrante. Evidências de que ampliar as possibilidades de personagens femininas alarga as fronteiras da própria literatura. "A Cecília foi uma experiência literária muito libertadora", afirma Del Fuego para concluir a conversa. "Quando senti que a publicação desse livro era um risco imenso, isso confirmou mais ainda que eu estava fazendo literatura. Não existe literatura sem risco."

Açúcar Queimado
Autora: Avni Doshi Trad: Adriana Lisboa Dublinense. R\$ 69,90 (272 págs.). R\$ 39,90 (ebook)
A Pediatra
Autora: Andréa del Fuego. Companhia das Letras. R\$ 54,90 (160 págs.); R\$ 29,90 (ebook)



Ilustração de Luísa Zardo para 'Açúcar Queimado'

Presidência orienta e Mario Frias cancela sua viagem à Rússia

Ida do secretário aos EUA para encontrar lutador de jiu-jitsu com dinheiro público causou mal-estar no governo

Vinicius Sassine

BRÁSILIA Por orientação da Presidência da República, a Secretaria de Cultura cancelou a viagem do secretário Mario Frias e de seus assessores a Rússia, Hungria e Polónia, prevista para esta semana. Eles integrariam comitiva do presidente Jair Bolsonaro (PL) a Moscou, onde está previsto um encontro entre o líder brasileiro e o presidente da Rússia, Vladimir Putin. A previsão é que Bolsonaro e seu entorno embarquem para a Rússia nesta segunda-feira. O cancelamento da viagem de Frias foi confirmado em nota da Secretaria de Cultura. Partiu da pasta, vinculada ao Ministério do Turismo, a informação de que a orientação veio da Presidência. A ida de Frias a Nova York em dezembro, para encontrar o lutador de jiu-jitsu Renzo Gracie, defensor de Bolsonaro, causou mal-estar no governo. O secretário gastou R\$ 39 mil dos cofres públicos para voar à cidade americana. O incômodo fez Frias realizar uma live em um perfil em rede social, na noite do sábado (12), para tentar explicar a viagem com dinheiro público. "Estávamos desenvolvendo a IN [instrução normativa relacionada à lei Rouanet], o objetivo [da viagem] foi conversar com o mercado da Broadway, porque é um mercado que se autossustenta", afirmou o secretário. "Devido à orientação da Presidência, que solicitou a redução da comitiva de todos os ministérios que iriam para as agendas na Rússia e Hungria, não havia mais sentido manter a viagem para agenda apenas na Polónia, sendo cancelada a viagem para remarcar em outra data", afirmou a se-

cretaria na nota divulgada. Ainda sobre a viagem a Nova York, que incluiu seu secretário-adjunto Hélio Ferraz de Oliveira, Frias tentou dar uma justificativa na live: "Fomos com o mínimo, eu e Hélio ficamos no mesmo quarto, num hotel normal, preço normal". "O que me impressiona é que tantos os artistas quanto os jornalistas estavam em coma nos últimos 30 anos, [com] ministro sendo preso. Agora temos um governo probo, honesto, transparente", disse. O secretário disse ainda que detesta viajar. "Foi uma excelente viagem e vai gerar excelentes frutos. Se eu quisesse ficar na mamata, ficava na vida que eu tinha. E não pra vir pra cá e ficar levando pedrada." Em quatro dias de viagem, o secretário fez três reuniões. Além do lutador de jiu-jitsu, os dois integrantes do governo Bolsonaro se reuniram com Simone Genatt e Marc Routh, produtores da Broadway, e com Bruno Garcia, dono de empresa de turismo que disse ter cuidado de traslados do secretário na cidade.

Número 2 da pasta diz que Paulo Coelho é idiota e maconheiro

SÃO PAULO Número dois da Secretaria Especial de Cultura, e responsável pela área de fomento, o ex-PM André Porciuncula chamou o escritor Paulo Coelho de maconheiro e idiota nas redes sociais. O ataque foi uma resposta a uma postagem de Coelho, em que o autor comemorava a decisão da Presidência de orientar que se cancelasse a viagem de Mario Frias, secretário especial de Cultura, e Por-

ciuncula, a Rússia, Hungria e Polónia. Em seu texto, o escritor chamou ambos de palermas e diz que eles realizam "turismo tosco", em relação à ida do primeiro a Nova York com recursos públicos. "Maconheiro, palerma é você", respondeu Porciuncula. "A viagem foi remarçada devido às tensões na região, mas ainda iremos, temos acordos culturais internacionais para celebrar com a Rússia e Hungria." E ainda chamou Coelho de idiota pelo fato de o escritor ter achado que o ex-PM havia embarcado com Frias naquela viagem a Nova York. Em postagens seguintes, Porciuncula ainda escreveu que "por trás de todo crítico do governo há uma teta vazia. Esta é uma regra recorrente na elite artística arrogante". E voltou à carga contra Paulo Coelho, a quem ele chamou de "maconheiro escritor de livro de colorir". Mais tarde, ainda no domingo, Porciuncula pareceu se dirigir às críticas a respeito das mudanças recentes na Lei Rouanet, que encontraram resistência entre artistas. "Todas as mudanças partiram do pressuposto que há uma diferença crucial entre cultura e a indústria do entretenimento artístico", escreveu. "A cultura é um algo muito mais amplo, é o evento teofânico em que a própria civilização brota. Já o entretenimento artístico é um produto econômico e deve ser tratado como tal, sob as leis do mercado. Na semana passada, o governo oficializou um pacote de mudanças que incluiu arte sacra no âmbito da Rouanet e limitou os ganhos de artistas contemplados a R\$ 3.000, diminuição de mais de 93% no cachê que era permitido até então, de R\$ 45 mil.



Retrato da cantora Fafá de Belém Divulgação

Brasil anda bem malvisto no exterior, afirma Fafá de Belém, voz das Diretas

Cantora paraense ganhou fama em Portugal, sua segunda casa, após movimento dos anos 1980

ONDE SE FALA PORTUGUÊS

Mayara Paixão

GUARULHOS Fafá de Belém já havia visitado Portugal uma vez. O ano era 1978, e o sucesso da novela "Gabriela", na qual ela cantava a música tema da protagonista, "Filho da Bahia", a levou a conhecer a terra natal de sua família.

Mas a relação orgânica com o país, hoje sua segunda casa, seria construída sete anos depois. Foram as Diretas Já que levaram a artista a conhecer Portugal de norte a sul, numa época em que brasileiros e portugueses reguiam suas democracias.

A cantora paraense participou, ao todo, dos 32 comícios das Diretas. Outros 15 foram destinados à defesa do nome

de Tancredo para a Presidência. Fafá, que se tornaria o rosto e a voz do movimento, parece se lembrar de todos, com riqueza de detalhes e nomes.

Um deles se destaca na história luso-brasileira da artista: Zé Nuno Martins, radialista e produtor cultural português responsável por inserir parte da classe artística brasileira na vida cultural da nova democracia portuguesa.

"Estava fazendo um espetáculo no Canecão em 1985, e o Zé Nuno me convidou para fazer uma caravana lusófona por Portugal, que nem estradas tinha ainda", conta Fafá.

A ideia era cruzar o país junto com o PS, o Partido Socialista, principal legenda, até hoje no poder, numa ação encabeçada por Mário Soares, um dos principais articuladores da redemocratiza-



Brasil só será essa potência quando brasileiros do Sudeste entenderem que há outros Brasis fora dali

Fafá de Belém

ção portuguesa e que, então, concorria ao Palácio de Belém — a sede da Presidência lusa.

Além da motivação eleitoral, a iniciativa queria adentrar um país, à época majoritariamente rural, que há pouco mais de uma década havia deixado para trás a ditadura de António Salazar, que durou de 1933 a 1974. Se uma canção, "Grândola, Vila Morena", foi a senha para a Revolução dos Cravos, que libertou Portugal, a caravana lusófona também trazia a música na linha de frente — e Fafá era a representante brasileira.

"Obviamente foi uma transição [democrática] traumática e confusa, mas absolutamente necessária", diz. "Eu vi Portugal sair do cinza, se ensolarar, começar a brilhar. Vi os jovens começarem a tomar conta das ruas, porque antes eles iam buscar a vida fora, não ficavam aqui."

Também foi em Portugal que Fafá encontrou semelhanças com Belém — um dos principais polos de atração de portugueses, onde cerca de 10.500 deles se estabeleceram da segunda metade do século 19 até 1920. O cheiro da comida da avó, que morreu quando a cantora tinha seis anos, o polvo surrado na calçada de casa. A bacalhoadinha no Natal. O Círio de Nazaré.

Ela diz ter observado em Portugal um abraço aos brasileiros que talvez não seja tão recíproco. O escasso conhecimento da música contemporânea portuguesa, enquanto o cenário musical daqui encontra terreno fértil no país, seria um exemplo. Ela, por outro lado, não só é voz conhecida, como foi escolhida como uma espécie de embaixadora do clube de futebol Benfica com a canção "Vermelho".

Mas Fafá faz uma ressalva: a percepção internacional do Brasil, outrora animadora para artistas que transportavam a cultura além-mar, não vai nada bem. Perdeu-se o encantamento com o país que, envolto num terremoto político, viu a desigualdade crescer e a democracia degradingolar. "O Brasil está muito malvisto, e isso me dá uma pena enorme."

O caminho para mudar a situação, afirma, nunca esteve no impeachment de Bolsonaro — sem avançar no Congresso, mais de 140 pedidos do tipo já foram apresentados ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira. Para Fafá, tirar o presidente criaria uma falsa impressão de retorno à estabilidade democrática. "Acho que esse é o grande nó: não se trata da facilidade de poder tirar, mas da tarefa de colocar alguém que ouça a gente. Estudar o perfil do candidato."

E, então, viria o segundo desafio: romper com a polarização que mina os debates sobre a essência da política. Fafá diz que sempre teve um exemplo de zelo pelo diálogo em casa, o que também ajuda a entender de onde veio o interesse da artista por política.

Com uma mãe do PS, o Partido Social Democrático, e um pai ligado à UDN, União Democrática Nacional, o seio familiar via florescer o debate político — "o pau comia, mas não havia ódio".

A efervescência política também estava a alguns quilômetros de casa. Como consolidou-se perto do rio Araguaia, a família viu muitos jovens se somarem à guerrilha de mesmo nome que enfrentou a ditadura militar brasileira. Fafá era jovem, mas se lembra de colegas que, de repente, deixavam o convívio local para se somar aos guerrilheiros.

Diante do impasse na democracia do país, ela busca na experiência das Diretas lições a se tirar para impedir que a política nacional siga como o que a cantora descreve como um saco de gatos. Sair do eixo São Paulo-Rio, desengessando um olhar hoje voltado para o Sudeste, é essencial. "O Brasil só será essa potência quando brasileiros do Sudeste, especialmente, entenderem que há outros Brasis fora dali."

ilustrada festival de berlim

Juliette Binoche vive o amor livre em ode ambígua de Claire Denis

Já o veterano italiano Dario Argento alfinetou o Brasil: 'Adoro, mesmo que às vezes tenha regimes insatisfatórios'

Bruno Ghetti

BERLIM A Berlinale recebeu o novo filme da francesa Claire Denis sem ter muita certeza sobre como reagir. Em "Avec Amour et Acharnement" (com amor e tenacidade, em tradução livre), exibido na competição oficial, ela dissecou a relação de um casal que entra em crise quando o ex da mulher reaparece, voltando a despertar nela sentimentos intensos. A abertura, com a qual a personagem se entrega a esse romance do passado, mas sem abandonar o marido, deixou o público sem saber se o filme defende o direito de a personagem amar livremente ou se a condena por estar rompendo um contrato com o parceiro. As coisas nunca são simples no cinema da diretora francesa. Juliette Binoche interpreta Sara, uma radialista parisiense que vive há anos com Jean (Vincent Lindon). O filme começa com belas imagens da dupla em férias em uma praia, em momentos idílicos —além da atração, há entre eles um forte elo de amizade. Quando voltam de viagem, a realidade de Jean parece pouco promissora — descobrimos que ele passou um tempo na prisão, o que lhe trouxe pro-

blemas profissionais e financeiros. Quando François (Grégoire Colin), um antigo amigo de Jean e ex-namorado de Sara, o convida para trabalhar com ele, surge o impasse: vale a pena aceitar o emprego? Quando Sara revê o ex depois de vários anos, fica tocada; ela nunca superou a separação. Mas é evidente que ela ama Jean —o filme não trabalha com noções como a de que "só há um amor verdadeiro para cada um". O longa nos diz que é possível amar e desejar mais que um, ainda que sejam desejos distintos. "Quando essa terceira pessoa volta a esse casal, pega os dois de surpresa: não era algo esperado. Então eles precisam enfrentar isso —juntos, mas também cada qual à sua maneira", disse Binoche, em conversa com a imprensa. Denis complementou: "A aventura do amor em um casal é mutável, nunca estável. Há sempre colisões. É algo que sempre pode acontecer". A cineasta diz que não entende convenções burguesas como "adultério" ou "traição". A grande questão que ela parece ignorar, mesmo nos termos de seu filme, é que o real problema de uma traição conjugal nem sempre é a "carentice" ou



Os atores Vincent Lindon e Juliette Binoche em 'Avec Amour et Acharnement' Fotos Divulgação

moralismo, mas sim se tratar de uma quebra de confiança. O filme tem grandes acertos, como a opção por filmar os atores em close bem próximos em instantes chave. Mas há deslizes — algumas subtramas são bem dispensáveis. Também na competição, há outro filme sobre um triângulo amoroso, embora em chave distinta. "Nana", da indonésia Kamila Andini, mostra a opressão feminina em seu país na década de 1960. A personagem-título é uma mulher casada com um homem mais velho que sofre ao descobrir que ele tem uma amante. No entanto, as duas se unem em uma relação de cumplicidade. Um bonito filme, delicado, que em geral teve boa acolhida. Fora da competição, Berlin recebeu Dario Argento, aos 81 anos, que apresentou "Occhiali Neri", seu primeiro longa em dez anos. O filme segue o mesmo estilo que o consagrou: um assassino em série apavora Roma. No caso, persegue garotas de programa, que mata com extrema crueldade. A protagonista é uma prostituta de luxo que fica cega após fugir do assassino. Com a ajuda de uma cachorra e de uma criança chinesa que testemunha seu acidente, ela tentará escapar do serial killer. O filme é fluido, como os mais notórios de Argento, como "Suspiria". Mas não traz nada de distinto do que o cineasta já fez. A vacuidade do filme é um bocado flagrante, apesar de garantir o entretenimento. Na conversa com a imprensa, Argento lembrou sua ascendência brasileira. "Minha mãe nasceu em Porto Alegre e morou um tempo no Rio e em São Paulo. Sempre foi uma das minhas inspirações", disse. "Sempre vou vez ou outra ao Brasil. É um país que adoro. Mesmo que, vez ou outra, tenha regimes políticos nada satisfatórios", alfinetou. Se em seu cinema, a política passa longe, ao menos na vida real, ao que parece, Argento está bem antenado ao que ocorre.



A atriz Elizabeth Banks em cena do filme "Call Jane", de Phyllis Nagy, apresentado no Festival de Berlim

Drama cômico sobre aborto esquentado disputa ao Urso de Ouro

BERLIM O Festival de Berlim entrou em sua segunda metade ainda sem um longa que tenha arrebatado corações e mentes. Mas um filme relativamente modesto, mas de tema forte, como "Call Jane", pode ter ligeira vantagem sobre os demais na luta pelo Urso de Ouro. Dirigido e escrito por Phyllis Nagy —roteirista de "Carol", de Todd Haynes—, o longa traz um viés expressamente pró-aborto. A temática já rendeu prêmios em outras edições e outros festivais, como o de Veneza. Estaria Berlim disposta a mais uma vez premiar um filme sobre o assunto? O diferencial do longa de Nagy está no foco, que é sobretudo o processo de politização de uma dona de casa na

causa feminista, mais do que propriamente na defesa do aborto. Elizabeth Banks interpreta Joy, que corre o risco de morrer após engravidar. Os médicos se recusam a tirar o bebê, então ela recorre a um serviço ilegal conhecido por "Call Jane" (chame a Jane). A trama se passa em 1968, mas as falas soam a um feminismo tão tipicamente dos anos 2020 que, por vezes, o filme ganha ares meio grotescos. Mas é um drama cômico agradável, com uma performance especialmente boa de Sigourney Weaver, no papel da chefe das aborteiras. Já o alemão Alexander Scheer interpreta o advogado de um muçulmano preso em Guantánamo na comédia "Ra-

biye Kurnaz Vs. George W. Bush", de Andreas Dresen. O filme se baseia na história de uma mulher capaz de tudo para tirar da prisão seu filho, detido após o 11 de Setembro. O longa é antes de mais nada um veículo para a comediante alemã Melftem Kaptan explorar seu talento expansivo. Mas tirando os dois atores, o filme não tem muita coisa — parece uma comédia televisiva rotineira, que desperdiça uma boa premissa com uma abordagem superficial, ainda que com cenas de fato engraçadas. A cineasta alemã Nicolette Krebitz também levou à Berlinale uma comédia, "A E I O U - A Quick Alphabet of Love", sobre o romance entre uma mulher já com certa idade e

um pós-adolescente. É um filme estranho, usando efeitos vanguardistas de montagem para que a narrativa não fique muito convencional. As ambições formalistas da diretora mais atrapalham que ajudam, mas o longa traz uma importante discussão sobre o amor e o desejo na maturidade. A protagonista de "Les Passagers de la Nuit", do francês Mikaël Hers, também já não é nenhuma garota quando redescobre a possibilidade de amar. Em seu primeiro longa desde "Amanda", que em 2018 o tornou conhecido, Hers faz uma ode aos anos 1980, tanto na estética quanto na defesa de um estilo de vida mais simples. É também um filme sobre solidariedade, com ce-

nas tocantes, mas é um bocado difuso, e por isso incapaz de conseguir o mesmo engajamento afetivo que "Amanda" e sua trama bem mais centrada. Mais curioso que qualquer filme da competição é a nova obra do francês Bertrand Bonello, que apresentou o longa mais experimental de sua carreira na mostra Encounters. "Coma" faz parte do hoje corriqueiro subgênero "filme de pandemia", com foco em uma adolescente apavorada com a nova realidade do mundo. Sem quase poder sair de casa, ela passa seus dias a imaginar histórias melodramáticas, tendo suas bonecas como protagonistas, e, sobretudo, a consumir vorazmente material que encontra na inter-

net. A garota recorre ao canal de uma influenciadora digital que fala de qualquer assunto, inclusive suas teorias pitorescas sobre Michael Jackson. O filme tem um clima de paranoia e pesadelo, e muitas cenas não parecem ter conexão com o resto. Mas é a descrição de um estado de espírito, e esse ar de mistério é um dos grandes trunfos desse pequeno filme de Bonello, que está longe de ser uma unanimidade, mas que denota grande bravura por parte do diretor. Apesar de alguns trechos excessivamente inacessíveis, em seus momentos mais inspirados, "Coma" parece ser o filme que David Lynch está nos devendo desde que lançou "Im-pério dos Sonhos", em 2006. BG



Ricardo Cammarata

O equívoco do jovem liberal

Parabéns a Tabata Amaral pela elegante defesa da razão no caso Monark

Luiz Felipe Pondé

Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'Política no Cotidiano'. É doutor em filosofia pela USP

Há um equívoco conceitual grave entre os jovens liberais no Brasil, fruto da péssima formação do debate liberal entre nós, recusado pelas universidades e dominado por empresários e afins que limitaram quase sempre o repertório à liberdade de mercado e seus interesses. O resultado está aí. Cada dia uma polêmica vazia aparece que serve à

estupidez comum das redes sociais e afins. O caso Monark é paradigmático. Monark do Flow não é nazista ou antisemita, mas errou feio. Convergem vários fatores na sua estúpida defesa recente da liberdade de expressão para um partido nazista no Brasil. Primeiro, o sucesso deveria ser permitido apenas a pesso-

as com mais de 40 anos. O sucesso é um fator corrosivo da nossa capacidade de visão de mundo, de avaliação do ridículo que nos cerca e nos constitui, e da dúvida que sempre devemos alimentar em relação a nossas próprias certezas. Um jovem não enxerga nada disso, na sua imensa maioria. Confunde ganhar dinheiro e sucesso com entender o "segredo úl-

timo das coisas e do mundo". O sucesso prematuro na vida, como é o caso do Monark e de muitos outros como ele, facilmente destrói um maior cuidado na lida com o mundo e as pessoas. Produz o que ele mesmo chamou no seu vídeo de desculpas de "insensibilidade". O sucesso prematuro pode levar à cegueira mesmo com muito dinheiro.

Outro elemento é o ethos das redes sociais. Agora os evidentes ganhos que a acessibilidade das redes gera, elas, de fato, alimentam a imbecilidade, como dizia Umberto Eco (1932-2016). E aqui, não me refiro ao caso Monark especificamente. Basta acompanhar comentários aos textos e vídeos para ver essa imbecilidade claramente. As redes praticam uma linguagem pobre e agressiva. Enfim, uma semântica para o uso dos idiotas ressentidos. Por exemplo, nos comentários ao vídeo em questão são muito claros a elegância e o cuidado com os quais a deputada Tabata Amaral se move diante dos argumentos descaídos do podcaster —fala devagar, usa as ideias de forma consistente, respeita a fala do outro. Corretíssima no seu argumento contra o absurdo da defesa da legalidade do partido nazista, ela, ainda assim, foi objeto de críticas cretinas nos comentários. As redes só interessa xingar, linchar e mostrar falsos repertórios. Não há esperança nenhuma de que as redes venham a desenvolver maturidade nas sociedades porque a cada minuto entram milhões de idiotas nelas. Outro elemento é a estética "clube da luta" —refiro-me ao filme "Clube da Luta"— que marca os espaços físicos dos podcasts. Essa estética "clube da luta" faz parecer que encher a cara, fumar maconha e chutar o balde 24 horas por dia é cool e faz de você um ser livre.

Mas, além desses reparos de contexto, há o equívoco essencial de jovens liberais como Monark —a fetichização da ideia de liberdade, e, por tabela, de liberdade de expressão. Não existe nenhum valor absoluto, e os jovens liberais no Brasil têm brincado com ideias. A liberdade, como tudo mais no âmbito moral e político, é segunda, sendo ela determinada por fatores de contexto, de linguagem, de leis, de história, de economia, de política, enfim, uma série exaustiva de fatores. A liberdade não é um valor absoluto, talvez nenhum seja. Mesmo não matar é relativizado em revoluções ou guerras para aqueles que as defendem. Essa relatividade da moral e da política nos ocupa o tempo todo, de forma exaustiva. Para os jovens de esquerda, a vida é fácil. Conceitos claros se mesclam a fatos históricos sólidos: desigualdade social, escravidão, racismo, e outros dão a esses jovens a possibilidade de circular com facilidade por temas políticos e sociais. Já os jovens liberais acabam por querer seduzir outros jovens falando que são mais loucos do que todo mundo, como disse Monark a Tabata Amaral, e que defendem uma liberdade irrestrita quando toda valor é contextualmente condicionado, como bem nos mostrou o filósofo liberal Isaiah Berlin (1909-1997) de forma definitiva. Parabéns a Tabata Amaral pela elegante defesa da razão.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Marcelo Coelho | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamilia Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti



sescsp.org.br



EXPOSIÇÕES



Ilhas Anauêhanas. Estado do Amazonas, Brasil, 2008 © Sebastião Salgado

Amazônia
A exposição do premiado fotógrafo Sebastião Salgado apresenta sete anos de experiências humanas e expedições fotográficas na Amazônia brasileira.
Curadoria e concepção de Lélia Wanick Salgado.
Terça a domingo. 14h às 18h

Diversos 22 - Projetos, Mémórias e Conexões
Em referência ao Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 e o Bicentenário da Independência do Brasil (1822).
Programação completa em sescsp.org.br/diversos22
IDEIAS [#semosacomseco](https://sescsp.org.br/diversos22)
Raça e Identidade na Modernidade
Com Renata Felinto, Francione Oliveira Carvalho, Val Souza e Dulci Lima.
Dia 15/2. Terça, 16h.

Toda Semana: Música e Literatura na Semana de Arte Moderna
Lançamento do 'box' do Selo Sesc que reúne as gravações feitas a partir dos concertos, conferências e poemas da Semana de 22.
Com Antonio Salvador, Cláudio Cruz, Homero Vêlo, Monica Salmaso, entre outros.
Dia 16/2. Quarta, 21h.
Vila Mariana

Refestália | 22
No centenário da Semana de Arte Moderna, mais de 60 ações artísticas nas Unidades: 24 de Maio, Belenzinho, Bom Retiro, Campo Limpo, Carmo, Consolação, Interlagos, Ipiranga e Itaquera.
Programação completa em sescsp.org.br/refestalia
TEATRO
Gota D'água [Preta]
Direção: Jé Oliveira
Dia 17/2. Quinta, 19h.
Interlagos
O Brasil É Bom
De André Sant'Anna.
Direção: Georgette Fadel
Dia 17/2. Quinta, 21h.
Ipiranga
CINEMA
Por onde anda Makunaima?
Dir. Rodrigo Sállos
Dia 19/2. Sábado, 18h.
Consolação

MÚSICA
Rincon Sapiência e Rapadura
Dia 17/2. Quinta, 20h.
Bom Retiro
Dia 19/2. Sábado, 19h30.
Campo Limpo
Tom Zé
Show Bula Invasão na Bula da Fossa
Dias 17 e 18/2.
Quinta e sexta, 20h.
24 de Maio
Ava Rocha
Participações: Iara Rennó e Saskia
Dia 17/2. Quinta, 21h.
Belenzinho
Pastoras do Rosário: Libertador
Participações: Fabiana Cozza, Izzy Gordon, Isabel Fillardis e Alldry Eloise
Dia 19/2. Sábado, 15h.
Itaquera

DANÇA
Rezos para rasgar o mundo
Com Tieta Macau
Dia 17/2. Quinta, 18h.
Carmo
Z
Alejandro Ahmed, Grupo Cena 11
Dias 17 e 18/2.
Quinta e sexta, 20h.
Belenzinho
LITERATURA
TransMito Makunaimã
Dia 19/2. Sábado, 15h.
Interlagos

Para ingressar nas Unidades do Sesc SP é necessário apresentar comprovante de vacinação contra Covid-19 (físico ou digital) e um documento com foto:

- Maiores de 12 anos devem apresentar as duas doses ou dose única.
- Crianças de 5 a 11 anos devem apresentar o comprovante de UMA dose.

É obrigatório o uso da máscara cobrindo boca e nariz.

CINEMA [#semosacomseco](https://sescsp.org.br/cinemaemcasa)
Assista gratuitamente em sescsp.org.br/cinemaemcasa


É Apenas o Fim do Mundo
Dir.: Xavier Dolan, Canadá, 2016, 97 min, Ficção.
Disponível até 26/2
Como Fotografei os Yanomami
Dir.: Otávio Cury, Brasil, 2018, 72 min, Documentário.
Disponível até 16/3

ilustrada

A rapêize do cropped

Usar gírias e expressões desatualizadas é o que há de mais prafrentex

Bia Braune

Jornalista e roteirista, é autora do livro 'Almanaque da TV'. Escreve para a TV Globo

"Reage, mulher, bota um cropped!" Sim, pois não. Sobretudo depois dessa frase virar bordão, tanto na minha cabeça como na internet. Foi semanas atrás —o que, em idade de meme, equivale a mais de um século. Com atraso friamente calculado, reajo então levantando um questionamento: o que soa mais antiquado? Usar expressões seminovas como se tivessem acabado de viralizar ou chamar cropped de "minibluza", que é como se fazia quando a internet ainda era mato?

(Cá entre nós, referir-se à internet quando era mato é algo que se faz desde que a internet era realmente mato, enfim, sigamos) Não adianta se passar por xóvem. Dos becos mais escuros da rede mundial de computadores, sempre surgirá uma zueragem inédita que alguém há de esfregar na sua cara de noob idoso. Dolorosamente demonstrando que você já viveu o bastante para ter usado um Pentium 5 e cabelo de Chitãozinho e Xororó (mané "mullet", o quê).

Dai, em sendo impossível manter-se desatualizado de forma digna e cool, pensei da gente se revoltar de vez e assumir a vanguarda do atraso, transando numa nice várias expressões antigas —inclusive de épocas que não vivemos. De tão gastas, elas dariam a volta completa no espectro da velharia e ressurgiriam feitas novas, prontas para reuso. Eu vos conclamo a essa luta. Ser usuário de expressões defasadas não requer prática, tampouco habilidade. Para ressig-

nificar o supimpa moleque e o prafrentex de raiz, basta ter coragem ou a idade do tio do pavê que fala mais do que o homem da cobra. Ler Nelson Rodrigues também ajuda, assim como rever antigos filmes do Roberto Carlos e do Supla com Angélica. Vamos causar, sim, pois muitos parças não entenderão bulhufas deste manifesto. Nossos crias bagunçarão o coreto de millennials boko-mokas e inco-modarão a rapêize chuchu beleza da geração Z, fazendo os carretas da hipsteragem carar —

quicá com rouge, jamais blush. Antes, porém, é preciso estar disposto a aposentar o condicionador em prol do creme rinse. Trocar o top pelo bustiê, o scrunchie pela xuxinha e o bowl pela cumbuca, mas acima de tudo parar com o treino e voltar a fazer ginástica. Nem sempre será possível tirar aquela chinfrá de outrora. Chamar um homem de "pão", hoje, é nutricionalmente incorreto, passível de cancelamento por musas fitness e ex-BBBs. Ao passo que denominar uma teteia de "uva", bem, seria forçar a volta das mulheres-fruta. Melhor não. Em nossa bandeira, sai "ordem e progresso" e entra "resiliência e balacobaco". Sendo que o importante, mesmo, é terminar sem ter usado a palavra cringe. Oops.



Marcelo Martinez

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregoria Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uel.com.br

Dois curtas que são candidatos ao Oscar já estão no streaming

Três Canções para Benazir

Netflix, 16 anos
Antes raros no Brasil, alguns candidatos ao Oscar nas categorias de curta-metragem agora podem ser vistos no streaming. A Netflix disponibiliza dois dos indicados a melhor curta documental. Neste filme de Gulistan e Elizabeth Mirzaei, um jovem recém-casado que vive num campo de refugiados em Cabul sonha em ser o primeiro de sua tribo a se alistar no exército afegão.

Onde Eu Moro

Netflix, 16 anos
O outro curta disponível na plataforma entrelaça histórias reais de pessoas sem-teto em diversas cidades dos Estados Unidos. Direção de Jon Shenk e Pedro Kos —este último, o único brasileiro a disputar um Oscar este ano.

As Fabulosas Aventuras dos Freak Brothers

Globoplay, 16 anos
Três irmãos hippies fumam uma erva mágica em 1968 e vêm parar em 2020. A primeira série em animação para adultos da plataforma é baseada na HQ de Gilbert Shelton.

Filhinho da Mamãe

TLC, 20h40, e Discovery +, 12 anos
Este novo reality acompanha quatro casais cuja vida sofre forte interferência da mãe do marido, que ainda enxerga seu filho como uma criança.

Entrevista

Futura, 20h45, 1vve
Na semana em que se celebram os cem anos da Semana de Arte Moderna, a curadora do MASP Sandra Benites, que é indígena guarani, conversa com artistas e pesquisadores sobre o panorama das artes no Brasil. O convidado da estreia é Denilson Baniwa.

Roda Viva

Cultura, 22h, 1vve
Eduardo Paes (PSD - RJ), prefeito do Rio de Janeiro, fala de sua luta para evitar a reeleição do governador Claudio Castro e da concessão do quiosque na Barra da Tijuca para a família de Moisés Kabagambe.

A Garota no Trem

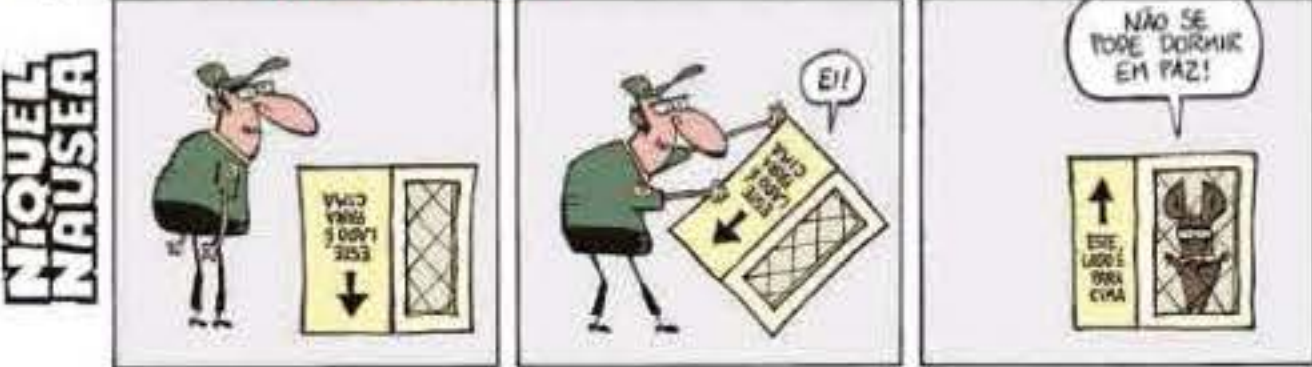
Globo, 23h35, 14 anos
Emily Blunt faz uma mulher deprimida que passa todo dia de trem em frente a uma casa onde parece viver um casal feliz. Mas um dia ela presencia uma cena suspeita, e resolve investigar por conta própria. Inédito na TV aberta.

QUADRINHOS

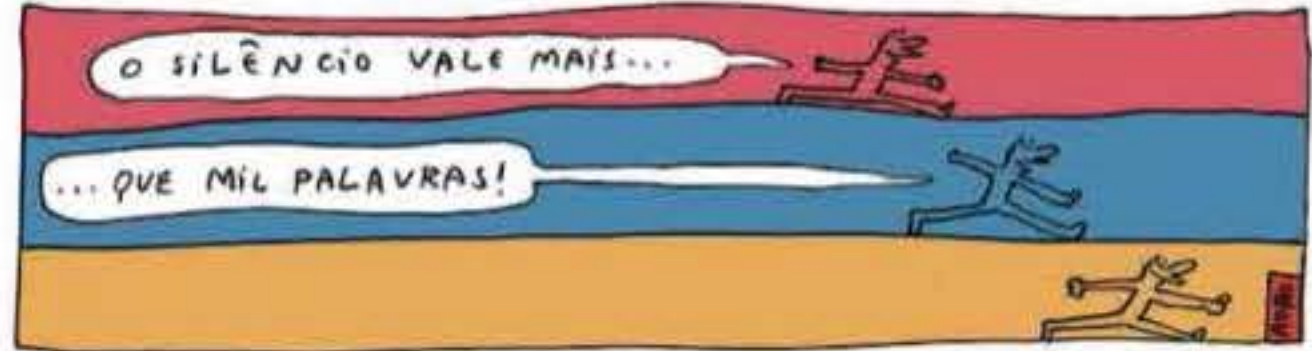
Piratas do Tietê **Laerte**



Níquel Náusea **Fernando Gonsales**



A Vida Como Ela Yeah **Adão Iturrusgarai**



Não Há Nada Acontecendo **André Dahmer**



Viver Dói **Fabiane Langona**



Péssimas Influências **Estela May**



SUDOKU

texto art.br / fsp

FÁCIL

			7	8				
				6		2		
	3	4	1			5	7	
		3				7	5	
		1	9		3	8		
	9	5				3		
	7	2			8	6	4	
		6		3				
				7	1			

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid.

SOLUÇÃO

1	2	3	4	5	6	7	8	9
4	8	9	5	6	7	1	3	2
5	7	6	8	3	2	4	1	9
2	1	4	7	9	5	3	6	8
3	9	8	2	1	4	5	7	6
6	5	7	3	8	1	9	2	4
8	3	1	6	4	9	2	5	7
7	4	2	9	3	8	6	1	5
9	6	5	1	7	2	3	8	4

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Receio de que o ente amado dedique seu afeto a outra pessoa. **2.** Árvore de madeira rija e resistente. **3.** Neto sem vogais. **4.** Planta arbustiva, ornamental e medicinal. **5.** Tiro de arma de fogo. **6.** Substância gordurosa para frigar. **7.** Ave parente do papagaio e do periquito. **8.** Fúndos. **9.** (Fig.) Eliminar, suprimir. **10.** Muito quente. **11.** Substância usada para fabricar plásticos, colas etc. **12.** Antecede Ter. **13.** (Mitol.) O rei que transformava em ouro tudo o que tocasse. **14.** Os óvulos fecundados de um peixe. **15.** O de Xuxa é Maria da Graça. **16.** Guarda de sentinela em lugar alto. **17.** Um apelido para Beatriz. **18.** Tornar um tanto gris. **19.** Cabo com que se preê de alguma coisa.

VERTICAIS

1. (Pop.) Conversa envolvente, atraente, para convencer ou seduzir alguém. **2.** (Red.) Um time do sul. **3.** De pouca duração. **4.** Ugo Giorgetti, cineasta de "Boleiros - Era Uma Vez o Futebol". **5.** Diz-se de arma pronta para atirar. **6.** Lembranças autobiográficas. **7.** Falta de chuvas por um período longo. **8.** A sigla da doença Esclerose Lateral Amiotrófica. **9.** Deste tamanho. **10.** O cantor Maia (1942-1998). **11.** Instrumento que badala. **12.** Cobra preta com faixas amarelas, também chamada papa-ovo. **13.** Indivíduo perseguido pela má sorte. **14.** Zona Rural. **15.** Árvore tradicional do Líbano. **16.** Substância fóssil amarela. **17.** (Fis.) Estado físico em que não se percebe nenhuma ordem. **18.** Arbusto cultivado pela beleza de suas flores.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

4. Memórias. Seca. 5. Ela. Assim. Tim. 6. Sino. Caminana. 7. VERTICAIS: 1. Cantada. 2. Intu. Breve. 3. UG. Camarada. 4. Midos. Nome. 11. Vedeta. 12. Adizor. 13. Armarra. 14. Odo. 5. Ara. Fds. 6. Riscar. 7. Abrasador. 8. Resina. 9. Seg. 10. Odo. 11. Cui. 12. Angelim. 13. Nt. Manca. 14. Teco. 15. Malfadado. 16. ZR. 17. Cedro. 18. Caos. Roseira.



Thelma Fardin (de blusa amarela) e outras atrizes argentinas protestam diante da Embaixada do Brasil em Buenos Aires. Juan Mabromata - 10. fev. 2022/AFIP

Atriz argentina critica volta à 'estaca zero' em caso de abuso

Tribunal remeteu ação de Thelma Fardin contra Juan Darthés a outra corte

COTIDIANO

Sylvia Colombo e Carlos Petrocilo

BUENOS AIRES E SÃO PAULO "Para mim seria um pesadelo ter de voltar a ser interrogada, periciada, revitimizada, depois de termos avançado tanto", diz à Folha a atriz argentina Thelma Fardin, 29, que acusa de abuso sexual o ator argentino-brasileiro Juan Darthés, 57, em um processo que acaba de ser interrompido.

Ela conta que seu corpo já foi examinado duas vezes por peritos e passou por mais de quatro horas de interrogatório, processo que considerou traumatizante "pelo nível de detalhes do que se perguntou e pela postura hostil" adotada pela defesa.

"Ir a outra instância ou outro tribunal que levasse tudo à estaca zero seria destruturador para mim, sei que é isso que a defesa quer, que eu me canse", afirma Fardin.

O abuso teria ocorrido em 2009, na Nicarágua. Na ocasião, a atriz tinha 16 anos, e o ator, 45. Darthés, que nasceu em São Paulo e possui dupla

cidadania brasileira e argentina, nega o crime.

Em abril de 2021, o caso passou a ser julgado pela 7ª Vara Criminal da Justiça Federal, em São Paulo, a pedido do Ministério Público Federal. Porém, nesta semana, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) atendeu ao pedido da defesa de Darthés, concedendo habeas corpus no qual remete o processo para o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

O acórdão foi publicado no site do TRF-3 nesta sexta-feira (11). Nele, por maioria, a 5ª Turma do TRF-3 decidiu que a Justiça Estadual tem competência para julgar o caso.

Para a advogada de Fardin, Arias Duval, "a defesa quer evitar uma sentença e busca ganhar tempo". "Nós esperamos que, com a mudança, seja possível levar o corpo de evidências e declarações juntados durante o processo que estava em curso. Porque partir do zero seria prejudicial à vítima."

A decisão deixou Fardin repleta de incertezas. Ela não tem advogado constituído no Brasil —Duval é seu advogada na Argentina.

A atriz teme que, com o processo remetido ao TJSP, seja submetida a uma nova maratona de interrogatórios e perícias. "Tínhamos chegado tão longe, e com evidências tão contundentes. Querem me cansar e me fazer desistir. Mas isso não vai acontecer."

Fardin fez críticas ao sistema judiciário brasileiro: "Falta perspectiva de gênero no modo como tratam com esse tipo de delito."

Essa possibilidade não está descartada, segundo o advogado Gustavo Henrique Badaró, professor de direito penal da Universidade de São Paulo (USP). "Tudo vai depender do que acontecer quando este processo chegar à Justiça estadual. Normalmente, en-

tendem-se que as provas podem ser aproveitadas, mas todas as decisões são nulas", explica Badaró.

Procurada, a Procuradoria Regional da República da 3ª Região não respondeu se deverá recorrer da decisão até o fechamento desta edição.

"Casos recorram ao STJ ou STF, a finalidade apenas é a questão de competência, mas não para transferir o processo para essas instâncias. E, sim, para saber se esse acórdão que concedeu o HC está certo ou errado", afirma Badaró.

Já o advogado Euro Bento Maciel Filho, um dos representantes do ator na ação, escreveu à Folha que "a defesa de Juan está convicta quanto ao acerto da decisão proferi-

da pelo TRF-3 e se manifestará oportunamente".

Maciel Filho afirmou que acredita na inocência de Darthés e que o seu cliente não pretende conceder entrevista neste momento.

Segundo Duval, a defesa da atriz argentina prepara documentações para pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) que reveja o acórdão. O interesse de ambos é que a ação continue a tramitar na Justiça Federal.

"Mas deviam ter decidido isso [remeter ao TJSP] no início. Por que deixaram o julgamento começar, tantas audiências, interrogatórios?", diz Fardin.

"Há casos de delitos cometidos por brasileiros fora do Brasil que são julgados no país, há precedentes. Por uma questão de razoabilidade, pedimos que continue sendo julgado no Brasil, porque não podemos perder o tempo que já gastamos e a quantidade de evidências que foram reunidas", afirma a atriz.

O caso se prolonga há mais de três anos. Foi em dezembro de 2018 que Fardin denunciou à Justiça da Nicarágua o abuso sexual. Segundo ela, o crime teria ocorrido durante tour pelo país da peça teatral "O Patinho Feio", da qual fazia parte do elenco, então com 16 anos, ao lado de Darthés. Eles estavam hospedados no Holiday Inn de Manágua.

Depois de uma investigação preliminar na Nicarágua, onde Fardin foi periciada, ainda que estivesse denunciando um caso ocorrido nove anos antes, a Justiça nicaraguense

decidiu que o tema não cabia em sua jurisdição.

Depois da denúncia, Darthés, que vivia com a família em Buenos Aires, viajou ao Brasil. Por ter a nacionalidade brasileira, estabeleceu-se em São Paulo, num hotel, até alugar uma casa.

Um mandado de captura internacional está ativo contra ele pela Interpol. Se houver tentativa de sair do Brasil, deve ser preso. A Justiça brasileira retirou seu passaporte.

O caso de Fardin mobilizou várias atrizes argentinas, que têm somado acusações contra Darthés e pressionado por sua condenação.

Fardin afirma que fez a denúncia inicial na Nicarágua porque a Procuradoria argentina tampouco considerava que podia julgar um caso ocorrido fora do país.

Darthés compareceu a quatro audiências em São Paulo, e um novo depoimento estava previsto para o próximo dia 18 de março. Fardin afirma que esperava uma sentença após esta audiência.

A defesa de Darthés, porém, a cargo de Luiz Antonio Nazareth, pediu que o tribunal brasileiro fosse considerado "não competente", pois o caso havia ocorrido em outro país. A demanda foi atendida.

Nesta quarta-feira (10), um grupo de apoiadores de Fardin e do coletivo Atrizes Argentinas se reuniu em uma manifestação diante da embaixada do Brasil em Buenos Aires, em que carregavam cartazes com os dizeres "Justiça para Thelma".

Coco Bambu é condenado por constranger criança com autismo

Rogério Gentile

SÃO PAULO A Justiça paulista condenou o restaurante Coco Bambu a indenizar por danos morais a mãe de uma criança com autismo que afirma ter sofrido um constrangimento na unidade "Conceito" do Golden Square Shopping, em São Bernardo do Campo (SP).

Em junho do ano passado, C.A.S. levou seu filho para brincar em um espaço de lazer no shopping, situado próximo ao restaurante. Em dado momento, o garoto se dirigiu ao Coco Bambu, onde um músico entreteinha os clientes com uma apresentação.

De acordo com o relato feito no processo, o garoto tentava subir no palco quando, antes que a mãe pudesse impedi-lo, o músico começou a reclamar de forma ríspida ao microfone: "Essa criança não tem mãe? Dá pra tirar essa criança daqui?".

O músico possui deficiência visual. Alertado pela mãe de

que a criança tem autismo, ele afirmou, segundo a acusação: "Para mim pouco importa se ele é autista ou não, quero que o retire daqui agora. Se você não consegue controlar, tem que trancar dentro de casa!"

C.A.S. disse à Justiça que pegou a criança e, chorando, saiu do restaurante. "A autora [do processo] viu todo esforço de inclusão de seu filho ser destruído por uma pessoa completamente despreparada", afirmaram no processo os advogados José Carlos Leal dos Santos Júnior e Ely Guedes Sales, que representam a mãe.

De acordo com eles, o gerente do restaurante, depois de todo o constrangimento, procurou C.A.S., pediu-lhe desculpas e ofereceu uma porção de batatas como cortesia. "Em vez de retirar o cantor do palco e exigir explicações, ele ofereceu uma porção de batatas..."

Na defesa apresentada à Justiça, o restaurante afirmou

não ter qualquer responsabilidade sobre os fatos. Disse que o músico fora contratado por uma empresa terceirizada, a Eshows, e que ele, por ter uma deficiência visual elevada, não conseguia ver de forma nítida o que ocorreu.

"O músico tomou um susto, sendo obrigado a pedir que retirassem a criança para evitar que ela se machucasse", afirmou o restaurante.

O Coco Bambu disse à Justiça também que o músico não ofendeu a criança ou a mãe e que, em nenhum momento, falou que ela deveria trancar a criança em casa.

Sobre a batata, disse que o gerente apenas a ofereceu a fim de agradar o menino e para que a mãe ficasse um pouco mais calma "para que pudesse enxergar, sem tanta emoção envolvida, que o músico havia simplesmente pedido para que retirassem a criança, temendo acidentes".

O músico Valtér da Silva Sobrinho, que também foi con-

denado, disse à Justiça que o relato feito pela mãe é "mentiroso". "Ninguém em sã consciência dirige ofensas gratuitas a qualquer criança! Se eu tivesse dito as coisas que estão me acusando, eu certamente teria sido linchado publicamente por todos à minha volta!", afirmou no processo.

O juiz Carlos Augusto Visconti disse na sentença que testemunhas confirmaram a situação de constrangimento. "A fala do cantor foi muito agressiva perante o público", afirmou na decisão em que condenou o restaurante, o cantor e a empresa Eshows ao pagamento de uma indenização de R\$ 10 mil (valor que deverá ser acrescido de juros e correção monetária).

A Eshows afirmou na defesa apresentada à Justiça que a versão apresentada pela acusação não é verdadeira. Disse que não houve ofensas. Eles podem recorrer da decisão.

Em nota, o advogado André Parente, que representa o Coco

Bambu, afirmou: "É importante destacar, desde logo, que o músico, apesar de negar o fato citado, é profissional alheio aos quadros próprios do restaurante, sendo autônomo e contratado via plataforma digital, a Eshows, contratada do Coco Bambu Conceito São Bernardo para gerir e coordenar as apresentações musicais no restaurante".

"Ou seja", seguiu o representante do restaurante, "o músico não é e nem nunca foi empregado ou diretamente contratado do Coco Bambu Conceito São Bernardo".

"Fundamental enfatizar, pelo Coco Bambu Conceito São Bernardo, seu completo respeito a todos os seus clientes, seu maior patrimônio, e, assim, seu repúdio a qualquer prática que atente contra o melhor tratamento dos seus consumidores, máxime se discriminatórias. A própria autora da ação menciona já ser cliente do restaurante, sem indicar nada que desabonasse sua

excelência de atendimento."

Segundo Parente, "esse é um valor inegociável para o Coco Bambu Conceito São Bernardo. Inclusive, no dia do suposto fato, e desde então, o restaurante prestou toda a assistência possível à cliente, tendo, por isso, recebido, inclusive, expresso agradecimento."

"Saliente-se que, independentemente do destino do processo judicial, desde a notícia da ocorrência do fato, imediatamente o Coco Bambu Conceito São Bernardo, junto com a Eshows, realizaram o afastamento do citado músico do quadro de artistas que se apresentam em seu espaço, disse ainda.

"De todo modo, sob pena de se estar condenando alguém de forma antecipada, afrontando, assim, sagrados direitos constitucionais, é preciso aguardar o completo desfecho da questão no âmbito judicial. O Coco Bambu Conceito São Bernardo confia plenamente na Justiça."



Confira previsões para os indicados ao Oscar

Alguns dos dez longas nomeados a melhor filme têm mais chances em outras categorias na cerimônia de 27 de março

ILUSTRADA OPINIÃO

Kyle Buchanan

Repórter de cultura pop do The New York Times, assina coluna no jornal americano sobre a temporada de premiações do cinema

THE NEW YORK TIMES Pela primeira vez em mais de uma década, o Oscar nos oferece dez indicados ao prêmio de melhor filme, e é uma coleção eclética de títulos que vão de óperas espaciais a westerns psicológicos. Mas quais desses filmes estão em vantagem para levar a estatueta?

Avaliei as dez indicações. Algumas têm chance real de conquistar o prêmio de melhor filme, e outras podem se destacar em outras categorias caso os votantes estejam inclinados a dividir a riqueza. Enquanto isso, você tem pouco mais de um mês para assistir a todos esses filmes antes da cerimônia de entrega do Oscar, em 27 de março. Olhos na tela!

Belfast

Oscar mais provável: melhor filme. Se a disputa por melhor filme ficar entre "Belfast" e "Ataque dos Cães", como muita gente antecipa, as indicações podem ter revelado alguns dos pontos fracos da comédia dramática em branco e preto dirigida por Kenneth Branagh.

A saber: "Belfast" não recebeu indicações em outras categorias nas quais os ganhadores do prêmio de melhor filme costumam ser indicados,

como edição e fotografia, enquanto "Ataque dos Cães" foi nomeado em ambas. E ainda que "Belfast" tenha conquistado duas indicações para seus atores, elas não contemplaram os protagonistas pelos quais o filme fez campanha, Caitriona Balfe e Jamie Dornan, e sim seus colegas mais velhos, Ciaran Hinds e Judi Dench, como coadjuvantes.

Ainda assim, nada disso pode importar, no final, se os eleitores de deixarem atrair pelos bons sentimentos de "Belfast", de preferência a histórias mais desafiadoras.

Teremos nosso primeiro sinal de se "Belfast" tem chances de conquistar o Oscar de melhor filme no SAG Awards, em 27 de fevereiro — uma das raras premiações este ano em que "Ataque dos Cães" não está na disputa. Se "Belfast" vencer lá, e seguir essa vitória com nova premiação pela Producers Guild, na metade de março, o momento em que a votação final para o Oscar começa, o filme terá chance.

No Ritmo do Coração

Oscar mais provável: melhor ator coadjuvante.

A Apple conquistou sua primeira indicação ao Oscar de melhor filme com esse drama, que algumas pessoas consideram gelido, conseguiu uma dupla vitória como melhor direção e melhor filme

Nada mal, depois que uma venda de direitos de distribuição por valor surpreendente no Sundance Film Festival um ano atrás foi seguida por um

lançamento discreto no streaming, alguns meses atrás.

Indicações como essa (assim como a de Denzel Washington por "A Tragédia de Macbeth", outro filme produzido pela Apple), podem levar mais gente a abrir o app da Apple em suas noites de cinema, e se o filme ganhar impeto pode ser que Troy Kotsur — muito comovente como o pai rabugento de "No Ritmo do Coração" — salte na frente na disputa de melhor ator.

Não Olhe para Cima

Oscar mais provável: melhor roteiro.

Há alguma coisa lá no alto, além de um cometa apavorante? Nos dias anteriores ao anúncio dos indicados ao Oscar, tanto Alison Willmore, crítica de cinema do Vulture, quanto Sean Fennessey, que apresenta um podcast no site The Ringer, previram que "Não Olhe para Cima" ficaria com o prêmio de melhor filme. Os palpites deles valem alguma coisa?

Inclino-me a não concordar, porque a sátira ambiental do diretor e roteirista Adam McKay não conquistou outras indicações cruciais, como a de direção ou as de atuação, o que aponta que o filme pode ser um dos candidatos mais fracos na disputa.

Mas continua a ser uma das produções originais mais assistidas da Netflix em todos os tempos e, diferentemente de alguns dos dramas de época da lista, não terá de se esforçar muito para convencer os votantes de sua relevância.

Drive My Car

Oscar mais provável: melhor filme internacional.

Será que "Drive My Car" seguirá o caminho de "Parasita" e se tornará o próximo filme não falado em inglês a conquistar os Oscars de melhor filme e melhor direção?

É incrível que o drama de Ryusuke Hamaguchi sobre pesar e arte tenha chegado até onde chegou, porque, ao contrário de "Parasita", premiado com a Palma de Ouro em Cannes, o filme não abocanhou nenhum dos três prêmios principais em Cannes no ano passado, e teve de se contentar com uma estatueta por melhor roteiro.

Mas o apoio significativo que o filme conquistou no final do ano da parte de críticos importantes ajudou "Drive My Car" a pegar carona na corrida do Oscar, com indicações a melhor filme, diretor, roteiro adaptado e melhor filme internacional.

Hollywood não conhece Hamaguchi tão bem quanto veio a conhecer o realizador de "Parasita", Bong Joon Ho, na aquela temporada de premiações pré-pandemia, e por isso o filme pode ter dificuldades para conquistar prêmios em múltiplas categorias, mas existe pelo menos uma categoria em que "Drive My Car" deve conquistar uma vitória fácil.

Duna

Oscar mais provável: efeitos visuais.

Não é pouca coisa para um filme de ficção científica de orçamento gigantesco conquistar

tar espaço na disputa pelo Oscar de melhor filme, e "Duna" recebeu um total de dez indicações — apenas "Ataque dos Cães" também chegou aos dois dígitos na lista.

Também ajuda que, embora "Duna" tenha estreado simultaneamente na HBO Max e nas salas de cinema, ainda assim registrou o melhor desempenho de bilheteria entre os indicados a melhor filme, com quase US\$ 400 milhões (R\$ 2,1 bilhão) arrecadados em todo o mundo.

Mas a ausência de Denis Villeneuve na disputa pelo Oscar de melhor diretor foi um choque, tendo em vista que ele foi indicado ao prêmio da Directors Guild e a recente tendência desse ramo da academia a indicar filmes tecnicamente audaciosos.

Qualquer probabilidade de que "Duna" transforme essa esnobada em um Oscar de melhor filme, ao estilo de "Argo", será reduzida pelo anúncio de que o filme terá uma continuação. Pode ser que a Academia esteja mais inclinada a ver de que maneira Villeneuve encerra a história.

King Richard: Criando Campeões

Oscar mais provável: melhor ator. Você sabia que o dia seria bom para "King Richard: Criando Campeões" em termos de indicações quando a primeira categoria anunciada, a de melhor atriz coadjuvante, incluiu a fantástica Aunjanue Ellis, um dos destaques do filme.

Continua na página 3



2



3



4



5

Continuação da página 2

E não deu outra: esse drama inspirador sobre tênis conquistou um sólido total de seis indicações, entre as quais roteiro, edição e melhor canção, para "Be Alive", de Beyoncé.

Mas sejamos honestos: o filme gira em torno de Will Smith. Ele jamais conquistou um Oscar, mas seu desempenho carismático como pai das estrelas do tênis Venus e Serena Williams oferece ao ator de 53 anos a melhor oportunidade de chegar ao prêmio.

Eu me sentiria mais seguro se já tivéssemos alguns precursores televisados em que os discursos de agradecimento de Smith levantam a audiência, mas desde que ele saia vencedor no SAG Awards a probabilidade de que caminhe tranquilamente para uma vitória no Oscar é alta.

Licorice Pizza

Oscar mais provável:
melhor roteiro original

Qualquer indicado ao Oscar de melhor filme que também conquista indicações aos prêmios de melhor direção e roteiro deve estar fazendo alguma coisa de certo, mas fico surpreso por isso ser tudo que "Licorice Pizza" tenha conquistado.

Filmes anteriores de Paul Thomas Anderson, como "Trama Fantasma", "Sangue Negro", "O Mestre" e "Boogie Nights - Prazer Sem Limites", valeram muitas indicações ao elenco, mas Alana Haim, a estrela de "Licorice Pizza", e seu estelar astro coadjuvante Bradley Cooper não chegaram lá. E nas categorias técnicas o filme também não obteve reconhecimento.

Com oito indicações anteriores e zero vitórias, o roteirista e diretor Anderson é uma das figuras de Hollywood que mais merecem levar um Oscar para casa, mas ele precisará de um trabalho com apoio mais amplo se deseja levar o prêmio de melhor filme.

O Beco do Pesadelo

Oscar mais provável:
design de produção

O filme passado de Guillermo del Toro, "A Forma da Água", foi um dos mais indicados ao Oscar na história: com 13 nomeações, levou a estatueta de melhor filme. Seu novo trabalho, "O Beco do Pesadelo", re-filmagem de um thriller noir, não obteve sucesso comparável, com quatro indicações.

E embora "O Beco do Pesadelo" deva receber prêmios por seu deslumbrante design de produção e fotografia, as chances de vitória na categoria melhor filme não pareciam boas depois do fracasso de bilheteria que o filme regis-

trou em sua estreia no circuito comercial, com arrecadação de apenas US\$ 10,8 milhões (R\$ 56,8 milhões) no mercado dos Estados Unidos. Que um drama depressivo como esse tenha entrado na disputa já deveria ser considerado como uma vitória.

Ataque dos Cães

Oscar mais provável: melhor direção
Quem poderia ter previsto que o filme com mais indicações não seria uma vistosa maravilha técnica como "Duna" ou "Amor Sublime Amor", mas sim o belo e contido "Ataque dos Cães"?

O western de Jane Campion se saiu ainda melhor do que o esperado, conquistando um total de 12 indicações. Entre elas, a nomeação de melhor ator coadjuvante para Jesse Plemons, edição e design de produção.

Campion faz história como a primeira mulher a receber duas indicações como melhor diretora (a primeira foi por "O Piano", de 1993).

"Ataque dos Cães" é o filme com mais ímpeto na reta final para o Oscar. A única questão é determinar se esse drama, que algumas pessoas consideram gelido, conseguirá uma dupla vitória como melhor direção e melhor filme. Ou se Campion levará a estatueta, e o prêmio de melhor filme vai para um trabalho mais convencional e que agrade mais a audiência.

Amor Sublime Amor

Oscar mais provável:
melhor atriz coadjuvante

Depois de assistir a "Amor Sublime Amor", de Steven Spielberg, no começo de dezembro, eu imaginei que o trabalho poderia seguir o caminho de seu predecessor em 1961 e conquistar o Oscar de melhor filme. Nem tanto.

Ainda que tenha conseguido indicações cruciais naquela categoria e para Spielberg como diretor, apenas a atriz coadjuvante Ariana DeBose foi indicada entre o elenco — nada para a protagonista Rachel Zegler, para a revelação Mike Feist ou para a veterana estrela Rita Moreno.

E a ausência de Tony Kushner entre os indicados a melhor roteiro adaptado sugere que "Amor Sublime Amor" não conseguiu sair da sombra imensa deixada pelo original. Spielberg e Kushner terão mais uma oportunidade no Oscar com "The Fabelmans", ainda sem data de estreia.

Enquanto isso, "Amor Sublime Amor" deve perder as categorias técnicas para "Duna", mas DeBose está bem posicionada para conquistar um Oscar como a feroz Anita.

Tradução Paulo Migliacci

■ A comédia dramática 'Bel-fast'; ■ Benedict Cumberbatch (esq.) e Kodi Smit-McPhee estão em 'Ataque dos Cães'; ■ cena do filme 'Drive My Car'; ■ Alana Haim e Sean Penn em 'Licorice Pizza'; ■ Emilia Jones como a Ruby, em 'No Ritmo do Coração'

Fotos Divulgação

folhamais



Casais fretam voos para fazer sexo ou ter um jantar a dois

Viagem de 45 minutos nos EUA custa R\$ 5.200 e inclui lençóis de cetim; piloto usa fones que isolam o som

F5 THE NEW YORK TIMES Por uma taxa de US\$ 995 (cerca de R\$ 5.200), a Love Cloud permite que você e um/a parceiro/a realizem um voo de 45 minutos em um avião particular, e que façam sexo a bordo.

Bem, você na verdade não precisa fazer sexo no avião. Por US\$ 1.195 (R\$ 6.243), poderia se casar no avião, em lugar disso. Por US\$ 100 (R\$ 522) adicionais, o voo inclui uma refeição romântica de um prato. Ou se tiver um orçamento maior, por US\$ 1.595 (R\$ 8.333), o pacote passa a incluir três pratos.

Para ainda mais luxo na experiência, você pode acrescentar a qualquer desses pacotes uma garrafa de champagne e transporte para o aeroporto em limusine, por US\$ 300 (R\$ 1.567) adicionais.

Segundo Andy Johnson, 40, piloto e fundador da Love Cloud, entre todas as opções ofertadas a mais popular é, sem dúvida, o Mile High Flight Club, o clube daqueles que gostam de fazer sexo em voos —com direito a uma carteirinha de sócio assinada por ele.

"O passageiro chega com um sorriso no rosto e vai embora com um sorriso ainda maior", afirma Johnson, um sujeito de fala rápida, originário da Virgínia, pai, e morador do subúrbio de Summerlin, no limite oeste de Las Vegas.

Ele falou com muita paixão e bom humor sobre seu negócio, que opera do North Las Vegas Airport, e definiu os dois Cessna 414 que sua empresa emprega como "tapetes mágicos", descrevendo alegremente as excentricidades e caprichos de alguns de seus clientes mais memorá-

veis, entre os quais um casal que apareceu com roupas de piloto e aeromoça.

A Love Cloud atende geralmente a casais, mas já acomodou grupos de três ou quatro pessoas, com uma taxa de US\$ 200 (R\$ 1.045) por passageiro adicional.

As pessoas que compram o pacote do Mile High Flight Club encontram um avião equipado com colchões duplos no piso da cabine e diversos travesseiros, todos cobertos de cetim vermelho.

Uma cortina separa os passageiros do piloto, que usa fones de ouvido que isolam o som e não sai da cabine de pilotagem durante todo o voo.

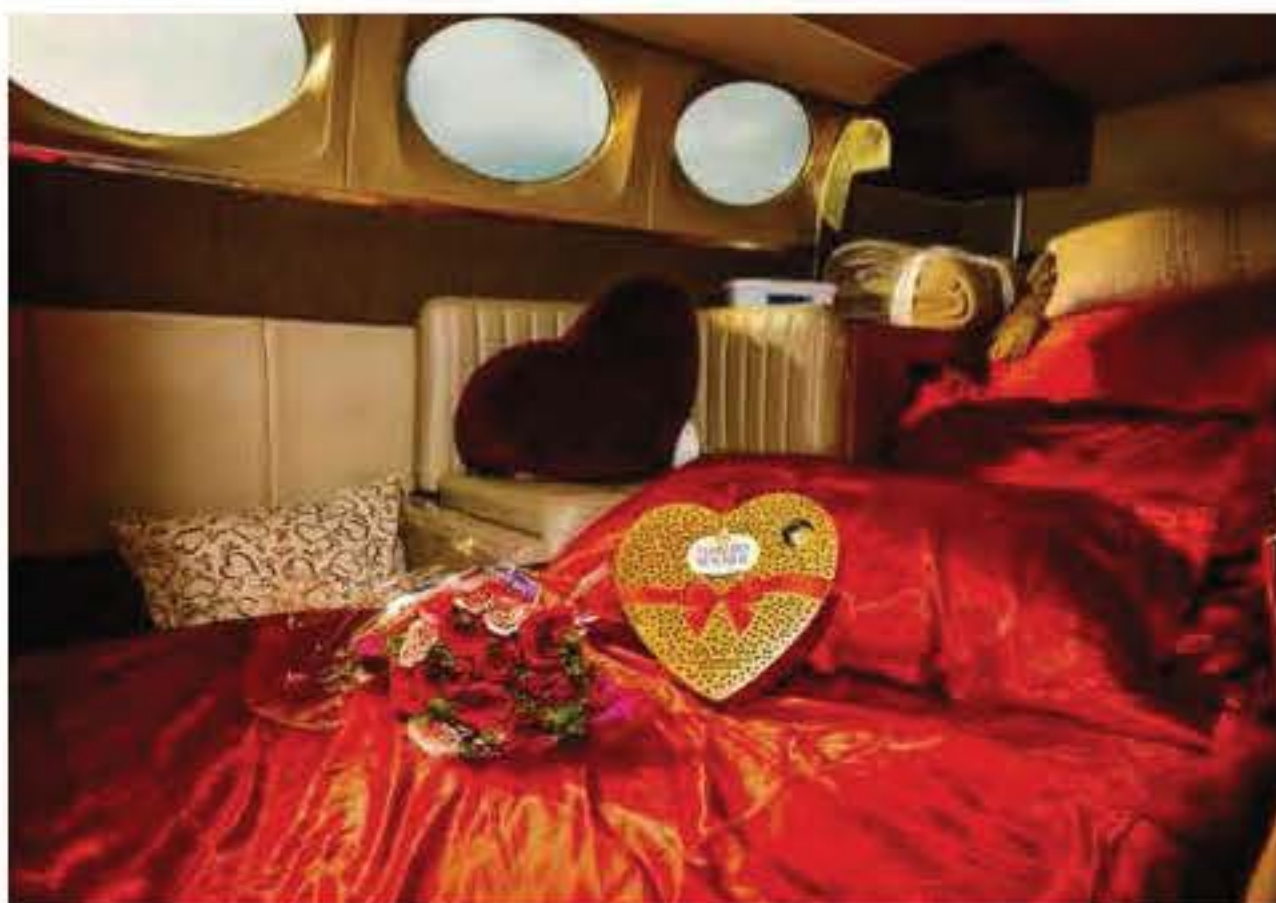
Sim, o avião e suas acomodações passam por uma limpeza depois de cada voo.

Os clientes que adquirirem o pacote Romantic Dinner Flight (voo com jantar romântico, em tradução livre) encontrarão, em lugar do colchão, uma mesa, cadeiras e um pequeno bar. Mas além do champagne opcional, os voos da Love Cloud não servem álcool.

"Nós ajudamos pessoas a evitar divórcios, isso é algo que posso afirmar já de começo", afirma Johnson. A declaração pode parecer exagero, mas alguns passageiros disseram que a experiência foi boa para seus relacionamentos.

Chris Gutierrez Lopez, 30, trabalha como agente de apoio a clientes e vive em Rohnert Park, Califórnia. Ele surpreendeu Diego Fuentes, com quem namora há dez anos, com um voo de jantar da Love Cloud, em novembro passado, depois que os dois passaram por um período de dificuldades na relação.

"Eu tinha problemas com o



Na foto mais acima, Brandon Nguyen beija a mulher, Katherin, antes de decolarem; piloto Tony Blake, sócio da Love Cloud, se prepara para receber clientes no aeroporto de Las Vegas; no pacote de sexo, o avião ganha lençóis de cetim vermelho *Roger Kirby - 15 Jan. 2022/The New York Times*

meu parceiro, e por isso quis garantir que a experiência fosse mais para agradar a ele do que a mim", conta Lopez. "Assim, escolhi o pacote romântico e não o do sexo aéreo."

Assim que os dois embarcaram, foi servido, jantar de três pratos do Mezzo Bistro, um restaurante de Las Vegas que fornece a comida em todos os voos da companhia.

O plano dele foi um sucesso. "Quando enfim chegamos ao avião, ele estava sorrindo de orelha a orelha", lembra Lopez, que acrescentou que, se eles fizerem outro voo, ele planeja levar as coisas de um jeito um pouquinho diferente. "Da próxima vez vai ser o voo do sexo", garante.

Frelima Howard, 45, organi-

zadora de eventos na Califórnia, ganhou o pacote do sexo nas alturas como "um presente de casamento atrasado" de um amigo, em 2016.

"Meu marido e eu já éramos integrantes do clube do sexo nas alturas, mas poder repetir a experiência com mais privacidade foi ótimo. Foi muito agradável, exclusivo e privado", afirma ela.

Howard vive a cerca de três horas de Las Vegas e se considera conhecedora das atrações da cidade, entre as quais salas de fuga, tirolesas e passeios de helicóptero, coisas que ela disse ter feito "vezes demais". Mas ela e o marido, Keith Howard, concordam que seu voo na Love Cloud é a melhor experiência que já

tiveram na cidade. "O único problema é que não é longo o bastante", afirmou Keith Howard, 56.

A mulher dele concordou. Porque curtiu demais o momento, o casal perdeu a hora. "Nunca tive de me vestir tão rápido em toda a minha vida", disse Frelima.

Um passe para o clube do sexo nas alturas também foi o presente recebido por Katherin Nguyen, 28, técnica de raio-X em Houston, de seu marido, Brandon Nguyen, em janeiro. "Era uma coisa que eu sempre quis fazer, mas, sei lá, só acontece nos filmes. Eu não sabia que existia um serviço como esse."

Brian Álvarez, antropólogo, cuja empresa, Psionic Artworks, oferece diversos serviços, entre os quais excursões culturais a Las Vegas, disse que a Love Cloud segue um padrão histórico em sua cidade de origem. "Estamos sempre na vanguarda do empreendedorismo no mundo do entretenimento", avalia.

Para Álvarez, a Love Cloud, que combina elementos de atrações como passeios de helicóptero, capelas para casamentos e hotéis para lua de mel, é parte de uma linhagem de novidades locais, como os caça-níqueis subaquáticos ou uma dançarina topless que se apresentava em um iceberg sintético vestida como um urso polar.

Johnson, que também trabalha como piloto comercial para a Mesa Airlines, tem a aviação no sangue. "Eu já pilotava aviões antes de aprender a dirigir um carro."

O pai dele era aviador da Marinha americana e depois trabalhou como piloto civil. Aos 20 anos, Johnson já era instrutor de pilotagem. Aos 24, operava a escola de aviação e empresa de locação de aviões Tidewater, em Virginia Beach, Virgínia.

O brevê de piloto de Johnson foi suspenso temporariamente em 2009 pela Administração Federal da Aviação (FAA, na sigla em inglês), por conta de impropriedades na certificação de aviões da Tidewater em 2007 e 2008.

Seu brevê foi revogado em 2011, porque ele continuou a pilotar mesmo suspenso.

Em 2012, depois de um pequeno acidente de avião ocorrido durante o período em que ele não tinha brevê, Johnson se declarou culpado da acusação de pilotar uma aeronave imprudentemente, e cumpriu uma sentença de 20 dias de prisão em uma penitenciária federal. Ele terminou por pedir falência, e voltou a morar com seus pais.

"Aquilo tudo foi um baque. Todos cometemos erros. É assim, a vida", afirma ele.

Em 2014, ele se mudou da casa de seus pais na Virgínia para um motel em North Las Vegas. "Era hora de reconstruir minha vida e começar de novo. Foi isso que Las Vegas me permitiu fazer."

Poucos meses depois, ele criou a Love Cloud. "Não existe cidade melhor para encontrar uma segunda chance do que Las Vegas", diz.

Johnson contratou outros pilotos para voar os aviões da Love Cloud até reconquistar seu brevê, em junho de 2018. Tanto a empresa quanto os aviões que ela opera respeitam todos os códigos, agora.

"Ele passou por um período muito difícil, e cá estamos nós, dez anos depois. Ele realmente superou aquilo tudo e se tornou um homem melhor", afirma o sócio de Johnson, Tony Blake, 52, também piloto de aviões.

Blake se interessa mais pelo futuro do que pelo passado. Ele disse que os dois trabalham para expandir a Love Cloud a Los Angeles —e também que acha que seu negócio daria um ótimo reality show para a TV, na linha de "Below Deck", série disponível na Netflix que mostra a rotina de tripulantes de iates.

"Vemos coisas que ninguém conseguiria inventar."

“

Meu marido e eu já éramos integrantes do clube do sexo nas alturas, mas poder repetir a experiência com mais privacidade foi ótimo. Foi muito agradável, exclusivo e privado

Frelima Howard
cliente da Love Cloud

Tradução Paulo M.igliacci